

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E CARIBE**

ANA HILDA CARVALHO DE SOUZA

**POPULAÇÃO INDÍGENA DE BOA VISTA/RR: UMA ANÁLISE
SÓCIO-ECONÔMICA**

Porto Alegre-RS

2009

ANA HILDA CARVALHO DE SOUZA

**POPULAÇÃO INDÍGENA DE BOA VISTA/RR: UMA ANÁLISE
SÓCIO-ECONÔMICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/Universidade Federal de Roraima.

Orientador: Prof. Dr. Stéfano Florissi
Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto
Marinho Cirino

Porto Alegre-RS

2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS

S729p

Souza, Ana Hilda Carvalho de

População indígena de Boa Vista/RR: uma análise sócio-econômica /
Ana Hilda Carvalho de Souza. – Porto Alegre, 2009.

116 f. : il.

Orientador: Stefano Florissi ; co-orientador: Carlos Alberto Marinho
Cirino.

Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) -
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências
Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
Universidade Federal de Roraima, Núcleo de Estudos Comparados da
Amazônia e Caribe, Boa Vista, 2009.

1. Pobreza : Índigenas : Boa Vista (RR). 2. Desenvolvimento social :
Políticas públicas : Índigenas: I. Florissi, Stefano. II. Cirino, Carlos Alberto
Marinho. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de
Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. IV.
Universidade Federal de Roraima. Núcleo de Estudos Comparados da
Amazônia e Caribe. V. Título.

CDU 330.564

ANA HILDA CARVALHO DE SOUZA

**POPULAÇÃO INDÍGENA DE BOA VISTA/RR: UMA ANÁLISE
SÓCIO-ECONÔMICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/Universidade Federal de Roraima.

Orientador: Prof. Dr. Stéfano Florissi
Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino

Aprovada em: ____/____/2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)

Prof. Dr. Alberto M. Martínez Castañeda (UFRR)

Prof. Dr. Alan Alexander Mendes Lemos (DEA/UFS)

Porto Alegre-RS

2009

Á minha adorável mãe Alaíde P. Carvalho;
Ao meu inesquecível pai Francisco Dito (*in memoriam*);
Aos meus queridos filhos Nedra Samai C. Souza e Aldo Pedro C. Oliveira;
Ao meu amado companheiro Elialdo R. Oliveira;
Como dedicação especial, a todos os rostos indígenas presentes na população de
Boa Vista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que nos dá condições para entender, acreditar e viver a partir do ontem e muito além do hoje;

Ao Curso de Mestrado em Economia – UFRGS/UFRR/NECAR, pela oportunidade do aperfeiçoamento profissional;

Ao Professores Drs. Stéfano Florissi e Carlos Alberto Marinho Cirino, pela valiosa orientação, co-orientação e apoio, que tornou possível a realização desse trabalho com êxito e qualidade;

A minha família, em especial, Elialdo Oliveira, pelo companheirismo e confiança;

A minha grande amiga Ana Zuleide Barroso da Silva, pela valiosa amizade e por ter sido o meu apoio em todos os momentos da vida;

A minha amiga Mônica Montana pela amizade especial;

Aos Professores Drs. Haroldo Amoras, Ronald O. Hilbrecht, Alberto M. Martínez, Stéfano Florissi, Mauro Schmitz, Edson Damas, Jaime Augustinho, Nali de Jesus, Sandra Buenafonte, Gilberto Hissa, Fabrício Tourrucô, Romina Batista, pelos ensinamentos e apoio;

Aos colegas Romanul Bispo, Elena Fioretti e Ingrid Caldas, pelo apoio técnico, fonte bibliográfica, informações adicionais e amizade;

Aos demais colegas do Curso de Mestrado, pelo companheirismo, apoio, incentivo, amizade, dedicação e otimismo.

De maneira especial, Eliandro Pedro de Souza coordenador da Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC) e sua equipe de pesquisadores, pela dedicação e colaboração para a realização deste trabalho.

RESUMO

O desenvolvimento econômico mostra-se um instrumento fundamental numa das questões cruciais a toda a população e aos formuladores de políticas públicas: a melhoria das condições de vida do homem e a redução da pobreza. A ciência econômica ensina que a melhor forma para se atingir tal condição é através de políticas e programações econômicas. A urbanização de populações indígenas constitui um fenômeno crescente e esse processo vem se dando com sérios problemas econômicos e sociais. Neste contexto manifesta-se a necessidade de implementar políticas diferenciadas que os atenda de acordo com suas especificidades, haja vista que este contexto cultural os coloca em situação de vulnerabilidade frente a pressões econômicas e políticas. Para tratar desse enfoque, o presente trabalho investiga a situação sócio-econômica dos indígenas que moram em Boa Vista, procurando relacionar e fundamentar esta realidade a partir do ponto de vista da ciência econômica com o aporte de outras ciências sociais. Destarte, foi realizado uma pesquisa tipo descritiva, junto a uma amostra de 384 pessoas residentes em Boa Vista que se auto-identificam como indígena, investigando aspectos relacionados a marginalização, estado de pobreza e acesso ao mercado de trabalho. A abordagem interdisciplinar identifica que a relação entre indígenas e não-indígenas em Boa Vista, está mediado por valores peculiares da situação de contato interétnico, levando a uma reelaboração sincrética de seus saberes e criando uma hibridação cultural. Diante desta realidade, foi possível constatar que tornam-se vítimas provenientes das falhas existentes no mercado, devido a falta de conhecimento e informação sobre sua dinâmica, vivendo em situação de extrema pobreza, geralmente situados em áreas periféricas da cidade. Adicionalmente discutem-se as políticas públicas que podem promover o equacionamento dessa situação.

Palavras-chave: Indígenas. Renda. Pobreza. Política Pública.

ABSTRACT

Economic development was a key instrument in one of the crucial issues to the whole population and formulators of public policy: the improvement of living conditions of people and reducing poverty. The economic science teaches that the best way to achieve this condition is through political and economic settings. The urbanization of indigenous peoples is a growing phenomenon and this process has been giving with serious economic and social problems. In this context expresses the need to implement policies that meet differentiated according to their specific, given the cultural context that places them in a situation of vulnerability to economic and political pressures. To address this focus, this paper investigates the socio-economic situation of indigenous people who live in Boa Vista, trying to relate and explain this situation from the point of view of economic science with the contribution of other social sciences. Thus, a search was described, along with a sample of 384 people living in Boa Vista who self-identify as indigenous, investigating issues related to marginalization, poverty and state of the labor market. The interdisciplinary approach that identifies the relationship between indigenous and non-indigenous in Boa Vista is mediated by specific values of inter-ethnic contact, leading to a syncretic elaboration of their knowledge and creating a cultural hybridization. Given this reality, it was possible to see that become victims from failures in the market due to lack of knowledge and information about its dynamics, living in extreme poverty, often located in remote areas of the city. Also discussed are policies that can promote the equating of this.

Keywords: Indigenous. Income. Poverty. Public Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Percentual do tempo de residência em Boa Vista	78
GRÁFICO 02: Percentual dos motivos do deslocamento para Boa Vista	81
GRÁFICO 03: Percentual das dificuldades encontradas pelos indígenas	84
GRÁFICO 04: Entrevistados por classe de renda familiar	85
GRÁFICO 05: Dispersão da variável carteira assinada versus tempo de serviço .	88
GRÁFICO 06: Percentual da renda individual dos empregados.....	89
GRÁFICO 07: Dispersão do período desempregado <i>versus</i> atividades informais .	90
GRÁFICO 08: Percentual da renda individual com os trabalhos informais dos desempregados	91
GRÁFICO 09: Percentual da avaliação das instituições pelos indígenas	93

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: IDADE <i>VERSUS</i> SEXO	72
TABELA 02: CÔNJUGE INDÍGENAS <i>VERSUS</i> FILHOS	73
TABELA 03: POVO E % DOS QUE FALAM A LÍNGUA MATERNA E % DO PAÍS DE PROCEDÊNCIA	74
TABELA 04: GRAU DE INSTRUÇÃO <i>VERSUS</i> ESTADO CIVIL	77
TABELA 05: PERCENTUAL DAS MORADIAS POR POSSE <i>VERSUS</i> TIPO DE MORADIA	80
TABELA 06: PERCENTUAL DOS QUE PRETENDEM VOLTAR <i>VERSUS</i> RECEBIMENTO DE AJUDA AO CHEGAR EM BOA VISTA	83
TABELA 07: PARTICIPAÇÃO DE FAMILIARES EM PROGRAMAS SOCIAIS	86
TABELA 08: PERCENTUAL POR TEMPO DE SERVIÇO <i>VERSUS</i> CARTEIRA ASSINADA	88
TABELA 09: PERCENTUAL PERÍODO DESEMPREGADO <i>VERSUS</i> ATIVIDADES INFORMAIS	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTO DOS INDÍGENAS URBANOS: ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR.....	17
2.1 ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA	17
2.1.1 Dedenominação e categorias de grupos indígenas	18
2.2.1 Razões das migrações indígenas	20
2.1.3 Contato interétnico, sincretismo e hibridação cultural	21
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS	25
2.2. 1 Antecedentes histórico de Roraima: um território indígena	25
2.2. 2 História da presença indígena na cidade de Boa Vista.....	28
2.3 ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DE MERCADO	33
2.3.1 Caracterização das relações de mercado numa concepção weberiana	33
2.4 ABORDAGEM ECONÔMICA	35
2.4.1. Falhas de mercados e políticas públicas: assimetria de informação	36
2.4.2 Pobreza e renda	41
3 REVISÃO DA LITERATURA E ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS	45
3.1 PESQUISAS REALIZADAS EM RORAIMA	45
3.2 BREVE COMENTÁRIO SOBRE INDÍGENAS URBANOS NAS DEMAIS CIDADES DO BRASIL	50
3.3 CANADÁ: ASPECTOS DA REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA INDÍGENA ..	52
3.4 UMA CONSTATAÇÃO DA REALIDADE DOS INDÍGENAS QUE MORAM EM	

BOA VISTA	56
3.5 INICIATIVAS E PERSPECTIVAS DE AÇÕES PARA OS INDÍGENAS QUE VIVEM EM BOA VISTA	60
4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	65
4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	65
4.1.1 Contexto sócio-econômico da cidade de boa vista	65
4.1.2 Caracterização do estudo (tipo, métodos, abordagem e amostra	69
4.1.3 Técnica de análise e interpretação dos dados	70
4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
4.2.1 Característica dos entrevistados	71
4.2.2 Perfil escolar dos indígenas urbanos.....	75
4.2.3 Tempo de residência e situação habitacional.....	77
4.2.4 Motivações para migração e dificuldades no centro urbano	80
4.2.5 Renda familiar e condições de trabalho	84
4.3 CONSIDERAÇÕES A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA	93
4.4 ALGUNS DELINEAMENTOS DE AÇÕES	95
5 CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE A - Fotos da pesquisa	110
APÊNDICE B - Instrumento de coleta de dados	113

1 INTRODUÇÃO

A melhoria das condições de vida do homem e o progresso das nações sempre foram uma preocupação constante da humanidade. A ciência econômica ensina que a melhor forma para se atingir tal condição é através de políticas e programações econômicas, uma vez que estas apresentam como objetivos básicos: o crescimento, a distribuição e a estabilidade econômica.

O Estado de Roraima, localizado no extremo Norte do Brasil, possui uma população com cerca de 395.725 habitantes (IBGE, 2007), apresenta como característica de sua formação, a presença de um significativo número de indígenas¹ pertencentes a diferentes etnias² cuja história de ocupação territorial pelo colonizador não difere do processo sofrido nos demais países latino americanos. Atualmente, a população indígena no estado, conta com 43.291 indivíduos (IBGE, 2007), sem contabilizar aqueles que vivem nos centros urbanos.

A presença indígena nas cidades brasileiras é, em geral, caracterizada por uma inserção marcadamente periférica. Desse modo, embalados por um sonho de uma vida melhor que em suas aldeias, muitos indígenas em Roraima, migram para as “periferias” de Boa Vista, o que gera uma série de demanda por políticas públicas.

Haja vista, que imersos nesta nova ordem social, passam a sofrer uma frágil competitividade na dinâmica dos mercados, o que contribui para a grave situação sócio-econômica que levam na cidade. Muitas vezes provocadas pela intensificação

¹O termo indígena remete ao indivíduo que tem origem biológica e se sente pertencer a um povo nativo desta região que possui traços culturais particulares, línguas e costumes específicos, que na atualidade defendem um modo próprio de se organizar independente da etnia a que pertencem.

²Segundo dados fornecido pelo Núcleo Histórico Sócioambiental - NUHSA/ UFRR, a população indígena do estado é composta por 11 etnias, que são: Wai Wai, Waimiri-Atroari, Yanomami, Yekuana, Macuxi, Patomona, Taurepang, Wapixana, Ingariko, Sapará e Maiongong.

dos laços de interdependência humana que a própria expansão do mercado favorece.

Principalmente, porque ainda não há políticas claramente definidas que garantam o sentido humano de uma economia capaz de atender suas peculiaridades singulares, tratando-os como sujeitos, ratificando sua condição natural de pessoa humana. Nesse sentido, Di Marco (2007) enfatiza a necessidade de tratar o ser humano como sujeito digno, através de acesso razoável ao poder de compra e de investimentos que lhe permita viver com decoro.

Mesmo não dispondo de um critério censitário adequado para a população indígena urbana em Boa Vista, estima-se que esta cresceu muito ultimamente, conforme destaca o Centro de Atendimento a Migrantes na Cidade (CAMIC), da Diocese de Roraima, e da Organização dos Indígenas na Cidade (ODIC), usando o critério da auto-identificação, pode estar cerca de 30.000 ameríndios, considerando que também abrange um contingente grande de indígenas que migraram da República Cooperativista da Guyana, embora o número certo seja desconhecido.

Dentre outros fatores que motivam a migração, como os deslocamentos devido a conflitos por terra e da insuficiente infra-estrutura e disponibilidade de serviços essenciais (como saúde e educação) nas terras indígenas, o fator econômico é o principal, como oportunidade de obtenção de emprego e renda como perspectiva de melhoria da qualidade de vida.

O fato é que o contingente de indígenas, está, cada vez mais, freqüente na população das cidades, que somados as populações já carentes, trazem conseqüências como o desemprego, falta de planejamento quanto ao desenvolvimento, degradação ambiental, inchaço nas periferias. Tornando-se campo fértil para discussões, principalmente de como o sistema econômico regula a tão desejada melhoria de vida, destes que rompem suas fronteiras culturais, se instalam num ambiente novo, estranho e nessa nova realidade, muitas vezes, se tornam vítimas da marginalização e exclusão.

Em Boa Vista, é possível constatar as difíceis condições sócio-econômicas que perduram na população indígena urbana. Ao ler trecho de uma reportagem do Jornal Folha de Boa Vista, em setembro de 1995, publicada por Braz (2003), pode-se verificar o seguinte comentário:

Há muito tempo acompanhando a angústia do líder Macuxi Nelino Galé sobre a situação em que vive parcela significativa da população indígena que mora em Boa Vista. O reflexo para se vislumbrar esta situação está na nossa casa, basta ligar o botão dos “Barra Pesada” e do “Abrigo do Povo” que veremos gente pobre, de rosto sofrido, sem e nenhuma perspectiva de vida, sujeitando-se a pedir uma ajuda qualquer para conseguir sobreviver. Gente com rosto indígena (p.153) (grifo nosso).

Todavia, o agravamento das condições sub-humanas vividas por indígenas ainda continua sendo veiculados, a todo momento, pelos meios de comunicação local, ou seja, estão, cada vez mais, patentes na sociedade boavistense.

Em termos de análise, estudos antropológicos e levantamentos diagnósticos confirmam que a situação dos indígenas que moram nos bairros periféricos de Boa Vista é mais grave do que o imaginado (FERRI, 1990; NAMEM; FIORETTI; RODRIGUES *et. al*, 1999; SOUZA; REPETTO, 2007).

Neste sentido, a superintendência de Serviços Ambientais da Prefeitura Municipal de Boa Vista, constata freqüentes invasões de catadores de lixo no Aterro Sanitário Municipal, e destes, cerca de 90% são indígenas ou descendentes, em busca de alguma coisa para saciar suas necessidades básicas. Por outro lado, é expressiva a participação dos indígenas em delitos na capital. Segundo Baines (2008, informação verbal)³, do contingente de presos da Penitenciária do Monte Cristo em Boa Vista, 31 do sexo masculino e 6 do sexo feminino se identificam como índios, sem contabilizar aqueles que não se identificaram, embora tendo o mesmo fenótipo indígena.

Diante desses efeitos negativos, que se instalaram na realidade dos indígenas que moram em Boa Vista, propõe-se através desta pesquisa investigar o

³ BAINES, Stephen Grant. Em palestra proferida no NECAR/UFRR, sobre **Etnicidade e Nacionalidade na Fronteira Brasil-Guiana: Os povos Macuxi e Wapichana entre dois Estados Nacionais**. Em 23 de janeiro de 2008.

seguinte problema: A população indígena de Boa Vista encontra-se em graves problemas sócio-econômicos por que não existem ações voltadas para políticas públicas que viabilizem a eles acesso a conhecimento, informação e ingresso no mercado de trabalho?

A hipótese para esta questão parte do pressuposto de que, os indígenas ao chegarem aos centros urbanos desprovidos de conhecimentos e informações sobre a dinâmica do mercado urbano, não têm condições para competir com os demais no mercado de trabalho, se tornam vítimas constantes de distorções existentes nas relações econômicas como pobreza e marginalização.

Dessa forma, a justificativa desta pesquisa está focalizada no princípio de que o esforço para sanar as dificuldades encontradas na melhoria da qualidade de vida da população dos centros urbanos é um dos pontos políticos, sociais e econômicos mais relevantes da atualidade.

Um fator decisivo para se entender esta problemática é desenvolver estudos que busquem conhecer o perfil sócio-econômico dos indígenas que saíram de suas terras e encontram-se inseridos em situações de contato interétnico em relações sociais desmedidamente desiguais com segmentos da sociedade nacional/global. Neste sentido, as sociedades indígenas merecem atenção especial em decorrência da sua vulnerabilidade frente a pressões econômicas e políticas.

Portanto, entende-se que há necessidade de se analisar principalmente com um enfoque econômico a miséria vividas pela população indígena na periferia de Boa Vista e apresentar um retrato onde se visualiza que as condições de vida das populações urbanas indígenas são iguais e/ou inferior às das demais nos centros urbanos. Neste sentido, esta pesquisa busca orientar e contribuir para a formulação específica de políticas públicas que auxiliem no desenvolvimento sócio-econômico da população indígena em Boa Vista, e no planejamento de ações para o desenvolvimento e integração econômica regional.

Dentre os fatores apresentados que justificaram a realização deste estudo, encontra-se ainda a inexistência de trabalhos dessa natureza em Roraima e a

escassez de informações para formar base de dados para a região e para o Brasil, sendo, portanto, um trabalho de relevância para os estudos econômicos regionais.

Desse modo, o objetivo geral para levar a cabo essa investigação é realizar um estudo do impacto sócio-econômico em Boa Vista da migração dos indígenas, com relação a marginalização e estado de pobreza e o mercado de trabalho.

Para cumprir com o objetivo geral, outros aspectos substanciais serão desenvolvidos no decorrer do estudo, compreendendo os objetivos específicos, que são: fazer um levantamento bibliográfico referente à antropologia, sociologia, história e economia aplicáveis a pesquisa; verificar o perfil sócio-econômico do indígena que mora em Boa Vista, como idade, escolaridade, sexo, etnia, profissão, condição de domicílio, condição de ocupação no mercado de trabalho; comparar os resultados da renda com os indicadores de pobreza para orientação de adoção de políticas públicas; apresentar estratégias que orientem para ações de planejamento de desenvolvimento econômico e medidas de políticas públicas para o problema estudado.

Para o desenvolvimento deste estudo será utilizado o método de pesquisa tipo descritiva, pois descreverá a situação sócio-econômica dos indígenas que moram em Boa Vista, sob a orientação da ciência econômica, estabelecendo interface com outras áreas das ciências sociais.

Neste sentido, para a obtenção dos dados e informações, os aspectos metodológicos estarão fundados em duas fontes principais: pesquisa bibliográfica que abrange uma literatura interdisciplinar com antropologia, história e sociologia; e dados primários que foram gerados através de questionários, aplicados à uma amostra de indígenas residentes em Boa Vista.

Este trabalho está estruturado sistematicamente em 3 capítulos. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica adotada no tratamento do tema que contou com a contribuição de outras áreas tendo em vista seu objeto de estudo. Com o aporte da Antropologia, História e Sociologia, procurou-se fazer uma análise de denominação e grupos indígenas, caracterização e razões para a migração

indígena em Roraima, sincretismo e hibridação cultural. Buscou-se caracterizar mercado, renda e pobreza, falhas de mercado entre outros assuntos, a fim de elaborar um quadro teórico e estruturar conceitualmente a pesquisa.

O segundo capítulo busca descrever uma revisão da literatura a partir das pesquisas já realizadas sobre o tema em estudo na cidade de Boa Vista, com também um breve comentário sobre indígenas urbanos em outras cidades do Brasil. Enfim, mostra-se, como determinados autores abordaram a problemática do indígena, principalmente em abordagens antropológicas e históricas. No sentido de dimensionar o tratamento do tema, frente a outros à outros países, cujo seu estabelecimento se deu pela expansão de estados-nações sobre territórios indígenas, incluiu-se um breve comentário sobre a situação sócio-econômica dos indígenas no Canadá. Ainda neste capítulo, realiza-se uma abordagem bibliográfica sobre a atual realidade sócio-econômica dos indígenas em Boa Vista e as principais iniciativas locais para o equacionamento desta problemática.

Com o terceiro capítulo, pretende-se, inicialmente tratar do procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa. Neste sentido, mostra o atual contexto sócio-econômico da cidade de Boa Vista, local onde se desenvolveu o estudo, e um resumo da caracterização da pesquisa, como delineamento para o alcance de seus objetivos e a verificação da hipótese. Em seguida faz uma descrição dos resultados com a apresentação e tabulação dos resultados dos questionários aplicados aos indígenas que moram em Boa Vista e fizeram parte da amostra. Este capítulo se encerra culminando com uma consideração acerca desses resultados, além de algumas estratégias e dimensionamento de ações, no sentido de equacionar as dificuldades enfrentadas por esses indígenas.

E, por fim, a conclusão, onde tenta-se responder como se apresentou o a situação sócio-econômica dos indígenas em Boa Vista, à luz da ciência econômica. Com deduções lógicas e uma recapitulação sintética dos resultados e recomendações para o aprimoramento de trabalhos futuros.

Segue as referências e apêndices.

2 CONTEXTO DOS INDÍGENAS URBANOS: ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Esta parte terá fundamental importância para analisar o contexto sócio-econômico da população indígena de Boa Vista, que procura situar a pesquisa no panorama dos debates teóricos, partindo da idéia de que os indígenas em Roraima, constituem povos com uma longa história de colonização e contatos com a sociedade envolvente.

Neste sentido, busca-se descrever as relações entre as experiências indígenas e os processos identitários, culturais, históricos, sociais, políticos e econômicos vivenciados no meio urbano, a partir da interdisciplinaridade entre Antropologia, História, Sociologia e Economia.

Esta interface entre as disciplinas tem o propósito de construir um referencial teórico capaz de dar suporte a análise dos dados coletados. Haja vista a complexibilidade da temática em estudo.

2.1 ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA

Esta abordagem discute a relação de contato que se estabelece nas diferenças e evoluções culturais entre indígenas e não-indígenas⁴ na cidade de Boa Vista.

Dessa forma, num primeiro momento, buscou-se descrever a denominação de indígena com base no Estatuto do Índio e a classificação feita por Darci Ribeiro aos diferentes grupos em contato com a sociedade envolvente. Aspecto relevante decorrentes das relações interétnicas, como migração, o sincretismo e hibridação

⁴ O conceito de não-indígena remete áqueles indivíduos que compõe segmentos da sociedade que não se consideram indígenas.

cultural, também estarão descritos com base em Baines, Canavecci, Cancline, Mellati.

2.1.1 Denominação e categorias de grupos indígenas

De acordo com o artigo 3º do Estatuto do Índio – Lei Nº 6.001/73, a denominação de Índio ou Silvícola aplica-se a todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional.

O mesmo dispositivo legal, na alínea II do artigo 3º, reconhece uma Comunidade Indígena ou Grupo Tribal como sendo um conjunto de famílias ou comunidades indígenas, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados. No entanto, estudos antropológicos agrupam a população indígena em quatro categorias, conforme o grau de contato com a sociedade brasileira envolvente, preservando, porém, o *ethos* tribal. Segue a classificação mais conhecida, apresentada nos estudos antropológicos de Darci Ribeiro (1979):

Grupos Isolados: são aqueles povos que escaparam ao contato com a sociedade envolvente, pelo fato de habitar regiões de difícil acesso. Pouco numerosos, vivem plenamente o seu modo de produção, mas são bastante vulneráveis ao contato com a “civilização” não-indígena, que lhe pode ser fatal. Por outro lado, vale ressaltar que antropólogos, indigenistas e a FUNAI não têm, ademais, uma posição unânime sobre a forma de abordagem a tais populações indígenas, localizadas basicamente no Norte do País, questionando-se até a necessidade de estabelecimento de contato com elas.

Grupos em Contato Intermitente: são aqueles que estabeleceram uma certa distância das frentes de penetração, restringindo os contatos com agrupamentos não-indígenas. Não comercializam a produção e nem dependem da sociedade

envolvente, conservando o modo de produção tribal, basicamente sustentada na caça, na pesca e no extrativismo vegetal.

Grupos em Contato Permanente: representam a grande maioria dos povos indígenas do Brasil. São aqueles que, ao longo da História, estabeleceram diversas relações com a sociedade envolvente. Tais relações mudaram o curso autônomo desses povos e romperam o equilíbrio do modo de produção tribal, criando, em contrapartida, vigorosos laços de subordinação e dependência em relação à sociedade abrangente.

Em conseqüência, a luta de interesses faz com que tais povos vivam em constantes conflitos, identificados principalmente em choque de culturas e em diferentes modos de produção, que contrapõem o primitivo sistema de partilha coletiva da terra ao sistema capitalista da propriedade privada, no qual a terra representa um elemento de troca. Por fim, esses conflitos culminam pela desagregação de sua cultura, tradições e valores, além da marginalização e da discriminação.

Grupos Integrados: estes representam aqueles povos que abandonaram o modo primitivo de produção e se transformaram em mera força de trabalho, que os colocam em posição de igualdade com um operário ou um camponês. O fator étnico é o problema mais grave nesse processo de integração, pois tais povos, segundo Baines (2001) passam a ter graves conflitos identitários e culturais que prejudicam sua condição de cidadãos produtivos. Assim, em vez da esperada integração, o convívio das comunidades indígenas com a sociedade envolvente resulta em extermínio e etnocídio.

A partir deste entendimento, é possível compreender que os grupos indígenas presentes na cidade de Boa Vista se classificam como grupos de contato permanente e grupos integrados. Como assinala Ferri (1990, p. 22) “o índio fez-se presente na cidade de Boa Vista desde a sua fundação” e que estes estão ligados à cultura da cidade que os envolve pela vivência e meios de comunicação.

Contudo, cabe destacar a exceção dada aos indígenas da etnia Yanomami, que segundo Albert (1997) vive na floresta tropical do oeste de Roraima. Esta etnia configura um grupo isolado dentre os indígenas que habitam o estado.

Por outro lado, referindo-se aos grupos étnicos constantes em Boa Vista, Namem *et al.* (1999) e Ferri (1990), apontam que os Macuxi e Wapichana, são mais presentes por razão do contato mantido desde o século XVIII e pela proximidade de suas aldeias com a cidade, respectivamente. Com o agravante de que os indígenas que vivem nas cidades, independentemente de suas aspirações não alcançam níveis superiores na estratificação própria da sociedade nacional.

2.1.2 Razões das migrações indígenas

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) (2008) denomina-se migração todos os movimentos de pessoas de um país a outro, ou dum lugar geográfico a outro dentro dum mesmo país, com mudança de residência. Neste sentido, Golgher (2004, p.7) aponta que “no primeiro caso trata-se de migração internacional”, já no segundo “tem-se a migração interna”.

As migrações ocorrem por um conjunto de razões, que combinam dificuldades no local de origem e expectativas em relação ao local de destino. Neste sentido, o contexto motivacional dos estudos já realizados sobre o fenômeno do fluxo migratório dos indígenas para as cidades, está mediado por valores e normas peculiares da situação de contato destes com a sociedade envolvente.

Assim, para efeito deste estudo que se refere aos indígenas que saíram de suas terras de origem, de suas comunidades e se estabeleceram na cidade de Boa Vista, tem-se a figura do indígena como um imigrante em processo de migração interna. Embora, havendo alguns indígenas de países fronteiriços como República Cooperativa da Guyana e República Bolivariana da Venezuela, que também se fixaram em Boa Vista (NAMEM *et al.*,1999), este deslocamento tem um aspecto interno, haja vista que para esses povos autóctones que habitam esta região não existe a imposição de uma fronteira internacional (BAINES, 2007).

Ademais existem redes de parentesco que se ramificam entre as aldeias nos três lados da fronteira, por dentro destes Estados nacionais e por toda a região do lavrado “buscando oportunidades que já não conseguem vislumbrar em seus lugares de origem” (SOUZA e SILVA, 2006, p. 17).

Em função desta expectativa, o centro urbano se configura como um atrativo, por oferecer o ilusório fácil acesso aos bens de consumo, de circulação de mercadoria e dinheiro, para quem busca um melhor nível de vida e que a cidade parece prometer. Destarte, Golgher (2004, p. 37) observa que “pensar em migrantes no Brasil é ter em mente pessoas de baixa renda fugindo de precárias condições de vida em sua terra natal”.

Por outro lado, Namem *et al* (1999), Ferri (1990), Braz (2003), dentre outros estudiosos da questão, indicam que na migração indígena em Roraima, se realiza a convicção de encontrar na cidade de Boa Vista, melhores condições econômicas de vida. Em geral se trata da possibilidade de “conseguir trabalho”, de “ganhar dinheiro”, de “arranjar um serviço”, sinalados pelo desejo de aquisição de bens de consumo socialmente condicionado pela situação de contato interétnico.

2.1.3 Contato interétnico, sincretismo e hibridação cultural

Segundo Fioretti (2001), o fenômeno da presença de grupos indígenas nas cidades dever ser compreendido, desde o ponto de vista das identidades que estas etnias mantêm e suas implicações com as relações interétnicas estabelecidas a partir do contato com a sociedade nacional. Já Baines (2001) entende que o contato interétnico diz respeito às relações e trocas entre etnias diferentes, culturas diferentes, ocasionando apropriação de práticas, conflitos e junções ora negativos, ora positivos e até mesmo a ocorrência de conflitos identitários.

Neste sentido, uma vez inseridos em situações de contato interétnico em relações sociais com segmentos da sociedade urbana, os indígenas modelam suas preferências de consumo e alteram seu comportamento econômico. Segundo Baines (2004), essas relações são desmedidamente desiguais, e merecem atenção

especial frente a sua vulnerabilidade a pressões econômicas e políticas. Ao referir-se, historicamente, sobre a presença de indígenas em Boa Vista, Ferri (1990, p. 22) propõe que: “A relação dos índios com os brancos foi de evidente submissão. Os índios foram obrigados a aprender o português e a trabalhar em troca de comida, roupa e ferramenta, muitas vezes em situação de escravidão”. Por outro lado, Batalla (1998) *apud* Fioretti (2001), apresenta a noção de “controle de cultura” e refere-se à relação interétnica assimétrica, onde define como aquela em que existe uma relação de dominação/sujeição nas situações de contato, sendo possível distinguir os elementos culturais.

Não obstante, Cancline (1998) observa que mesmo com o chamado direito de igualdade entre os homens, proclamado nas Constituições das sociedades contemporâneas, ainda se procura manter uma dominação por meio da diferença cultural, a qual gera um sentimento de marginalização por parte do indígena. Nesta perspectiva, Ferri (1990) acrescenta que para fazer frente a esse sentimento, o indígena procura a manutenção de vínculos com os seus pares, até onde as circunstâncias das cidades os permitem.

Concomitantemente, as cidades se impõem aos indígenas com as suas modernizações e os levam a absorver sincreticamente, modalidades dessa modernização.

Ao abordar o tema do sincretismo, Canevacci (1996) o concebe como novas formas de conexões, contaminações, trocas entre culturas. O autor adverte que é um recurso usado como não aceitação pacífica de imposição, e provoca uma reelaboração nas relações interculturais. Ao tentar apreender a origem dessa condição, Vasantkumar (1992) *apud* Canevacci (1996) afirma:

Em breve um mundo globalizado também é um mundo sincretizado. (...). O sincretismo ocorre porque os seres humanos não aceitam automaticamente os novos elementos; eles selecionam e recombinaem itens no contexto do contato cultural. O processo de globalização não é simplesmente aquele em que as culturas indígenas são modernizadas, mas também aqueles em que a modernidade se indigeniza (pp. 21-22).

Esse modo, vale destacar que, o sincretismo, portanto, faz-se presente como novas formas de conexões e trocas entre diversas culturas que encontram o caminho da hibridação.

Por assim ser, é mister relembrar o propósito deste trabalho em fazer uma análise sócio-econômica da população indígena que mora em Boa Vista, entendendo-os como uma categoria específica, por não fazerem mais parte do mundo indígena tal como é vivido nas aldeias, mas viverem na cidade procurando reestruturar seus saberes como forma de sobrevivência.

Neste contexto, Melatti (1998), *apud* Braz (2003), na citação abaixo, ao tratar sobre contato entre culturas, enfatiza:

Quando duas populações estão em presença uma da outra, cada uma procura interpelar, julgar, os costumes e tradições da outra. Nem sempre tal interpretação ou julgamento se faz de boa fé. Desse modo, os civilizados brasileiros têm determinadas idéias a respeito aos índios e agem segundo essas idéias. Cada sociedade indígena, por sua vez, faz uma imagem da sociedade civilizada e atua segundo essa imagem (p.45).

Na imersão dos indígenas no cenário urbano de Boa Vista, verifica-se o estranhamento apontado por Melatti, nas relações sociais e econômicas o choque entre o indígena e o não-indígena. Neste sentido, a inserção do índio na sociedade boavistense não pode ser encarada como se este tivesse uma cultura imobilizada, fechada em si mesmo, mas, criando uma “hibridação”⁵ cultural, termo usado por Cancline (1998), quando se refere à coexistência da cultura tradicional e moderna, como é caso dos indígenas imersos no meio urbano.

O autor sugere ainda, que na atualidade não se pode falar de uma cultura única, sem mistura, todas as culturas são de fronteira. Com isto, ele procura mostrar que *em toda fronteira há arames rígidos e arames caídos*. Essas fronteiras de arames rígidos equivalem aos elementos culturais que não estão disponíveis a abrir mão dentro de uma cultura, numa determinada relação; são os elementos que

⁵ O termo “híbrido ou hibridação cultural” utilizados neste trabalho deve ser compreendido como uma ordem complexa, sobre as relações interculturais que se processam entre os indígenas e os não-indígenas que vivem na cidade de Boa Vista, evidenciando a heterogeneidade e a contínua reelaboração das culturas étnicas que não se fundiram plenamente com o sistema simbólico local, mas que também não são alheias a ele (BRAZ, 2003).

caracterizam uma cultura: o que existe que a diferencia das demais, o que a torna singular.

Já quanto aos *arames caídos*, pode-se referir àqueles elementos que estão disponíveis a se misturar, aos conhecimentos trocados por meio das relações entre culturas. Portanto, as culturas hoje estão interligadas, transpondo limites por onde é possível. Ainda com relação a esse contato cultural, Cancline (1998) aborda:

Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento (p.348).

Percebe-se então, que ocorre uma reelaboração cultural no momento do contato e que a existência de interligações entre as culturas contribui para um enriquecimento entre as mesmas. Porém não se trata de uma absorção passiva. Segundo Braz (2003), alguns elementos podem e devem ser trocados (*os arames caídos*) são intercambiados, apropriados e transformados pela outra cultura. Já outros (*os arames rígidos*) são inegociáveis e permanecem como elementos distintos de identidade do grupo.

Diante desta afirmação, Cancline deixa bem claro que o indígena, em contato com a cidade, procura reestruturar seus saberes como forma de sobrevivência, procura adaptar-se à nova ordem vigente e envereda por um caminho de transformações.

Ademais, as marcas da cultura do colonizador por um lado, o interesse e a curiosidade em relação aos aspectos culturais indígenas por outro, criaram esta interseção geradora do hibridismo que, na verdade, tem sido uma marca muito forte na identidade do habitante de Roraima. Ainda, porque vários fatores direcionam para o entendimento de cultura como “toda uma forma de vida material, intelectual e espiritual, onde se encontram propostas de mudança e resistência a essas propostas, e mais, as alterações efetivamente produzidas” (BRESCIANI, 1996, p. 38).

O fato é que o processo de hibridação já está em avançado estágio e as estratégias de resistência ou aceitação é que determinarão o resultado final deste processo intercultural.

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

A abordagem histórica descreve como se processaram as relações que criaram a interseção geradora do hibridismo na população indígena roraimense, principalmente a urbana. Neste sentido, acredita-se que ao repensar o contexto histórico, torna-se imprescindível fazer uma minuciosa análise dos aspectos que envolvem o cotidiano dos indígenas que moram no espaço urbano de Boa Vista.

Portanto, num primeiro momento, esta abordagem se dá a partir de um histórico sobre o processo de colonização do estado de Roraima, que favoreceu a mesclagem cultural indígena. Neste contexto, a miscigenação e o contato intercultural ocorreram de forma forçada e violenta, semelhante ao da colonização do Brasil. Num segundo momento, procura-se destacar como se deu o processo de imersão dos indígenas na cidade de Boa Vista.

2.2.1 Antecedentes histórico de Roraima: um território indígena

O Estado de Roraima era um município do Amazonas, denominado Rio Branco⁶, até 13 de setembro de 1943, quando foi criado o Território do Rio Branco, mediante Decreto Lei Nº 5818, sendo Boa Vista sua capital, a qual era conhecida anteriormente como Boa Vista do Rio Branco. Em 1962, passou a chamar-se Território Federal de Roraima. Com a promulgação da Constituição de 1988, o Território é elevado ao patamar de Estado de Roraima.

A questão indígena foi parte da economia política colonial. Com um olhar sobre a história de Roraima, é possível perceber que o processo não vai ser

⁶ As primeiras notícias oficiais da região do Rio Branco no Brasil, são de 1639, por ocasião da viagem de Pedro Teixeira, que deu nome ao rio, quando foi fundada a Capitania de São José do Rio Negro, com a ocupação do médio Amazonas pelos portugueses. Espalhados no vale do Rio Branco, encontravam-se vários povos indígenas (FERRI, 1990).

diferente da colonização do Brasil, com a chegada dos portugueses nos anos 1500. Muitos impactos e conflitos foram gerados e os registrados pelos primeiros narradores e estudiosos, mostravam a presença dos povos indígenas que habitavam o litoral brasileiro, desde tempos imemoriais, bem antes de os europeus aqui chegarem.

A obra pioneira “As Muralhas do Sertão”, da antropóloga Nádia Farage (1991), trata a história dos povos do Rio Branco nos séculos XVII e XVIII. Farage destaca o papel que os povos indígenas habitantes dessa região, desempenharam durante o processo de disputa de terras, objetivando a ocupação colonial, tecida por portugueses, ingleses, espanhóis e holandeses.

Isto posto, é perceptível que, historicamente, a ocupação das terras de Roraima deu-se pela perspectiva de preservação do território nacional, principalmente, por estarem situadas em áreas de fronteira. Segundo Braz (2003, p. 59) “essa fronteira sempre foi alvo de grande cobiça por parte de exploradores e aventureiros de várias nacionalidades, principalmente os envolvidos pelo sonho de encontrar o Eldorado, propalado como lendas indígenas dessa região”.

Para Farage (1991), naquele momento de ocupação colonial, o elemento político das etnias tornava-se indispensável para obter a hegemonia do território. Complementa a autora que na república, Joaquim Nabuco valeu-se do argumento do pioneirismo dos portugueses nas alianças com os índios do Rio Branco para assegurar a posse da área nos processos de delimitação das fronteiras do extremo norte do país.

Com relação à disputa entre os domínios coloniais de Portugal, Espanha e Holanda, Barbosa (1993), comenta:

Um conflito com os espanhóis no início da década de 1770, deu origem a uma maior abrangência portuguesa. Um plano que previa a instalação de uma fortificação nesta região foi levado adiante. Esta seria a melhor forma de militarizá-la, para defender e resguardar a integridade desta zona de conflitos contra qualquer tentativa de maior aproximação de outras nações européias. A fortificação foi criada em 1775 pelo capitão engenheiro Philippe Sturm, um alemão contratado pela coroa portuguesa. A obra foi batizada de Forte São Joaquim do Rio Branco e instalada no ponto mais estratégico desta região: entre os rios Branco e Tacutú, na foz do último peã margem esquerda (p. 125).

A partir deste momento da história, foi possível considerar o início de uma modesta, porém politicamente determinada ação colonizadora nesta região. O aldeamento e estacionamento de colônias militares foram estratégias utilizadas pelos portugueses para evitar possíveis tentativas de invasão de seus domínios, consolidando a ocupação do lavrado de Roraima. Neste momento, o desejo das elites de consolidar uma população nacional unificada em torno de valores culturais europeus foi imposto através de políticas de "integração" cultural expressas em miscigenação (1861 [1787]) implantadas no rio Branco por Lobo D'Almada (FERRI, 1990).

Dessa forma, os povos indígenas foram atingidos com a captura em prol da construção dos empreendimentos militares, além de enfrentarem políticas de invasão e ocupação dos seus territórios por agentes sociais enviados pelo Estado (soldados, missionários, comerciantes, professores e administradores), dando início a um processo irreversível de contato interétnico.

Os registros desse período da colonização mostram a participação, muitas vezes em regime de escravidão, de grupos indígenas nas mais diversas atividades, como: remadores de canoas, pescadores, plantadores de roças, ajudantes de vaqueiros, dentre outras. Segundo Ferri (1990, p.13), "isto promoveu não apenas o deslocamento de alguns desses grupos para outras áreas, mas também o aliciamento, a dizimação e a tentativa de *civilizá-los*".

Nas primeiras décadas do século XX, as posses particulares com invasões constantes, tanto de posseiros, quanto de fazendeiros e garimpeiros expandiram-se significativamente, impondo sérias restrições à autonomia dos povos indígenas. Segundo Braz (2003, p. 27) "na medida em que a cultura indígena entrava em desagregação, estes passavam a depender cada vez mais do conquistador".

Neste sentido Ferri (1990) comenta:

O processo de transferência das famílias indígenas da própria maloca para as fazendas de brancos é antigo e bastante conhecido na área do lavrado. Os fazendeiros, que ocuparam com o gado as terras indígenas,

descobriram logo nos mesmos Índios um potencial ideal de mão-de-obra para as próprias fazendas. Macuxi, Taurepang e Wapixana, de qualquer idade e sexo, tornaram-se assim uma força de trabalho que podia ser explorada. Quanto mais se destruísse a estrutura econômica indígena, maior era a possibilidade de se recrutar índios para trabalhar (p.38).

Dessa forma, esses indígenas foram introduzidos em uma nova economia, tornando-se cada vez mais dependentes, ao ter que reelaborar suas técnicas rudimentares com os outros conhecimentos adquiridos. A coexistência dessa forma de contato, obrigou-os a buscar novas formas de trabalho, acelerando a migração também em direção às cidades, onde estão sempre reelaborando seus saberes, devido à necessidade de se adaptar a cada novo paradigma de contato, em defesa de sua sobrevivência.

O contexto boavistense mostra que, este hibridismo já está configurado, uma vez que todo o processo “civilizatório” incumbiu-se de impor traços culturais do não-indígena nas famílias indígenas. Assim, o saldo do contato das sociedades indígenas com as frentes de expansão foi a depopulação, deslocamentos contínuos, desintegração dos grupos, e integração em atividades econômicas da área rural ou urbano informal, transformam-se precariamente em homens urbanos.

2.2.2 História da presença indígena na cidade de Boa Vista

Boa Vista foi o primeiro povoado caracteristicamente urbano de Roraima, surgiu no século XIX, oriunda de povoamentos e fazendas que estabeleceram-se ao longo dos rios que compõe a bacia do Rio Branco.

Ferri (1990), ao examinar fontes diferentes, concluiu que:

Boa Vista surgiu nas proximidades do povoado de Nossa Senhora do Carmo, formada por indígenas “reduzidos” existentes desde 1777, quando um oficial do Forte de São Joaquim fundou uma fazenda de gado a margem direita do Rio Branco e lhe deu o nome de Boa Vista. A tradição oral revela também, nas proximidades de Nossa Senhora do Carmo, a existência de algumas aldeias dos índios Paravilhanas⁷, hoje extintos (p. 20).

⁷ Pode-se concluir que este foi um dos saldos da política pombalina em Roraima. Segundo Souza (1969) apud Barbosa (1993), esta etnia estava sempre envolvida em revoltas contra as péssimas condições de vida que lhes era imposta, a exemplo do violento combate, ocorrido em 1978, conhecido como “Praia do Sangue” onde uma tropa de combate eliminou um grupo desses

De acordo com Barbosa (1993), os povoamentos desta época era uma ação político-colonizadora idealizada pelo marquês de Pombal⁸, denominados de “diretório de índios”, estes tinham como objetivo aldeiar os indígenas sob influência religiosa, facilitando os ensinamentos e promovendo o desenvolvimento de uma economia agrícola e pesqueira baseada na força de trabalho indígena. Diante deste fato, analisa: “Os índios funcionavam como mão-de-obra escrava e eram facilmente utilizados como peças de mercadorias que rendiam lucro fácil para quem os tivesse sob controle” (BARBOSA, 1993, p.125).

Seguindo esse raciocínio, referindo-se as atividades desenvolvidas pelos indígenas locais, Ferri (1990, p.22) sublinha que “o índio marcou presença na vida da cidade desde sua fundação, mas só como mão-de-obra barata, mais acessível para o desenvolvimento de Boa Vista”.

A partir da seca nordestina de 1877, o fluxo migratório chegou a alcançar o rio Branco. Inicialmente, vieram grupos originários do Maranhão, Ceará, e, sucessivamente, famílias inteiras de todo o Nordeste brasileiro. O Plano Diretor (2006) aponta que essas ondas migratórias contavam com auxílio governamental para a sua fixação em Roraima. Assim, cada família recebia em média 25 hectares e alguns insumos agrícolas para garantir sua sobrevivência e permanência. Portanto, as primeiras ocupações estavam estruturadas com base na atividade agrícola viabilizada pela utilização da mão-de-obra dos migrantes.

Concomitantemente, essas pessoas trouxeram seus costumes, suas histórias, sua visão particular de mundo, marcando assim o desenvolvimento econômico, social e político de Boa Vista, desconhecendo e desrespeitando também as culturas indígenas existentes neste território. Diante de tais fatos, fica

indígenas, após uma revolta destes onde mataram moradores e destruíram alguns povoamentos.

⁸ Para maiores detalhes da incidência dessa drástica política colonialista sobre os indígenas da região cf. BARBOSA, R. Imbrózio. **Ocupação Humana em Roraima I: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1993. P. 123-144. (Sér. Antropol.)

explícito que a hibridação cultural que envolve o cenário urbano de Boa Vista, remete a sua colonização.

Neste cenário, o francês Henri Cordeau *apud* Ferri (1990, p.22) em sua viagem pelo rio Branco, em 1887, deixou o seguinte relato: “A população de Boa Vista compõe-se de brancos⁹, mamelucos e índios. Esses últimos prestam serviços domésticos e trabalham para os brancos. Conteí dois europeus em Boa Vista: um português e um italiano. Os outros brancos são da Amazonas, do Pará e do Ceará”.

Já no começo do século XX, Boa Vista contava com cerca de 10 mil habitantes, dos quais somente 3 mil eram mestiços ou brancos, na maioria comerciantes ou fazendeiros. Os indígenas, que constituíam a maioria, não tinham direitos nem poder de decisão.

A presença missionária dos padres beneditinos que, chegaram em Boa Vista em 1909 (BARBOSA, 1993), meio a uma disputa entre fazendeiros e políticos locais, teve um papel maior no processo de urbanização dos indígenas, com a fundação de escolas e internatos (FERRI, 1990). Se por um lado, oferecia instrução, por outro, afastava os jovens indígenas da vida das suas comunidades e de sua cultura, haja vista que essa educação era imposta, não levando em consideração as diferenças culturais.

A época do apogeu da borracha (1910-1913), trouxe para a Amazônia um grande contingente migratório, sobretudo de nordestinos. Contudo, a queda dessa atividade acarretou o desemprego em larga escala, não apenas dos migrantes como também das populações indígenas, que se deslocaram para outras áreas urbanas ou partiram em busca de uma nova atividade econômica. O rio Branco foi uma das áreas de atração dessas populações, devida às suas reservas minerais e à expansão da atividade agrupecuária.

⁹ A palavra “branco” é o termo muito utilizado pelos autores da época para diferenciar dos indígenas, hoje é também utilizado a palavra “não-indígena”, que tem o mesmo significado, o que foi preferido neste trabalho.

De acordo com os dados do IBGE, no período de 1920 a 1950 houve um aumento populacional de Boa Vista de 80% aproximadamente, a partir da criação do Território Federal do Rio Branco. Os indígenas da cidade sofreram diretamente esse processo de inchamento urbano. Segundo Ferri (1990, p. 24), “se, de um lado, a situação de extrema pobreza na qual se encontravam esses últimos migrantes os aproximava dos indígenas - parte mais pobre da população de Boa Vista -, de outro lado, tornaram-se seus rivais na disputa dos poucos trabalhos manuais existentes”.

A autora argumenta que nos bairros de Boa Vista, indígenas e nordestinos aprenderam a conviver com a mesma situação de exploração. Mas qualquer homem branco, mesmo o mais pobre e analfabeto, tinha sempre uma vantagem em comparado ao indígenas: era branco, “civilizado”. Muitos migrantes nordestinos, que chegaram pobres em Boa Vista, conseguiram, com o tempo, os melhores lugares na sociedade local. “O índio não teve vez”, como comentam hoje os principais líderes Macuxi (FERRI, 1990).

Outro quadro de imigração em massa para Boa Vista, que acarretou um processo de urbanização rápido e intenso, foi a descoberta do garimpo na década de 1980 (PLANO DIRETOR, 2006). Com essa “corrida do ouro”, o custo de vida em Boa Vista passou a ser um dos mais altos no Brasil. Os produtos da cesta básica subiram para níveis insuportáveis para quem tinha uma renda baixa.

Diante desta realidade, as famílias indígenas da cidade reduziram drasticamente seus gastos, sobretudo na alimentação. Muitas criança indígenas que viviam na cidade foram hospitalizadas por desnutrição. O clima geral de violência, corrupção, aventura, impunidade “poluiu” a cidade e os bairros periféricos, onde se encontra a maioria das famílias indígenas.

Em relação a esse contexto, Ferri (1990), observa que:

A entrada dos garimpeiros alterou mais ainda a frágil resistência cultural dos índios da cidade, que sofreram inclusive a explosão da violência e da criminalidade. Na época da máxima expansão da atividade garimpeira. Boa Vista chegou a índices assustadores de assassinatos (setecentos homicídios só no ano de 1989, segundo dados do Instituto Médico Legal de

Boa Vista), números proporcionalmente parecidos com aqueles das grandes capitais do centro-sul do país (p.26).

Apesar da exploração no trabalho e das precárias condições de vida, verificou-se um forte fluxo migratório indígena para a cidade, proveniente das malocas do interior.

Ferri (1990), observa que, no caso das áreas Wapixana da serra da Lua e de Taiano, a cidade fica a menos de 100 km, com estradas, e trilhas que atravessam toda a extensão dessas duas regiões. Essa situação facilita a transferência de muitos Wapixana para a cidade, onde bairros inteiros são formados por gerações sucessivas de indígenas destribalizados.

O fato da proximidade entre aldeias e a cidade de Boa Vista, favoreceu também um outro fenômeno: a possibilidade dos Wapixana terem, mesmo continuando a morar nas malocas, uma base de apoio nas casas dos “parentes” que vivem na cidade. Na maioria das vezes, esse processo acaba inevitavelmente com a decisão de se fixar definitivamente em Boa Vista.

Ferri (1990) aborda que mais complexa é a situação nas malocas dos Macuxi que moram mais longe e que sofreram menos as “tentações” de Boa Vista. Brigas com os fazendeiros pela posse da terra, graves problemas de saúde, pobreza extrema, crises de identidade étnica e outras motivações foram a causa da migração.

A cidade oferece aos jovens indígenas uma possibilidade de trabalho que, além de resolver os problemas econômicos, é uma solução para superar desentendimentos com os pais, que antigamente eram resolvidos dentro das regras rituais da tradição indígena.

Destarte, oferece novas perspectivas de vida que atrai esses jovens com a promessa de uma vida melhor, caracterizando um dos principais fatores para a migração aos centros urbanos (NAMEN *et al*, 1999; FERRI, 1990; BRAZ, 2003; SOUZA e REPETTO, 2008).

2.3 ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DE MERCADO

A abordagem sociológica, a partir das interações que ocorrem na vida em sociedade reportará a caracterização de mercado, numa concepção weberiana, como forma por excelência de "socialização entre estranhos", qual seja, indígenas e não-indígenas. Desse modo, tem como propósito promover uma reflexão teórica acerca das relações e laços de interdependência humana que a própria expansão do mercado favorece, dado este que se aplica também a realidade indígenas no contexto urbano de Boa Vista.

2.3.1 Caracterização das relações de mercado numa concepção weberiana

Segundo Mankiw (2007, p.64) “um mercado é um grupo de compradores e vendedores de um determinado bem ou serviço”. Neste sentido, vale destacar que quando o indígena é inserido no meio urbano passa a ser um demandante ou ofertante destes bens na dinâmica do mercado, numa troca interétnica de objetos ou alimentos.

Como aponta Lévi-Strauss, *apud* Reis (2003), não importa a natureza das coisas trocadas nem as especificidades concretas do contexto em que ocorre a troca, mas o fato primeiro da reciprocidade da relação. Assim, o indígena na cidade passa a ser membro de uma comunidade constituída na relação de trocas, portanto suscetível aos conflitos que emergem nas circunstâncias de mercado.

Weber (1994) fala claramente de “comunidade de mercado”. Mas, efetivamente, trata-se de uma comunidade bastante *sui generis*:

[...] do ponto de vista sociológico, o mercado representa uma coexistência e seqüência de relações associativas racionais, das quais cada uma é especificamente efêmera por extinguir-se com a entrega dos bens de troca [...]. A troca realizada constitui uma relação associativa apenas com a parte contrária na troca (p. 419).

Isso posto, é perceptível que cada troca é caracterizada como uma relação associativa, que se esgota no interesse que cada uma das partes deve ter no bem

trocado, ou seja, cada uma das partes constitui uma sociedade efêmera, que se extingue no ato da troca. Portanto a apreensão weberiana do conceito de “mercado” identifica nele a forma de socialização por excelência que é simultaneamente interessada e solidária.

Segundo Reis (2003), no mercado, há um reconhecimento evidente de que todos podem legitimamente perseguir apenas o seu próprio interesse individual. Diante dessa concepção, a forma de interação que constitui a troca pode perfeitamente se dar sem que qualquer dos participantes se preocupe por um instante sequer com o bem-estar do outro. Entretanto, Reis (2003) adverte que na configuração da relação de mercado há o reconhecimento universal de que cada um é portador de direitos que não podem em hipótese alguma ser violados caso contrário, não há troca, mas roubo: um crime.

É por isso que Weber (1994) afirmou que o mercado é originariamente a forma de socialização possível entre inimigos. Assim, de maneira genérica, pode-se dizer que se tornou a forma típica de socialização entre estranhos.

Dessa forma, reconhece-se, de saída, que os dois participantes de uma troca não precisam se importar um com o bem-estar do outro. Entretanto, embora que seja, ainda assim é uma forma de relação interpessoal que preserva uma dimensão comunal, porque ambos reconhecem tacitamente que são portadores de um determinado elenco de direitos comuns, e esperam do outro a observância desses direitos, pertencendo ambos, portanto, a alguma forma de comunidade.

Essa ambigüidade fundamental é patente na passagem abaixo, que não deixa de ecoar a tese marxiana sobre o “fetichismo da mercadoria”:

A comunidade de mercado como tal constitui a relação vital prática mais impessoal que pode existir entre os homens. Não porque o mercado implica a luta entre os interessados. Toda relação humana [...] pode significar uma luta com a outra parte [...]. Mas porque ele é orientado de modo especificamente objetivo, pelo interesse nos bens de troca e nada mais (WEBER, 1994, p. 420).

Não passou despercebido a Weber, portanto, o que pode haver de repugnante no mercado em consequência da frieza e da impessoalidade de sua operação. Ele reconhece que o mercado é, efetivamente, “estranho a toda confraternização”, e que toda ética condena a prática do “mercado livre” entre *irmãos*. Mas é, ao mesmo tempo, e por essa mesma razão, a única relação “formalmente pacífica” entre estranhos.

Daí a ambigüidade fundamental do mercado: emancipatório por autorizar a perseguição de fins pessoais, independentemente da opinião alheia; e opressivo por viabilizar, rotinizar e por fim legitimar a indiferença recíproca.

Diante desta abordagem de "comunidade de mercado", se torna representativo o depoimento de um indígena, *apud* Ferri (1990, p.64), “o relacionamento com o “civilizado” acaba quando eu faço um trabalho para ele. Depois eu fico na minha e ele na dele”.

2.4 ABORDAGEM ECONÔMICA

Nesta abordagem realiza-se um exame do tema ora proposto buscando saber como proceder diante de realidades onde o sistema de mercado se torna incapaz de garantir justiça social e melhoria da distribuição de renda. Assim, se abordará sobre falhas de mercado com informação assimétrica, identificável no contexto econômico dos indígenas urbanos. Na expectativa de solucionar e/ou equacionar essas falhas, justifica-se a intervenção do governo com o planejamento e implementações de políticas públicas.

Num segundo momento, considerando que a concentração de renda pode ser vista como um dos fatores de situações de pobreza, procurou-se estabelecer linhas de pobreza e indigência, como indicador para avaliar a situação sócio-econômica dos indígenas urbanos.

2.4.1 Falhas de mercados e políticas públicas: assimetria de informação

Os indígenas, em contato com o ambiente urbano, passam a sofrer uma frágil competitividade na dinâmica dos mercados, isto constitui fator principal para a má qualidade de vida que levam na cidade (NAMEM *et al*, 1999; FERRI, 1990; BRAZ, 2003; SOUZA e REPETTO, 2008). Nesse sentido, Di Marco (2007, p.70) aponta a “necessidade de tratar o ser humano como sujeito digno, através de acesso razoável ao poder de compra e de investimentos que lhe permita viver com decoro”.

Frente a este contexto, verifica-se que a intervenção do Estado é fundamental, inclusive para garantir o próprio funcionamento do mercado, segundo leis que devem ser respeitadas por todos (MANKIW, 2007). Acrescentadas ao fornecimento de bens públicos¹⁰ como a educação, a qualificação profissional, o apoio aos pequenos negócios e as ações compensatórias para os segmentos sociais marginalizados ou excluídos da economia de mercado.

Neste sentido, faz-se importante recuperar algumas referências econômicas dentro da pesquisa de George Akerlof (1970), Michael Spence (1973) e Joseph Stiglitz (2000)¹¹, economistas Norte-americanos, sobre falhas de mercados e assimetria de informação. Esses economistas constataram o que hoje parece ser uma obviedade, embora ainda constitua-se em fenômeno de difícil mensuração: “os mercados são imperfeitos e precisam de agências governamentais para fiscalizá-los e levá-los à sua eficiência máxima”, cujos primeiros estudos e publicações são atribuídos a Akerlof na década de 1970 (TICONA e FROTA, 2003).

Segundo uma linguagem simples, fala-se de assimetria na informação como um fenômeno que ocorre quando dois ou mais agentes econômicos estabelecem entre si uma transação econômica com uma das partes envolvidas detendo

¹⁰ Os bens públicos ou bens coletivos, justificam-se conceitualmente pelo fato de terem consumo/uso indivisível, ou seja, o uso por um indivíduo não exclui a utilização por outro, que ainda por apresentarem características próprias, faz com que o Estado assuma a responsabilidade por seu fornecimento (FLORISSI, 2004).

¹¹ Esses economistas ganharam o Prêmio Nobel de Economia de 2001, por seu trabalho pioneiro nesse campo (ALDRIGHI, 2004).

informações qualitativa ou quantitativamente superiores aos da outra parte. Cria-se, assim, uma desvantagem óbvia para um dos agentes envolvidos na transação, assim caracterizando um exemplo, por excelência, da célebre máxima de que "saber é poder" e que, em Economia, não existe o que comumente se denomina de "informação perfeita". Neste sentido, segundo Mankiw (2007, p. 484), "uma diferença de acesso a conhecimento relevante é chamada de Informação Assimétrica".

Três premissas básicas caracterizam a assimetria da informação (TICONA e FROTA, 2003):

- a) seleção adversa, caracterizada pela falta de informação, que conduz pessoas a fazer uma escolha errada;
- b) risco moral, caracterizado por um comportamento oportunista do interlocutor que possui a maior informação;
- c) exclusão de produtos de boa qualidade, caracterizando uma situação em que o desconhecimento da qualidade de produtos propicia uma saída dos produtos de qualidade do mercado pela concorrência desleal dos produtores.

Estes supostos da assimetria da informação englobam um conjunto de problemas que tornam a economia ineficiente. No que concerne à premissa seleção adversa, refere-se ao problema da falta de conhecimento do consumidor que, enganado ou induzido ao engano, escolhe um produto de qualidade inferior, deixando vulnerável a indústria de produtos de qualidade. No que se refere ao risco moral, considera-se o oportunismo da parte interessada, que detém a informação mais relevante. Já a última premissa denota apenas uma consequência dos dois anteriores, que exclui produtos de boa qualidade do mercado.

Mas o que tem a ver esta abordagem com a realidade indígena de Boa Vista?

A ênfase dada remete a Cancline (1998), quando se refere aos cruzamentos socioculturais, em que o tradicional e o moderno misturam-se. Ele afirma que: "Não se trata apenas de estratégias das instituições e dos setores hegemônicos. É possível vê-las também na "reestruturação" econômica e simbólica

com que os migrantes do campo adaptam seus saberes para viver na cidade” (CANCLINE, 1998, p.18).

Assim, inseridos no contexto urbano, os índios modelam suas preferências de consumo, alteram seu comportamento econômico e passam a demandar por mais bens que quando estavam em suas aldeias, como também prestadores de serviços no mercado de trabalho.

Observando dados de pesquisas realizadas por James Mirrlees (Universidade de Cambridge, Inglaterra) e William Vickrey (Universidade de Colúmbia, Estados Unidos) pode-se justificar a dinâmica do mercado local. Segundo os referidos pesquisadores dessa área da economia, sociedades formadas por grupos que, detêm mais informações que outros, podem usá-las estrategicamente, provocando distorções no mercado.

Os indígenas imersos no contexto urbano, sem conhecimento e experiência com a economia de mercado passam a ser vítimas consequentes da assimetria de informação nas operações que fazem parte de sua vida econômica.

Seguindo a ordem do raciocínio exposto acima, ficam autênticas as Falhas de Mercado¹². Conforme Mankiw (2007), essas falhas acontecem em uma situação em que o mercado por si só não consegue produzir uma alocação eficiente de recursos, isto é, as falhas de mercado, observável neste contexto, contribui para afastar a economia local do pressuposto do modelo básico competitivo e aumentar a dificuldade de permanência da eficiência de Pareto¹³.

Nessa ordem de raciocínio Ballard e Ramió (2002) *apud* Pereira (2005), percebem que falhas de mercado são entráveis para o desenvolvimento econômico de qualquer sociedade, entendidas aqui, “como comportamentos tendentes à

¹² As falhas de mercado, podem ser classificadas como: e existência de bens públicos, os monopólios naturais, as externalidades, os mercados incompletos, as informações assimétricas, a ocorrência de desemprego e inflação (MANKIW, 2007).

¹³ A Teoria do Bem Estar Paretiano admite que o bem estar de um grupo de indivíduos aumenta, de acordo com o critério de Pareto, se pelo menos um indivíduo torna-se melhor e ninguém fica pior, para uma determinada realocação de recursos (MANKIW, 2007). Faz-se importante destacar que o conceito do ótimo de Pareto tem o papel de um artifício analítico para o bem estar econômico, não podendo ser considerado como uma medida normativa para a política econômica.

viciação das regras de jogo de mercado que violam os princípios da economia competitiva, e desta violação surgem distúrbios na eficiência do mercado, quer seja ao nível da produção, quer seja ao nível da distribuição” (BALLART e RAMIÓ, *apud* PEREIRA, 2005, p.122).

Para Mankiw (2007), quando surgem fatos, que se traduzem em ineficiência de mercado, os governos atuam com o pressuposto de melhorarem a alocação de recursos, definindo políticas e elegendo a que se apresenta com a maior probabilidade de fazer funcionar melhor o mercado, que segundo o entendimento de Ballart e Ramió (2002), atuam ao nível da provisão e da regulação de mercado. Esta posição pode se ainda corroborada por Neves, ao entender que a “intervenção do estado na economia orienta-se para a correção e para a resolução de questões que afligem a sociedade” (NEVES, s.d, p.91).

Colocada essas teorias à luz da realidade vivenciada pela população indígena que habita em Boa Vista, capital de Roraima, é possível perceber a necessidade da intervenção do estado, na ausência da eficiência econômica¹⁴, através de políticas públicas. Em acordo ao que afirma Samuel e Nordhaus (1993) *apud* Pereira (2005, p. 119) “as correções das Falhas de Mercado estimulam a eficiência, o que se transformará numa importante fonte de ganhos para toda a sociedade”.

Neste momento, torna-se pertinente, destacar Florissi (2004), que referindo-se a bens culturais na economia da cultura¹⁵, aponta que o governo deve incentivar medidas de educação para a demanda de bens culturais, onde relaciona a questão de informação assimétrica a ineficiência na economia. Segundo Ronald Coase (*apud* FLORISSI, 2004), o problema da informação assimétrica está relacionado com a educação¹⁶.

¹⁴ Dizemos que uma economia é eficiente se esta maximiza o bem-estar da sociedade, entendida como o somatório do excedente dos agentes econômicos desta economia (MANKIW, 2007).

¹⁵ Cf. VALIATI, Leandro; FLORISSI, Stéfano. **Economia da Cultura: Bem-estar econômico e evolução cultural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. Obra que estimulou o debate sobre esta nascente área da economia e motivou a criação ACEI (Association for Cultural Economics International).

¹⁶Ronald Coase, em seu artigo “The Problem of Social Cost” de 1960.

No contexto da pesquisa, seria que na fase de seleção de empregos, empregadores podem utilizar a educação como forma de definir salários futuros dos possíveis contratados e tirar conclusões de certas características dos candidatos que facilitariam a decisão de contratação. Para tanto a informação assimétrica ocorre quando uma das partes na transação conhece ou sabe de um fato material relevante que a outra desconhece.

Esta abordagem torna indubitável que o conhecimento e a informação são elementos cruciais em todas as economias presentes nos modos de desenvolvimento, até por que o processo de produção sempre está baseado em algum grau de conhecimento e no processamento de informação.

Neste sentido, por um lado, Mankiw (2007, p.9), enfatiza que, embora sendo indiscutível um dos dez princípios da economia, de que “os mercados são geralmente uma boa maneira de organizar a atividade econômica”, bem como sua capacidade de fazer coisas bem feitas. Por outro, que as falhas de mercado, dá uma nova razão para ter cautela, visto que esses mesmos mercados enfrentam, por vezes, limitações na sua atuação, fato que neutraliza a intensidade do bem-estar da população em geral.

Ainda neste âmbito, Mankiw (2007, p.10) sublinha, em outro princípio econômico “que os governos podem melhorar os resultados de mercado”. De acordo com esse raciocínio, para os fins desse trabalho, as políticas são ações públicas organizadas e sistemáticas que têm com objetivo a garantia e a oferta de bens em quantidade ótima, incentivando um crescimento educacional em nível de capital humano que gere uma demanda crescente e qualitativa, preservando valores inerentes à população em questão.

Esta é a expectativa, ao relacionar as falhas de mercado à realidade que perdura, desde muitos anos, em grande parte da população indígena que mora na cidade de Boa Vista. Devido à deficiência das políticas de atendimento ao índio na cidade (SOUZA & REPETTO, 2008; FERRI, 1990; NAMEM *et.al*, 1999), são

inúmeras as dificuldades econômicas enfrentadas pelos indígenas que migram de suas aldeias para as cidades¹⁷.

2.4.2 Pobreza e renda

Os temas pobreza e desigualdade têm aparecido como temas importantes, principalmente em economias com desigualdades sócio-econômicas significativas. Formam um dos traços estruturais mais perversos da sociedade brasileira, não se restringindo somente às áreas rurais. Estão presentes também na periferia das grandes cidades, em verdadeiros cinturões que reúnem milhões de pessoas em situação de precariedade e exclusão. No que diz respeito à abordagem pela eficiência, se sabe que a pobreza é um forte entrave ao desenvolvimento econômico.

A pobreza aqui, será dimensionada na desigualdade na distribuição de renda, visando compreender melhor as situações de pobreza a que estão submetidos os indígenas urbanos de Boa Vista.

Entretanto padrões culturais e sociais relativizam a situação de pobreza. Assim, essa variável, em se tratando de povos indígenas, deve ser analisada com ressalva. De acordo com o escritor indígena Daniel Munduruku (*apud* GOIS, 2005), diretor-presidente do Instituto Indígena Brasileiro para a Propriedade Intelectual (INBRAPI), ao avaliar o conceito de pobreza e desenvolvimento urbano em comunidades tradicionais, adverte que pode ser empregado a populações indígenas urbanas, mas não pode ser aplicado sem tratamento crítico aos indígenas que vivem em aldeias.

Neste sentido, do ponto de vista de uma economia monetária e de mercado, o autor acrescenta “Se você pesquisar uma aldeia apenas pelo critério de renda, chegará a conclusão de que aquele é um lugar de muita miséria. Porém há de se considerar que o povo indígena sempre viveu com muito pouco” (MUNDURUKU,

¹⁷ A migração de indígenas para outras cidades brasileiras será abordada, embora de forma sucinta, no subtítulo 3.2.

apud GOIS, 2005). Neste momento o autor se refere à economia de subsistência nas aldeias que tinha os recursos naturais de forma abundante.

Frente a esse contexto, faz-se importante trazer algumas definições sobre quem pode ser considerado pobre. Romão (1993) alerta para a complexidade que envolve o conceito de pobreza, com diferentes percepções e conceituações deste fenômeno. Conclui que o conceito de pobreza guarda uma estreita relação com a noção de desigualdade, embora não devam ser tratados como sinônimos.

Já de acordo com Hagenaars e De Vos (1988, *apud* KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006), a pobreza pode ser considerada sob o aspecto absoluto (ter menos que um mínimo objetivamente definido), relativo (ter menos que outros na sociedade) e subjetivo (não ter o suficiente para seguir adiante).

Entretanto, de acordo com o relatório sobre pobreza rural elaborado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) (2000), a condição de pobreza pode ser definida, de uma forma mais abrangente, como um fenômeno multidimensional, com aspectos culturais, sociais e econômicos que se caracterizam pela: exclusão e discriminação devida a origem étnica ou ao gênero; carência ou acesso limitado a serviços destinados a satisfazer as necessidades básicas das famílias; e níveis de renda inferiores à quantidade mínima necessária para obter um conjunto básico de bens e serviços para a família, incluindo os alimentos.

Embora havendo dificuldades a serem consideradas no aspecto metodológico, para se definir quem é pobre, as medidas de pobreza podem ser divididas em medidas monetárias e não-monetárias (LOPES; MACEDO e MACHADO, 2003). A abordagem monetária inclui as chamadas Linha de Indigência e Linha de Pobreza.

Seguindo a ordem de raciocínio dos autores acima, a primeira caracteriza-se pelo valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência. A Linha de Pobreza é o valor da Linha de Indigência acrescido do montante monetário capaz de arcar com

despesas básicas de transporte, vestuário e moradia. Estas são medidas de pobreza absoluta que permitem a identificação do contingente de pobres de um país.

Considerando o fato de que, reconhecidamente, a população indígena de Boa Vista, não dispõe dos meios para atender às suas necessidades básicas, o conceito de pobreza relevante nesta pesquisa é o de pobreza absoluta. A abordagem monetária inclui ainda os indicadores de pobreza relativos, que são aqueles que situam o indivíduo na sociedade.

Segundo Lopes *et al* (2003) a principal crítica que se faz à construção dessas linhas é o fato de não retratarem todas as dimensões da pobreza, uma vez que o nível de bem-estar dos indivíduos é determinado por um conjunto complexo de fatores psicossociais e não somente pela renda. Por outro lado, alguns estudiosos do tema defendem a utilização desse indicador. Por exemplo, Rocha (2003) argumenta que as pesquisas domiciliares investigam cada vez mais uma grande variedade de variáveis sócio-econômicas que são capazes de refletir as várias faces das condições de vida de uma população. Assim, é possível definir quem e quantos são os pobres e determinar o perfil desses indivíduos ou famílias.

A linha de pobreza é uma abordagem que cabe bem ao caso de Boa Vista devido seu nível de urbanização e desenvolvimento da sociedade de consumo, tornando a renda a melhor *proxy* do nível de bem estar. Portanto, neste trabalho, usa-se como metodologia para avaliar o estado de pobreza da população indígena de Boa Vista, o aspecto monetário absoluto, ou seja, método da proporção do salário-mínimo.

Portanto, a Linha de Indigência ou Pobreza neste trabalho, será definida pela renda como proporção do salário-mínimo (SM). Os valores comumente utilizados como linha de pobreza são de $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo. Assim considera-se como linha de pobreza *per capita* o valor de meio salário mínimo e como linha de indigência o valor de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente.

Hoffmann¹⁸ (2001, *apud* TAKAGI; SILVA e DEL GROSSI, 2001), calculou a proporção de pobres segundo estes dois parâmetros, utilizando as Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), chegando aos seguintes resultados:

Linha de pobreza de 1/4 sal. min. de ago./80

1993: 24,7% da população

1999: 18,1% da população

Linha de pobreza de 1/2 sal. min. de ago./80

1993: 47,7% da população

1999: 38,1% da população

Takagi *et al* (2001), apontam que sua vantagem está na praticidade e transparência do cálculo. Porém a desvantagem se configura no fato da variação periódica do salário mínimo, e que este dificilmente chegou, efetivamente, a suprir as necessidades básicas dos trabalhadores.

Além disso, o uso de um único valor de renda para o Brasil não leva em consideração as diferenças nos custos de vida entre regiões do Brasil nem entre as áreas rurais e urbanas. Segundo Rocha (2003), tende-se, assim, a superestimar a pobreza nas áreas rurais e subestimar nas áreas metropolitanas, que tem custo de vida superior.

Entretanto, o resultado final é que ser indígena na cidade, significa, uma alta probabilidade de se encontrar em situação de privação material ou pobreza extrema. Os resultados mostram que as populações indígenas, principalmente os urbanos, estão entre os mais pobres entre os pobres.

¹⁸ Refere-se à proporção de pessoas com rendimento familiar per capita igual ou menor do que o valor real de 1/2 ou 1/4 do salário-mínimo de agosto de 1980 (R\$ 92,29 e R\$ 46,15 de setembro de 1999, respectivamente). É importante salientar que Hoffmann não se propõe a estabelecer, por meio deste método, o número de pessoas indigentes ou que passam fome, mas unicamente os pobres (TAKAGI; SILVA e DEL GROSSI, 2001).

3 REVISÃO DA LITERATURA E ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS

A literatura referente à presença de indígenas nos centros urbanos é crescente e se reporta basicamente, às pesquisas Antropológicas, Históricas e Sociais. Estes estudos já produziram trabalhos de grande relevância para o conhecimento da questão indígena. Procuram entender e refletir sobre as causas e conseqüências que estes deslocamentos provocam nesses grupos étnicos, que apresentam estruturas sócio-culturais tão distintas do padrão da sociedade nacional e com formas de se relacionarem com seus bens de consumo que em nada se aproxima com economia de mercado que rege a vida desses centros que acaba por recebê-los como imigrantes.

Contudo, a abordagem teórica com enfoque econômico sobre a problemática, por sua vez, encontrou limitações na falta de fontes substanciais, o que justifica, inclusive, a realização desta pesquisa.

Diante da relevância destas pesquisas cabe citar, sucintamente, o que já foi produzido, principalmente, como o indígena é concebido pelos autores nestas pesquisas, mesmo por que configuram obras que são importantes fontes de pesquisa bibliográfica.

3.1 PESQUISAS REALIZADAS EM RORAIMA

A relação de complexidade da temática indígena no contexto de trabalho forçado e controlado na região é abordada no artigo do antropólogo Paulo Santilli (2002), *Trabalho escravo e branco canibais: uma narrativa histórica Macuxi*, que trata exclusivamente da problemática do trabalho escravo indígena. Santilli informa que a condição de trabalho forçado e a migração entre os Macuxi estão referendados no contexto histórico do extrativismo no baixo rio Branco e na

pecuária onde “a arregimentação forçada da mão-de-obra indígena seria ainda uma prática habitual (...) e, apesar da ausência de dados quantitativos podemos fazer idéia do impacto violento da força sobre a sociedade macuxi” (2002, p. 497).

Este contexto, tecido por Santilli, aponta para a noção de fricção interétnica e hibridismo cultural, traduzida, enfim, pelas relações de produção e de exploração econômicas impostas pelas “frentes de expansão”(extrativa, agrícola, pastoril), que se singularizavam ao sabor de fatores tanto históricos como estruturais.

As relações sociais de trabalho relacionadas à etnicidade indígena numa relação de interdependência no contexto urbano, foi objeto de estudo do relatório *Trabalho e Marginalização em Boa Vista* (NAMEM *et al*,1999). Este estudo antropológico, revelou o pensar e entender a presença de índios em Boa Vista relacionando-se com trabalho e sendo explorados, marginalizados e dominados por regionais e empresários, num contexto de interação. Os autores procederam entrevista com 84 indígenas e 58 regionais que empregavam indígenas, e detectaram que as atividades mais desenvolvidas pelos indígenas são aquela que não exigem qualificação de mão-de-obra, realizadas sempre de maneira informal e temporária.

Face à pesquisa realizada, os fatores que viabilizam o ingresso dos indígenas no mercado de trabalho de Boa Vista são a carência generalizada de mão-de-obra na cidade associada ao fato dos indígenas aceitarem trabalhos informais e baixos salários e o desconhecimento dos direitos trabalhistas por parte dos mesmos. “Parece que existem muitas vantagens para quem emprega indígenas, em geral paga-se pouco, sem datas, certas para tal, e explora-se muito, sem que ocorra complicações com a justiça do trabalho, inclusive quando os pagamentos pelos serviços prestados não são efetuados” (NAMEM *et al*, 1999, p. 13).

Por outro lado, muitos fatores, nesta problemática, dificultam e até impedem o indígena de conseguir trabalho. Alguns indígenas e regionais argumentam que um desses fatores é a falta de conhecimento sobre a vida na cidade.

Tratando acerca do contingente populacional indígena em Boa Vista, os autores se referem a um quantitativo da populacional de cerca de 12 mil (1994), abrangendo um número grande de indígenas que migraram da República Cooperativista da Guyana. Os dados secundários coletados junto a University of Guyana revelam que as mulheres que vêm ao Brasil trabalham, sobretudo, como empregadas domésticas, cozinheiras, garçonetes e babás, quase sempre informalmente.

De acordo com os autores, é a situação em contato interétnico que estabelece, ao comparar situações de interação específicas, os padrões de interdependência entre estes atores sociais, bem como, as fontes e os canais de conflito e de resolução dos mesmos, tentando, assim, apreender relações abstratas e valores grupais a partir da observação das condutas manifestas, dos comportamentos.

Esse trabalho trouxe importante contribuição para a antropologia feita em cidades, tendo em vista que vêm focalizando as relações entre as experiências dos indivíduos e os processos sociais, históricos, políticos e econômicos vivenciados no contexto urbano.

A obra *Achados ou Perdidos?* (FERRI, 1990), muito referendada nesta pesquisa, pois seu objeto de estudo impõe-se pela sua relevância social. Ademais, diante da literatura preliminar foi a que se mostrou a mais completa no estudo de indígenas imersos no centro urbanos de Boa Vista.

Na pesquisa de Ferri, em termos de análise, é possível perceber um contraponto entre os aspectos identitário e cultural dos indígenas e sua imersão no contexto urbano. Inicialmente, Ferri, faz um recorte histórico dos primórdios da colonização do estado de Roraima mostrando como se deu esse processo, onde a relação dos indígenas com os não-indígenas foi de evidente submissão. A autora enfatiza a condição do indígena ser usado como mão-de-obra barata e muitas vezes em situação de escravidão, corroborando com as pesquisas já citada anteriormente.

No histórico referente ao espaço geográfico da cidade de Boa Vista, a autora mostra a forma como esses indígenas foram imersos no centro urbano, os de sexo masculino sempre como trabalhos manuais e as mulheres eram domésticas nas casas das famílias ricas. “As “criadas” eram geralmente mocinhas indígenas, pouco mais que crianças, que deixavam a própria família para serem adotadas por uma família branca que vivia na cidade. Era muito melhor criar uma indiazinha que aprendesse logo os usos e costumes dos brancos, que “amansar” mulheres adultas muito mais resistentes às mudanças” (FERRI, 1990, p. 23).

Além das características dos entrevistados, como origem étnica, idade, sexo e tempo de permanência em Boa Vista, composição da família e outros elementos identitários, a autora buscou identificar as causas e as motivações que atraem os indígenas para a cidade e identificou a demanda por trabalho e estudo como o principal fator.

Segundo Ferri, a maior concentração dos índios que vivem na cidade de Boa Vista encontra-se na periferia, sendo a maioria Macuxi, onde muitos deles vivem miseravelmente. Em geral, a família é composta por muitos filhos que freqüentam as escolas da periferia e sofrem discriminações constantes dos colegas e muitas vezes dos professores.

Ferri detectou em seus estudos que mesmo em um ambiente urbano, os indígenas reproduzem alguns aspectos característicos de sua cultura original, às vezes adaptado à nova situação, representando a parte mais íntima e autêntica desse sincretismo cultural.

Este estudo demonstra que o agravamento da atual condição sub-humana vivida pelos indígenas em Boa Vista, já se configura à muito tempo e só tem sido crescente ao longo dos anos, o que demanda estudos e estratégias de solução.

A dissertação de mestrado em História Social *Relações Interculturais: a vivência do índio Macuxi em Boa Vista (anos 80-90)*, de Braz, (2003), partiu da idéia de que o contato entre indígenas e não-indígenas foi marcado pelo conflito e pela tensão e que tal processo forjou uma cultura híbrida o que não significa dizer que

esses indígenas se fundiram plenamente com o sistema simbólico local, mas trilham pelo caminho do sincretismo, numa reelaboração de saberes.

Para Braz, o indígena Macuxi, foi objeto de um estudo reflexivo de como se processam suas relações interculturais, como uma categoria específica, no contexto da cidade de Boa Vista, para a contribuição de uma historiografia de comunidades indígenas no Brasil. A partir de depoimentos orais, e levantamento de jornais, fez um contraponto entre a representação que os indígenas fazem de si próprio e a imagem construída pela imprensa, procurando dar-lhes mais visibilidade na história.

Atualmente, destaca-se o relatório *Diagnóstico da Situação dos Indígenas na Cidade de Boa Vista-Roraima* (SOUZA E REPETTO, 2007). Os resultados dessa obra levam a refletir sobre como os indígenas que moram na cidade vivenciam o conceito de cidadania. Realizada pela Organização dos Indígenas na Cidade (ODIC), como maneira de os indígenas urbanos, apresentarem suas reivindicações políticas, subordinada a suas próprias experiências e percepções. Portanto, considerada pelos organizadores como original, haja vista que os próprios indígenas discutiram e sistematizaram as informações.

Neste diagnóstico, os indígenas resistem ser considerados migrantes na cidade de Boa Vista, haja vista que foi a cidade que invadiu os territórios de seus ancestrais. Como ilustração desse fato, os indígenas se referem a um

levantamento arqueológico feito no bairro Calungá na década de oitenta, pelo professor Pedro Mentz Ribeiro, da Universidade de Santa Maria do Sul, que mostrou que havia uma comunidade formada pelos indígenas moradores da região, conhecida pelos mais antigos como Kuaipyre (wapichana) e Kuwai Kiri (macuxi), que significa "teso de buritizais e igarapés" (SOUZA e REPETTO, 2007, p.10).

Entre as temáticas mais relevantes e que mais preocupam os indígenas que vivem na cidade e que lutam e exigem a consolidação de políticas públicas para tratar e debater essas problemáticas pode-se destacar: Moradia e habitação, em bairros periféricos sem infra-estrutura e saneamento básico para as mínimas condições de vida.

Destaca-se, também, o preconceito e a discriminação, uma problemática constante diária e, sob todos os aspectos como biológicos, sociais e culturais, segundo os autores de difícil solução. A diversidade cultural que reflete sobre as peculiaridades de cada povo e sua relação com os padrões culturais regionais, assim como invoca conhecimento e sabres próprios.

Cabe destacar a educação que serviu historicamente para homogeneizar, hoje é questionada, principalmente no contexto urbano. A saúde, que não atende as expectativas das famílias e suas necessidades culturais, é alvo de crítica e da construção de propostas. O trabalho, que se tornou uma sedução constante e fonte de frustrações e desespero. A situação de risco social que muitos jovens e famílias se encontram, além dos problemas de documentação e dificuldade de ser reconhecidos pela sociedade.

Este trabalho reflete a luta e organização dos indígenas que vivem em Boa Vista, para ter seus direitos de cidadãos, concebidos como uma vida de qualidade em relação aos diversos aspectos da vida em sociedade e ter possibilidade de viver sob menor situação de risco social, menos discriminação e preconceito.

3.2 BREVE COMENTÁRIO SOBRE INDÍGENAS URBANOS NAS DEMAIS CIDADES DO BRASIL

A migração indígena para as outras cidades brasileiras, também está se tornando cada vez mais freqüente. Pesquisadores e lideranças de diversas etnias da presença indígena urbana argumentam que, em geral, esta é caracterizada por uma inserção marcadamente periférica, vivendo em grupos de tamanho variável, situados nas favelas mais pobres, onde são alvo de forte discriminação (COIMBRA JR e SANTOS, 2000).

Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estima que existam entre 100 e 190 mil indígenas vivendo fora de suas terras, porém os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram o quanto distante podem estar esses números em relação à realidade atual. Seguindo o critério da

auto-identificação, o IBGE registrou, no Censo 2000, 383 mil indígenas vivendo em zonas urbanas, o que corresponde a 52% do total.

As formas de inserção dessas populações em território urbano, estão associados a diferentes situações de contato com sociedades regionais. Neste sentido, a busca por trabalho, por melhores condições de acesso à saúde e educação, perda de terras tradicionais e conflitos internos nas aldeias, estimulados, muitas vezes, pelo crescimento populacional, são apenas alguns exemplos. Também há desde indivíduos que migram isoladamente até grupos familiares que se deslocam inteiros para bairros específicos, seguindo uma ampla rede de parentescos.

Nesse mar de diversidade, existem inclusive os casos de terras indígenas que foram “engolidas” pelo crescimento urbano, tendo seu cotidiano relegado a uma série de peculiaridades. A aldeia de Dourados-MS, que abriga 11 mil índios (principalmente guaranis kaiowás) e que vive às voltas com suicídios e desnutrição infantil, talvez seja o exemplo mais visível dessa situação (CAMPOS, 2006).

Num dos primeiros estudos sobre urbanização indígena realizado no Brasil, entre os Terena de Mato Grosso do Sul, Oliveira (1968) concluiu que sempre que manifestada sua etnia ou sua condição de indígena, o que é muito freqüente, graças ao fenótipo aliado a um comportamento característico como postura, vestimenta pobre e, principalmente, modo de falar, as relações com o não-indígena tendem a assumir aspectos paternalistas ou agressivos. Em Manaus-AM, Fígoli (1985) estudou o processo migratório de etnias indígenas do Alto Rio Negro (Tukáno, Desána, Baniwa, Baraçana) para a cidade e chamou a atenção para a emergência de uma nova etnicidade, a do “índio genérico” ou a do “caboclo” em oposição ao não-indígena.

Também no Nordeste brasileiro, a urbanização dos grupos indígenas tem se intensificado nos últimos anos. Nesses casos, a migração para as cidades não se restringe aos centros urbanos regionais, mas se estende até cidades bem mais

distantes, no sul do país. É o caso, por exemplo, dos Pankararú, originalmente do Estado de Pernambuco, e que hoje essa população de migrantes, já na quarta geração com cerca de 1.500 indígenas, se concentra no Real Parque, em uma “favela” no bairro do Morumbi, à beira do rio Pinheiros na capital de São Paulo-SP (OLIVEIRA, 1996; PAIVA, 1997; COIMBRA JR; SANTOS, 2000; MATTA, 2005; CAMPOS, 2006).

No relatório da Comissão Pró-Índio de São Paulo (2005) *apud* Albuquerque (2007), segundo dados do IBGE, o número de indígenas que vivem na região metropolitana de São Paulo é de 59.989 indivíduos. As principais etnias que constituem a população indígena da cidade de São Paulo são Pankararú, Pankararé, Fulni-ô, Terena, Kaingang, Kariri-Xocó, Atikum e Potiguara.

Já em Manaus, segundo dados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), são 18 mil indígenas, enquanto outras fontes apontam para até o dobro desse número. E a lista vai longe: kaingangues em Porto Alegre-RS e Chapecó-SC; apurinãs, kaxinawás e manchineris em Rio Branco-AC. Jurunas, mundurukus e outros em Belém-PA (CAMPOS, 2006).

Isso sem contar tantas outras e um sem-número de cidades onde quase nada se sabe sobre as etnias presentes. Entretanto, esses quantitativos, permanecem invisíveis ao poder público, e lutam para ter acesso aos direitos básicos garantidos aos indígenas pela Constituição brasileira.

3.3 CANADÁ: ASPECTOS DA REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA INDÍGENA

O Brasil e o Canadá podem ser caracterizados, segundo Cardoso de Oliveira (1988, p. 143-159) como “novas nações”, ex-colônias de países europeus, apesar de suas histórias serem, obviamente, muito diferentes, que foram estabelecidos pela expansão dos estados-nações sobre territórios indígenas. Esses países compartilham o fato de que os indígenas constituem pequena fração da população total. Portanto, são nações multiculturais constituídas de migrantes.

Nestes países as estimativas das populações nativas variam muito, conforme os critérios adotados e as intenções políticas das fontes. No Brasil, a população indígena total está na casa dos 300.000, ou aproximadamente 0,2% da população nacional (RICARDO, 1996, p. xii). No Canadá, a população aborígene¹⁹ está em torno de 1,2 milhão, aproximadamente 4,3% da população total (HEDICAN, 1995).

No que diz respeito à expansão, os dois países têm territórios vastos: o Brasil com 8.511.965 km² e mais de 170 milhões de habitantes, e o Canadá com 9.971.500 km² e mais de 27 milhões de habitantes. Esses dois países têm regiões densamente povoadas de antiga colonização. Quanto ao Brasil destaca-se o litoral nordeste, leste e sudeste. Já o Canadá, a faixa de 200 km ao norte da fronteira com os Estados Unidos no extremo sul do país. Também os dois países têm outras regiões de baixa densidade populacional colonizadas muito mais recentemente, como a região amazônica no Brasil e a região norte do Canadá. Em ambas as regiões com baixa densidade populacional vive a maior parte das sociedades indígenas.

No Canadá, segundo Baines (1996), cerca de 70% da população indígena vive em comunidades afastadas dos centros urbanos, comparado a 25% da população canadense total. A renda média dos aborígenes corresponde a dois terços da média nacional e, dos Índios que vivem em reservas, 60% dependem do sistema de previdência social e 30% dependem de biscates, programas de treinamento, ou seguro de desemprego (HEDICAN, 1995).

Entretanto, está havendo um aumento de migração das reservas para as cidades. Segundo Baines (1996), cerca de 30% dos Índios “*status*” que moram fora das reservas, constatam-se taxas de desemprego e dependência do sistema de previdência social entre 25% e 30%. Para Allard (2006), os povos aborígenes vivem no nível sócio-econômico mais baixo da sociedade canadense.

¹⁹ Os povos indígenas do Canadá têm sido classificados em várias famílias lingüísticas, sendo onze as principais, e mais de cinquenta línguas. A Seção 35 da Ata Constitucional de 1982 inclui, como povos aborígenes, os Índios, os Inuit, e os Métis. A palavra “índio” tem uma conotação pejorativa, sendo mais usados pelos povos aborígenes os termos “povos nativos”, “povos aborígenes”, e “Primeiras Nações” (BAINES, 1996).

Nesse país de alto nível econômico, que regularmente dá lições a outras nações do mundo sobre direitos humanos, a situação das chamadas Primeiras Nações é, às vezes, semelhante à das áreas mais abandonadas do Terceiro Mundo (GIBBINS, 1984). Segundo Allard (2006) não é preciso viajar muito no Canadá para defrontar-se com “problemas ameríndios”.

O autor observa que em Ottawa, capital do país, todas as noites uma média de 600 pessoas, segundo cifras oficiais, que não têm lugar para dormir. Haja vista que neste país o frio invernal pode atingir 50 graus negativos nas altas montanhas. Face à ausência de medidas governamentais para solucionar esta situação trágica, vários grupos de caridade²⁰ consagram-se a distribuir sacos de dormir para esta população.

Após uma série de conflitos interétnicos, culminando em Oka, em 1990, o governo federal estabeleceu uma Comissão Real sobre Povos Aborígenes para investigar a situação econômica, social e cultural dos povos aborígenes do Canadá.

Depois de uma exaustiva investigação, a comissão constatou que os ameríndios do Canadá vivem em condições muito diferentes das dos seus “compatriotas” majoritários: a esperança de vida é menor, o estado de saúde é precário; a tuberculose e a diabete são, respectivamente, 17% e três vezes maiores entre os povos indígenas.

Um fenômeno ainda mais preocupante, segundo as últimas estatísticas de Health Canadá (ALLARD, 2006) o ministério federal da saúde pública, é que entre 1996 e 1999, o número de ameríndios infectados pela Aids aumentou 91%, muito

²⁰ Entre esses grupos se destacam The Mission, Youth Services Bureau e Operation Go Home. Outro grupo, o Assembly of First Nations Staff Volunteer Committee, dedica-se exclusivamente a ajudar os ameríndios, que constituem grande parte daqueles cidadãos sem recursos (ALLARD, 2005).

acima da média nacional. Se em 1996 existiam 1.430 casos entre os aborígenes, em 1999 a cifra aumentou para 2 740, 9% de todos os casos novos do país²¹.

Os problemas humanos, desde a violência familiar até o alcoolismo, são muito mais comuns. Poucas crianças completam o ensino secundário. Um número ainda menor continua os estudos pré-universitários e universitários. As casas dos aborígenes estão em estado deplorável, apresentam infiltrações ou são superpovoadas. Segundo Baines (2001b), os indígenas correspondem a 19% dos presos das penitenciárias federais, percentagem essa que chega a 49% na província de Manitoba e a 72% em Saskatchewan. O salário médio do trabalhador indígena é 30% inferior à média nacional.

Esses dados podem ser confirmados em um censo nacional anterior que, segundo Allard (2006) indicava que as 86 mil famílias vivendo nas “reservas” tinham de compartilhar 78 mil casas, das quais 39 mil estavam em situação péssima; mais de 20% dos territórios ameríndios têm problemas com a água potável; a mortalidade infantil entre os indígenas é duas vezes maior que entre o resto da população canadense; a taxa de suicídio é 3,3 vezes maior que em nível nacional. À margem destas histórias de horror, o autor comenta:

uma trabalhadora social, pertencente à ONG Save the Children do Canadá, revelou ao término de uma ampla investigação sobre a juventude aborígene, que os jovens de Yellowknife, nos territórios do noroeste, prostituem-se, não pela droga ou pelo dinheiro, como acontece na maioria das cidades, mas sim “para se alimentarem e para terem onde viver”. “O dinheiro não é a causa. Simplesmente fazem-no para sobreviver”, comentou em uma entrevista à Canadian Press (ALLARD, 2006).

²¹ Segundo Confalonieri (1989), ao propor sugestões de saúde aos indígenas brasileiros, a transferência do controle dos programas de saúde para as próprias comunidades indígenas foi estabelecida como política no Canadá em 1981, através do documento ministerial “Transfer of Health Services to Indian Communities”. Segundo o autor desde o início da década de 90 os grupos no Canadá com o apoio do Departamento de Saúde Canadense e de Universidades foram paulatinamente adquirindo o controle dos serviços de saúde e, a despeito de dificuldades iniciais relativas ao recrutamento de profissionais de saúde e o gerenciamento de fundos insuficientes, o esquema consolidou-se.

Todos esses problemas afetam principalmente as novas gerações e põem em risco o futuro das nações que, séculos atrás, controlavam imensos territórios e desenvolviam suas ricas culturas em harmonia com a natureza.

3.3 UMA CONSTATAÇÃO DA REALIDADE DOS INDÍGENAS QUE MORAM EM BOA VISTA

O Estado de Roraima possui 395.725 habitantes (IBGE, 2007). Ainda segundo o IBGE (2007), deste contingente, apresenta uma população indígena significativa em relação aos demais estados do Brasil, com cerca de 43.291 indivíduos, correspondendo a 10,4% da população total do Estado, ocupando uma área territorial de 46,68% do estado.

Cerca de 65% da população geral do estado está concentrada na capital. Atualmente, conforma estimativas do Centro de Atendimento a Migrantes na Cidade (CAMIC), da Diocese de Roraima, e da Organização dos Indígenas na Cidade (ODIC), usando o critério da auto-identificação e equipe composta por indígena, a população indígena que reside em Boa Vista pode atingir cerca de 30.000 indivíduos (BAINES, 2008, informação verbal), embora o número certo seja desconhecido.

O fato é que o contingente de indígenas, está, cada vez mais, presentes na população das cidades, que somados as populações já carentes, trazem conseqüências como o desemprego, falta de planejamento quanto ao desenvolvimento, degradação ambiental, inchaço nas periferias. A prostituição, assim como, a criminalidade e o consumo de drogas e álcool têm aumentado vertiginosamente entre os indígenas que se estabeleceram nesta cidade (FERRI, 1990; NAMEM *et al*, 1999; SOUZA e REPETTO, 2008).

Quanto ao dado do aumento populacional de indígenas na cidade, Baines (2001, *apud* CAMPOS, 2006) argumenta que se deve ao fato de que há um

crescimento na quantidade de pessoas assumindo sua identidade indígena nas cidades. O pesquisador Raimundo Nonato, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), vem acompanhando mais de 15 etnias em Manaus há anos e também nota sinais dessa mudança.

Além das migrações de comunidades locais, muitos indígenas, também de origem guianense, principalmente da etnia Wapichana, estabeleceram-se nos bairros mais pobres e periféricos de Boa Vista. Em setembro de 2007, o jornal local a Folha de Boa Vista publicou o óbito de um senhor que foi eletrocutado em fios clandestinos de alta tensão num bairro de invasão, próximo à lagoa de estabilização²², que, por ocasião de sua origem, apresenta graves problemas de infra-estrutura e saneamento básico, inclusive na qualidade da água. O jornal caracterizou a vítima como sendo indígena. Neste bairro é possível constatar o elevado número de famílias indígenas em situação de abandono²³ pelo poder público (SOUZA & REPETTO, 2008).

É importante destacar a existência de uma aglomeração de barracos, iniciada timidamente em meados do ano de 2002, que está tomando grande proporção superficial nos últimos três anos, em uma área, também, sem nenhuma infra-estrutura básica, próxima à ponte do rio Cauamé, no lado direito da BR-174, denominado, ainda, pelos moradores como bairro Cauamé, onde cerca de 70% dos moradores apresentam, claramente, expressivas características indígenas, embora alguns na ocasião da visita²⁴, não declararam nenhuma identificação ou grau de parentesco com alguma das etnias indígenas de Roraima. Todavia, pareça contraditório, mas às vezes a identidade indígena nas cidades, principalmente na

²² Segundo o Plano Diretor (2006), as lagoas de estabilização e/ou aeração, são grandes diques destinados a tratamento biológico natural de águas residuárias pela Companhia de Água e Esgotos de Roraima, que por motivo de acumulação de lodo, digestão ácida e fermentação metânica exala maus odores durante seu processo de tratamento, exigindo áreas mínimas de 200 metros de distância de construções residenciais, conforme a Lei Ambiental nº 244 de 06 de setembro de 1991.

²³ Cf. SOUZA, Eliandro Pedro de; REPETTO, Maxim; ODIC (orgs). **Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista**. Boa Vista: Gráfica Ióris, 2007. Esta obra procura fazer uma divulgação das reais problemáticas enfrentadas pelos indígenas que vivem no contexto urbano de Boa Vista, que envolve desde moradia, preconceito, discriminação, mercado de trabalho, risco social entre outros.

²⁴ Constatação *in loco*, através de visita, feita pela autora, no período de 25 a 30 de janeiro de 2008.

presença de não-indígenas, é freqüentemente encoberta como estratégia adotada por estes para escapar de preconceitos e estigmas.

Lopes (2006) registrou que no período em que a ODIC, levantou dados para o Censo Indígena 2006, confirmou que a situação dos indígenas que moram em Boa Vista é mais grave do que o imaginado. As visitas realizadas também tinham objetivos de descobrir como estão vivendo esses povos e verificar a situação de risco social que se encontram, afim de reivindicar projetos sociais voltados para esta população. “São famílias que saíram de suas comunidades com destino à Capital em busca de uma vida melhor, mas que vivem numa situação muito complicada”, avaliou o coordenador do censo Eliandro Pedro de Souza (*apud* LOPES, 2006).

Isto posto, é perceptível que a pesquisa realizada pela equipe da ODIC constatou dados preocupantes. Lopes (2006), cita o caso de uma menina de 12 anos que nunca freqüentou uma sala de aula, e outro de uma criança que além de ser deficiente do braço, não tem acesso a nenhum benefício social por parte do governo. O fato é que “para ter direito a receber (o benefício) tem que estar na escola, e como estão fora não têm direito a nada”, lamenta o coordenador (*apud* LOPES, 2006).

Dentro de abordagem sócio-econômica, é uma situação que se torna cada vez mais complexa. Em uma reportagem²⁵ no discurso de abertura da associação Guárikî, o líder indígena Gilberto Macuxi desabafa: “Hoje esses parentes têm que viver no lixão brigando com os urubus”. Realidade constatada através de fotografias de crianças e adultos, publicadas por Braz (2003).

Com a finalidade de verificar se o fato acima ainda se configura no cotidiano dessas pessoas, procurou-se informações junto à Superintendência de Serviços Ambientais da Prefeitura Municipal de Boa Vista. Mas, foi obtido a informação que

²⁵ FOLHA de Boa Vista. **Índios urbanos fundam associação**. 11/10/2004. Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2008.

com a criação do Aterro Sanitário Municipal²⁶, não há mais pessoas residindo no local. Porém, existem constantes invasões de catadores de lixo, e destes, cerca de 90% são indígenas ou descendentes, embora, esta iniciativa, atenda muitas famílias indígenas na cooperativa Unirenda²⁷. Face a essa informação, percebe-se que esta política ora implementada pela prefeitura municipal de Boa Vista, configura-se ainda insuficiente, dada a alta demanda de indígenas morando na cidade.

Por outro lado, cabe observar que as políticas implementadas para atender os indígenas requer uma análise mais detalhada de suas questões culturais e identitárias. A ênfase dada, remete a análise feita pelo diretor da maternidade, Gecel Ferreira, na ocasião de uma reportagem²⁸ a respeito de uma garota com traços indígenas de 12 anos, que teve parto surpresa em casa, informando que é alto o índice de meninas entre 12 a 16 anos que dão à luz no hospital. Observa que a maioria é indígena.

Embora o fato acima possa ser associado ao estudo de Camillo Bassi, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao analisar o comportamento reprodutivo das adolescentes brasileiras e concluir que a maternidade precoce é mais comum no estrato social de menor renda²⁹, nas sociedades indígenas, este fato constitui um forte traço de sua cultura. Isto posto, faz-se necessário, que setores do poder público, como a Funai ao intervir neste contexto, desenvolva políticas de atendimento específicas a essa população.

A marginalidade é outro elemento preocupante dentro desta conjuntura desagradável. Como se verifica é expressiva a participação dos indígenas em

²⁶ O Aterro Sanitário de Boa Vista foi inaugurado no dia 10 de dezembro de 2002, onde desde então, funciona a Cooperativa dos Amigos, Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos (Unirenda), que foi criada com o apoio da Prefeitura de Boa Vista, após a desativação da lixeira pública. Antes, 223 pessoas trabalhavam como catadores no lixão, sem as condições básicas de higiene e segurança, muitos deles indígenas, que residiam no local. A iniciativa melhorou as condições de trabalho das famílias, oferecendo a estrutura para a coleta, triagem e venda dos resíduos sólidos.

²⁷ Boa Vista. 28 jan. 2008. Registro sobre o fato de indígenas morarem no lixão da cidade de Boa Vista. Entrevista concedida a autora.

²⁸ Publicada em 30 de janeiro de 2008, pelo jornal local A Folha de Boa Vista.

²⁹ Disponível em www.ipea.gov.br/default. Acesso em: 20 mai. 2008.

delitos na capital. Segundo Baines, do contingente de presos da Penitenciária do Monte Cristo em Boa Vista, 31 do sexo masculino e 6 do sexo feminino se identificam como indígena. Isto, sem contabilizar aqueles que não se identificaram, embora apresente o mesmo fenótipo de um indígena (BAINES, 2008, informação verbal). Fato que pode ser ilustrado com o depoimento de um jovem indígena Wapichana, morador do Bairro Bela Vista: “A maioria dos meus amigos era indígena e jovens que fazem parte de galeras” (SOUZA & REPETTO, 2008, p.49).

Outra questão importante relacionada ao indígena na cidade diz respeito à educação. Ao seguir a padronização de conteúdos indicados pelo MEC, parte da cultura e das tradições indígenas é deixada de lado, o que torna o sistema educacional formal desinteressante para as populações tradicionais (PLANO DIRETOR, 2006).

Face a constatação desses efeitos negativos, nas questões que envolvem o cenário urbano de indígenas em Boa Vista, as entidades governamentais se apresentam como importantes fontes de intervenção para equacionamento desses problemas econômicos e sociais.

3.3 INICIATIVAS E PERSPECTIVAS DE AÇÕES PARA OS INDÍGENAS QUE VIVEM EM BOA VISTA

Em termos gerais, no imaginário das pessoas que vivem na área rural, mudar-se para a cidade é sempre uma possibilidade de melhoria na qualidade de vida. Essa maneira de visualizar o futuro no urbano não é diferente no imaginário indígena, que também sonham com uma vida melhor. Entretanto, a efetivação desses sonhos necessitam de políticas públicas para esses indígenas.

O depoimento do senhor José Adalberto Silva, *apud* Braz (2003) que é indígena Macuxi e migrou para a cidade em 1974, destaca que é preciso uma consciência entre os próprios líderes indígenas na defesa de seus interesses na cidade.

Muitas lideranças indígenas não têm a visão de lutar pelos índios da cidade, para eles como representantes, eles defendem aqueles que estão lá na comunidade, aquele povo que está lá, mas existem comunidades que estão na cidade que têm muito mais necessidade do que os que estão lá na comunidade. Estão aqui perdendo seus valores, sendo discriminados e precisam de um acompanhamento mais próximo (Braz, 2003, p.82).

Maria Fátima Machado, pesquisadora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (*apud* CAMPOS, 2006), referindo-se a falta de atendimento ao indígena no meio urbano, avalia:

Toda essa conjuntura tem influência na lacuna de políticas públicas para essas populações. A Funai é omissa, não aceita que eles sejam realmente índios. Mesmo porque reconhecer isso significa apontar para a necessidade de uma redistribuição dos seus já escassos recursos (CAMPOS, 2006).

As políticas implementadas pela FUNAI, órgão federal responsável pelas políticas de terra, habitação e assistência aos povos indígenas, caminha a passos lentos na efetivação da cidadania dos indígenas que vivem nos centros urbanos. De acordo com sua assessoria de imprensa, o foco principal de trabalho da Funai são os indígenas aldeados. Pelo menos por enquanto, o planejamento de políticas públicas para os índios urbanos tem recaído sobre estados e municípios.

O tema dos índios nas cidades só passou a ser pauta na Funai oficialmente depois da 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas, realizada em abril de 2006. Segundo Carvalho (2007), os delegados indígenas aprovaram a inclusão de um capítulo sobre “índios urbanos” no documento final do encontro. Os 24 itens tratam de demandas por território, por educação (construções de escolas para jovens e adultos e apoio para a sobrevivência de universitários), e por assistência à saúde (garantia de atendimento e de inclusão desta população nos cálculos do orçamento de saúde, entre outros).

Carvalho (2007) destaca que, o presidente da Funai, Márcio Meira, empossado em março de 2007, promete dedicação ao tema:

Há necessidade de o Estado atender a esta população [indígena nas cidades] com políticas públicas. A Funai atende em parte, mas ainda é muito pouco. Este é um dado novo na realidade indígena brasileira”, afirma. “Isto é um plano ainda, mas já existem algumas coisas pontuais começadas. E exemplifica, “há trabalho com municípios em relação à moradia: a Funai atuou na construção da nova aldeia urbana em Campo

Grande”. A aldeia, localizada no Jardim Noroeste, foi inaugurada em 19 de abril. Ele afirma que pretende implementar uma “mudança de paradigma” no órgão indigenista oficial (CARVALHO, 2007).

Para as sociedades indígenas nas cidades as organizações políticas abriram espaços para as lideranças aparecerem como atores políticos nas relações interétnicas com as sociedades nacionais, espaços políticos em que buscam visibilidade e reconhecimento a partir da politização da sua identidade étnica. Assim, terem, conseqüentemente, acesso a políticas atentas às suas especificidades em áreas como saúde, cultura, trabalho e educação.

Todavia, conforme declaração do senhor Alvino (*apud* Braz, 2003) que é indígena Macuxi, e membro da Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR), este é um processo que exige muita mobilização por parte das lideranças indígenas locais:

A minha ocupação aqui na organização é uma assessoria. Seria uma organização tanto do escritório, como na elaboração de projetos. Nas assembléias, também colocar as pautas nas discussões, tentar convencer os tuxauas a respeito das suas lutas, seus direitos e deveres sobre a sociedade indígena e aqui na cidade, estou a 20 anos morando aqui em Boa Vista e sempre foi uma luta, não para ser reconhecido, mas porque, de fato, quem mora na cidade, tem que saber toda uma estrutura urbana, tem que entrar nessa estrutura, esquecendo um pouco o lado comunitário e olhar bem o que é comunitário e o que é individual (p.76).

Neste sentido, através de levantamentos de jornais e internet, procedeu-se uma investigação de entidades e movimentos indígenas que se organizaram e já apresentam alguns projetos com ações direcionadas a minimização desses problemas sócio-econômicos. Entre estas organizações, pode-se destacar:

A associação denominada de Associação Municipal Indígena Guàkri³⁰ de Boa Vista, foi fundada em 2005, com o objetivo de prestar apoio aos indígenas da cidade de Boa Vista. “Vamos combater a situação e miséria e exploração a que estão submetidos os índios urbanos. Muitos deles estão entregues ao álcool e as jovens índias à prostituição exatamente porque não lhes é assegurado o direito a

³⁰ Significa teso do buritizal na linguagem wapichana.

uma vida digna”, ressaltou a indígena Macuxi Gildéia Santos, coordenadora da associação³¹.

Esta associação se soma às demais entidades como Sodiur, Alidicir e Arikon com a finalidade de reivindicar políticas públicas para os indígenas, também incluindo em suas pautas recentes questões direcionadas para os indígenas na cidade.

Lopes (2006) destaca, que na pesquisa do censo realizado pela ODIC, esta também tinha o objetivo de verificar a situação dos indígenas em Boa Vista a fim de reivindicar políticas públicas. Na ocasião da reportagem, o coordenador comentou o caso de uma senhora indígena que lhe pediu alimento: “Pelo menos eu falei que o nosso objetivo é mostrar a realidade e reivindicar projetos sociais voltados para a população indígena que mora na cidade”. A pesquisa foi classificada por ele como sendo a primeira a se aprofundar nesta questão e resultou no relatório *Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista*, já incluso no subtítulo 3.2. A informação contida nesta pesquisa, favorece o planejamento de medidas de políticas públicas por parte do governo que viabilizem mecanismos de inclusão.

Diante de todo esse contexto, surgem ações e movimentos como se pode verificar, em defesa da qualidade de vida do indígena que habita na cidade.

O movimento *Nós Existimos*, foi criado em Roraima, para favorecer a aliança entre povos indígenas trabalhadores urbanos e rurais, e lançado em janeiro de 2003 por organizações não-governamentais presentes no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indígena (CIR), Diocese de Roraima e outros. Entre outras atividades está oferecendo curso de informática no Centro de Capacitação e Inclusão Digital Social (CIDS), segundo uma publicação do jornal local a Folha de Boa Vista em março de 2008.

³¹FOLHA de Boa Vista. **Índios urbanos fundam associação**. Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=noticia&id=3811>. Acesso em: 20 jan. 2008.

Esta ação traz importante contribuição no sentido de qualificar profissionais indígenas para a gestão de atividades que garanta e assegure renda, propiciem negócios, tornando capazes de competir com os demais no mercado de trabalho, melhorar sua aprendizagem e ter mais acesso a informação.

A Diocese de Roraima, em parceria com outras entidades³² potencializaram a criação e organização de um centro de serviços e informações para migrantes e indígenas, com função de formação, encaminhamento e promoção do diálogo intercultural, denominado Centro de Atendimentos a Migrantes e Indígenas na Cidade (CAMIC). Em dezembro de 2006, após a união do anterior Centro de Defesa dos direitos humanos, o CAMIC foi tornado o Centro Migrações e Direitos Humanos (CMDH).

Este centro, já promoveu algumas ações no sentido de apoio e acolhimento aos indígenas que migram para Boa Vista. Os serviços mais procurados no CAMIC/CMDH são os ligados ao atendimento jurídico e também à informação/formação no âmbito dos direitos humanos, mas também às temáticas de gênero (aquisição de maior consciência no planejamento dos nascimentos, maior auto estima feminina...)³³.

Nestas ações, os indígenas são providos de informações e esclarecimento de como agir de forma efetiva na cidade, quais as leis a que estão submetidos como usufruir com garantia seus direitos, conscientes de seus deveres.

Apesar destas pontuais iniciativas importantes a nível local para aliviar as condições difíceis que a maioria das populações indígenas enfrenta, e tentativas por parte de muitas sociedades indígenas de se organizarem, muito ainda precisa ser feito pelos índios que moram na cidade de Boa Vista.

³² São parceiros: o Conselho indigenista missionário (CIMI), Conselho indígena de Roraima (CIR) Universidade Federal de Roraima (Núcleo Insikiran), Centro Defesa dos Direitos humanos de Roraima (CDDH), Serviço nacional de aprendizagem industrial (SENAI), Serviço nacional de aprendizagem no comércio (SENAC) e organização dos indígenas na cidade (ODIC).

³³ **Direitos Humanos e Iguais Oportunidades.** Disponível em: <<http://www.ambberlino.esteri.it/NR/rdonlyres/307E258E-7C4D-4C67-83F0-B715C678062D/18679/mlal7637port.doc>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo se inicia com uma breve descrição da metodologia que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa. Seguido da compilação, apresentação e uma discussão dos dados coletados nos questionários e articulados com o marco teórico. Uma breve consideração dos resultados da pesquisa seguida de algumas propostas para o delineamento de ações, junto aos setores públicos. Com todas as informações relevantes mencionadas para justificar a conclusão do trabalho.

4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Aqui serão apresentados os procedimentos metodológicos e técnicos que nortearam o desenvolvimento deste estudo. Nesse sentido, concorda com Creswel (1994, p. 43), que entende os procedimentos como um delineamento da pesquisa que dizem respeito ao “processo completo, partindo-se dos objetivos e finalizando-se com a apresentação dos resultados finais em um documento padrão”.

4.1.1 Contexto sócio-econômico da cidade de Boa Vista/RR

Esta parte do trabalho tratará dos aspectos sociais e econômicos nos quais a realidade de Boa Vista está ancorada. Pretende-se apresentar uma visão panorâmica da realidade do local onde se desenvolveu esta pesquisa.

O contingente populacional urbano em Boa Vista, atinge aproximadamente cerca de 260.230 mil habitantes (IBGE, 2008), o que corresponde a cerca de 65% da população total do estado. Portanto, tornou-se o principal centro urbano do estado a concentrar migrantes, principalmente nordestinos e indígenas, por se apresentar como o mais dinâmico do estado e ofertar uma maior quantidade de

bens e serviços públicos e privados. Este aspecto evidencia a forte concentração econômica nesta porção territorial em relação ao restante do Estado.

Contudo, a imigração em massa para Boa Vista começou em 1980, com a descoberta do garimpo. Em 1950 a população era de aproximadamente 5.132 habitantes. Segundo o IBGE, esse número hoje chega a 260.930 habitantes. Como se vê um quadro de urbanização que se deu de forma muito rápida e intensa.

Segundo o Plano Diretor (2006), as conseqüências desse crescimento são a multiplicação de bairros periféricos sem as mínimas condições de habitação, ocupação desenfreada de áreas de proteção e de risco ambientais, aumento da demanda por serviços públicos como escolas, hospitais, postos de saúde, transportes, entre outros, e os índices de desemprego e informalidade que alcançaram patamares elevados.

Infelizmente, o crescimento populacional em Roraima, que ocorreu incentivado, às vezes, pelas diversas instâncias governamentais não levou em consideração a presença de grupos indígenas tradicionais, que habitavam as terras do estado de Roraima desde o início da colonização.

Na cidade de Boa Vista, a população indígena representa uma parcela significativa do total de habitantes, especialmente nos bairros periféricos. A população indígena urbana, estimada em 1995, foi cerca de 12.000 ameríndios (NAMEM *et al*, 1999). No entanto, conforma estimativas do CAMIC/CMDH, da Diocese de Roraima, e da ODIC, atualmente a população indígena que reside em Boa Vista pode chegar a cerca de 30.000 indivíduos. Todavia o número certo ainda seja desconhecido.

Mesmo sendo a capital de Roraima, contando com o maior contingente populacional do Estado e concentrando a maior parte das atividades econômicas, Boa Vista é caracterizada como uma cidade pobre, haja vista os graves problemas sociais existentes e as grandes desigualdades sócio-econômicas entre sua população.

Segundo o Plano Diretor, a partir da análise realizada pela Empresa Diagonal e pela Prefeitura Municipal de Boa Vista em 2003, pode-se afirmar que mais da metade da população (58%) vive abaixo da linha de pobreza, sendo que deste percentual, quase a totalidade vive na linha de indigência. A renda mensal média de um trabalhador de Boa Vista está entre um e três salários mínimos, sendo que apenas 32,75% dos trabalhadores têm rendimento mensal superior a três salários mínimos.

Ainda conforme o Plano Diretor, em relação ao Produto Interno Bruto de Roraima, cerca de 75% do total está concentrado na capital, o que mais uma vez evidencia a forte concentração econômica nesta porção territorial em relação ao restante do Estado. O setor comercial, segundo o SEBRAE/RR, corresponde à cerca de 70% da iniciativa privada formal em Boa Vista, porém, devido à reduzida capacidade econômica da população, o comércio apresenta pouco dinamismo.

Os setores públicos, em suas diferentes instâncias governamentais, são os principais empregadores na cidade. Contudo, como a inserção nos postos de trabalho do Estado é feita através de concursos, parte das vagas é ocupada por pessoas de outros municípios o que contribui para agravar o quadro de desemprego.

O setor industrial é incipiente. Conforme o SEPLAN/RR *apud* Plano Diretor, a cidade conta com um Distrito Industrial, criado no início dos anos de 1980. Ainda em 2003, contava com apenas 24 empresas implantadas. Os principais ramos da indústria municipal, além do madeireiro, é o metalúrgico, o oleiro-cerâmico, o de alimentos e o de construção civil. A forte terceirização da população economicamente ativa de Boa Vista é mais uma evidência do intenso processo de urbanização desta região.

Contudo, conforme o Plano Diretor, alguns indicadores sociais³⁴ da cidade de Boa Vista têm apresentado uma melhora significativa. Índices como mortalidade

³⁴ Os dados desses indicadores sociais, são aqueles divulgados pelo PNUD, Órgão das Nações Unidas, responsável pela divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), através do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, publicado em 2003 (PLANO DIRETOR, 2006).

infantil, expectativa de vida e analfabetismo têm apresentado uma melhora nos últimos anos, mesmo que estejam ainda abaixo dos padrões desejados.

Embora a melhora gradativa da qualidade de vida da população indicada nos dados mostrados acima sejam inquestionáveis, porém, tratando-se especificamente da desigualdade de renda, o quadro não é dos melhores em Boa Vista. Entre os extratos mais e menos favorecidos existe uma enorme distância, sendo que os 60% mais pobres da população detêm menos de 20% da renda socialmente produzida, enquanto que os 20% mais ricos controlam cerca de 60% da riqueza gerada.

Ainda no campo dos indicadores de renda, temos que a renda per capita média do município cresceu 2,74%, passando de R\$ 291,47 em 1991 para R\$ 299,46 em 2000. Entretanto, a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) cresceu 1,72%, passando de 24,4% em 1991 para 24,8% em 2000. A desigualdade também cresceu, como já visto, passando o Índice de Gini de 0,57 em 1991 para 0,58 em 2000.

O crescimento das desigualdades, atrelado ao crescimento populacional elevado desta cidade, coloca em risco as melhorias conseguidas em relação à qualidade de vida da população e contribui para o esgarçamento do tecido social. Neste sentido, a observação do número de Homicídios registrados em Boa Vista entre 1982 e 2002, permite inferir que, ao passo que tem aumentado a desigualdade social, a violência também tem se mantido em altos índices.

Este, no entanto, é apenas um indicador do crescimento dos problemas sociais em Boa Vista, somando-se a este fato a prostituição, a mendicância, o subemprego, o tráfico e consumo de drogas e o número de roubos e furtos.

Neste cenário, configura grande parte do contingente de indígenas, cada vez mais presentes na população das cidades, que somados as populações já

carentes, trazem conseqüências como o desemprego, falta de planejamento quanto ao desenvolvimento, degradação ambiental, inchaço nas periferias.

4.1.2 Caracterização do Estudo (tipo, métodos, abordagem e amostra)

O desenho desta pesquisa se justifica a partir de seus objetivos e de sua finalidade. A intenção do estudo foi focar a problemática da situação sócio-econômica dos indígenas na cidade de Boa Vista, sob a orientação da Ciência Econômica, estabelecendo interface com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, História e Sociologia que vem dando importante contribuição à temática em debate. Neste sentido, ela tem caráter descritivo. Nessa ordem de raciocínio, Gil (2006) sublinha que as pesquisas descritivas são as mais solicitadas por pesquisadores sociais.

Isto posto, por se tratar de pesquisa em Ciências Sociais, é aconselhável o uso de abordagens qualitativas, combinadas com critérios quantitativos. Ademais, segundo Triviños (1987) toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa.

Assim, a pesquisa é tanto de natureza qualitativa, uma vez que na pesquisa bibliográfica, procurou identificar como se relacionam os indígenas em contato com não-indígenas, e os conflitos gerados a partir do sincretismo estabelecido em suas relações sócio-econômicas, no sentido de aprofundar e detalhar fatores que se apresentam como entraves para o desenvolvimento econômico em um determinado contexto social, cultural e político.

O uso de técnicas qualitativas ficaram consubstanciadas, também nas análises das justificativas das respostas dos questionários. Enquanto quantitativa, foi empregado recursos estatísticos, como a construção de tabelas e gráficos, para visualização das incidências, que sistematizaram as respostas objetivas dos questionários. Esta técnica de coleta de dados, foi elaborado com questões abertas e fechadas, com a finalidade de obter informações mais diversas possíveis a respeito do contexto sócio-econômico dos pesquisados, na busca de dados em

campo. Ademais, contribuiu para responder a pergunta expressa no problema e verificar a hipótese, fazendo com que fluíssem os aspectos de maior relevância deste estudo.

Definiu-se para esta pesquisa científica o método analítico-sintético e comparativo enquanto visão dinâmica dos grupos sociais e conseqüentemente da estrutura da sociedade e de seus sistemas econômicos. Também foi empregado o método fenomenológico (HURSSSEL *apud* OLIVEIRA e SOUZA, 2007), por ser uma pesquisa descritiva e exigir uma análise dos dados de forma pura e coerente, evitando interferir nos resultados desvelados a partir da coleta dos dados.

Considerando uma população de 30 mil indígenas (segundo censo da ODIC), ou seja, do ponto de vista estatístico uma população infinita, a coleta de dados se deu a partir de um espaço amostral de 384 pessoas que se auto-identificam como indígenas, e que moram em Boa Vista, para uma margem de erro de 5% nos resultados.

A aplicação dos questionários (Apêndice B) foi feita por indígenas treinados e supervisionados pela pesquisadora, que aplicaram o formulário em bairros de Boa Vista, referendados pela coordenação da ODIC com boa representatividade de indígenas.

Frente à impossibilidade de constituir uma amostra representativa, os entrevistadores visitaram as casas de famílias indígenas por eles conhecidas, recebendo de casa em casa a indicação de outras famílias indígenas, o que abrangeu vários bairros da cidade.

4.1.3 Técnica de análise e interpretação dos dados

A análise foi realizada a partir do levantamento dos dados oriundos dos questionários obtidos em campo e o confronto com a bibliografia levantada sobre o tema.

Para tratamento dos dados quantitativos, foram utilizando os recursos da estatística descritiva disponível no pacote de software estatístico *Microsoft Excel 2007 e SSP Data Editor*. Assim, esses resultados puderam ser apresentados na forma de tabelas de distribuição de frequência simples e cruzadas entre algumas variáveis dependentes e algumas independentes. Para análise de relações estatisticamente significativas entre essas variáveis, foram utilizados testes como o gráfico de dispersão e/ou o teste *qui-quadrado* de Pearson.

O auxílio de gráficos de barras também foi empregados como um recurso para facilitar a visualização.

As justificativas decorrentes das repostas foram sintetizadas e apresentadas apenas aquelas mais significativas para os resultados. Os dados qualitativos foram descritos, analisados com a utilização o método de categorização para se poder construir categorias analíticas que permitissem compreender o fenômeno estudado.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com o levantamento sócio-econômico, a análise dos dados da pesquisa se inicia com as características principais dos indígenas que moram em Boa Vista, e, em seguida com a descrição e discussão de seu perfil escolar, do tempo de residência e situação habitacional, das motivações para migração e dificuldades encontradas no ambiente urbano e da renda familiar e condições de trabalho. Na descrição dos dados foram considerados apenas aquelas incidências e relações estatisticamente significativas.

4.2.1 Característica dos entrevistados

A tabela 01, informa que, cerca de 45% dos indígenas, estão na faixa de 26 a 40 anos, o que pode ser explicado pelo fato do mercado de trabalho de Boa Vista estar mais aberto às pessoas dessa idade. Assim, do ponto de vista econômico, são pessoas que se encontram em faixa etária de maior produtividade. No entanto, segundo o diagnóstico de Souza e Repetto (2007), vivem miseravelmente em situação de abandono.

Com relação ao sexo a amostra revelou que mais de 68% dos entrevistados são do sexo feminino. Provavelmente, explicado pelo fato de as mulheres se encontrarem desenvolvendo atividades econômicas autônomas em casa, como por exemplo o artesanato e outras desempregadas, haja vista que nenhuma se colocou na condição de dona de casa. Ademais, vale ressaltar aquelas que se prestaram a responder a entrevista por achar que possuíam mais informação que os homens, e outros casos que o próprio homem delegava a mulher a responder e casos de mulheres indígenas casadas com não-indígena.

TABELA 01: IDADE *VERSUS* SEXO

IDADE	SEXO				Total	%
	MASCULINO	%	FEMININO	%		
NR	1	0,8	10	3,8	11	2,9
18 a 25 ANOS	30	25,0	47	17,8	77	20,1
26 a 40 ANOS	52	43,3	121	45,8	173	45,1
41 a 65 ANOS	33	27,5	76	28,8	109	28,4
+ de 65 ANOS	4	3,3	10	3,8	14	3,6
Total	120	100,0	264	100,0	384	100,0

FONTE: Pesquisa Própria

A pesquisa buscou saber entre aqueles que mantêm união estável se o cônjuge era não-indígena por considerar do ponto de vista antropológico, fator importante do início da crise de identificação étnica. Verificou-se que 26,6% das entrevistadas são casadas com não-indígena, esse dado corresponde, inclusive, um fator apontado por algumas das entrevistadas como motivo para o deslocamento para a cidade.

A média de filhos por família é de 4,39 (desvio-padrão de 2,57), ou seja, cada entrevistado tem entre cerca de 4 a 5 filhos. Embora, do ponto de vista econômico, este índice possa configurar um peso significativo, segundo Ferri (1990) na cultura indígena ter muitos filhos é sinal de fertilidade e de continuidade.

Contudo, ao comparar esses dados com a pesquisa de Ferri, onde cerca de 40,0% dos indígenas tinham de 6 a 10 filhos, percebe-se uma diminuição do número de filhos, diante dos modelos dos não-indígenas e das grandes dificuldades que as famílias enfrentam na cidade. Segundo Cancline (1996) em contato com a

cidade, o indígena envereda por um caminho de transformações, procurando adaptar-se à nova ordem vigente, como forma de sobrevivência a caminho da hibridação.

TABELA 02: CÔNJUGE INDÍGENAS *VERSUS* FILHOS

CÔNJUGE INDÍGENA	TEM FILHOS				
	NR	SIM	NÃO	Total	%
NR	14	56	34	104	27,1
SIM	2	168	8	178	46,4
NÃO	3	85	14	102	26,6
Total	19	309	56	384	100,0

FONTE: Pesquisa Própria

OBS.: Média de filhos 4,39 com desvio-padrão de 2,57

A pesquisa entrevistou somente pessoas que se auto-identificam como indígena e moram na cidade de Boa Vista, portanto buscou-se saber a que povo de origem pertenciam, e, cada entrevistado colocou-se sem hesitação como membro de um povo. Conforme já registrado por outros pesquisadores a incidência está nos povos Macuxi (53,9%), seguido dos Wapichana (40,4%) (FERRI, 1990, BRAZ, 2003). Do ponto de vista antropológico estas etnias estão mais suscetíveis ao hibridismo e ao sincretismo cultural, e dentro de uma abordagem econômica às falhas de mercado decorrentes de suas inter-relações econômicas no meio urbano (MANKIW, 2007).

A pesquisa mostrou que do contingente de Macuxi que residem em Boa Vista 41,5% falam a língua materna e 12,1% destes são procedentes da República Cooperativista da Guyana, dado já abordado em Namem *et al* (1999) e República Bolivariana Venezuela. Com relação aos Wapichana o contingente na capital é 40,4% e destes 66,5% falam a língua materna sendo 31,0 % oriundos dos países já citados. Ambas as etnias em um processo de migração interna (GOLGHER, 2004).

Os locais de origem são os mais diversas possíveis, abrangendo as regiões indígenas existentes em Roraima, e regiões de fronteiras com a República Cooperativista da Guyana e República Bolivariana Venezuela. Dentre as regiões geográficas do Brasil, tem-se a Serra da Lua, destacando-se comunidades como Malacacheta, Moscou, Manuá, Pium, da região da Raposa Serra do Sol, as de

Socó, Guariba, Napoleão, Água Fria, Contão, da região de São Marcos, Boca da Mata. Com relação aos migrantes originários da República Cooperativista da Guayana, se destacam as regiões de Manari, Alshaton, Rupununi, Karabasai.

Todavia, esse índice significativo dos indígenas que falam a língua materna na cidade, se comparados à pesquisa realizada por Ferri (1990), que correspondia a 30,0% dos Macuxis e 32,6% dos Wapichanas, pode estar relacionado ao aumento do fluxo migratório destas regiões nos últimos anos. Contudo, “para efetivar suas relações de troca na comunidade de mercado” (WEBER, 1994), o uso da língua dos não-indígenas torna-se fundamental, caso contrário a principal consequência é a violação de seus direitos na reciprocidade da relação de mercado (REIS, 2003).

Em função destas peculiaridades, com a permanência dos indígenas na cidade, sem a presença de uma política pública diferenciada, os indígenas podem perder um dos traços mais marcantes de sua cultura.

TABELA 03: POVO E % DOS QUE FALAM A LÍNGUA MATERNA E % DO PAÍS DE PROCEDÊNCIA

POVO	FREQ.	%	% DOS QUE FALAM A LÍNGUA MATERNA TOTAL OU PARCIALMENTE	% DOS INDÍGENAS PROCEDENTES R.P.GUAYANA E R.B.VENEZUELA
NR	4	1,0	25,0	0,0
WAI WAI	2	0,5	100,0	0,0
WAIMIRI-ATROARI	1	0,3	0,0	0,0
YANOMAMI	1	0,3	100,0	0,0
TAUREPANG	4	1,0	25,0	75,0
WAPIXANA	155	40,4	66,5	31,0
MACUXI	207	53,9	41,5	12,1
PATOMONA	3	0,8	100,0	33,3
MISTA	6	1,6	33,3	16,7
PALMARY	1	0,3	0,0	0,0
Total	384	100,0	51,8	20,3

FONTE: Pesquisa Própria

4.2.2 Perfil escolar dos indígenas urbanos

Ao investigar sobre a escolaridade buscou-se saber sobre a oferta desse bem público para os indígenas urbanos, considerando que o problema da

informação assimétrica está relacionado com a educação (FLORISSI, 2004), haja vista que os empregadores podem utilizar a educação como forma de definir salário, além de tirar conclusões que facilitam ou dificultam a decisão de contratação.

Ao cruzar o grau de instrução com estado civil na tabela 03, a maior incidência está no ensino fundamental incompleto (50,8%) tendo grande concentração no estado civil de união estável (128 pessoas) seguido dos solteiros (44 pessoas). Somente 14,8% dos entrevistados possuem o ensino médio completo, com incidência nos solteiros.

Em outro extremo, ou seja no que tange àqueles que têm ensino superior incompleto e/ou completo, verifica-se que apenas 3,9% entre solteiros e união estável, estão cursando ou já concluíram o ensino superior. Segundo Baines (2001b), este fato se verifica também no Canadá onde poucas crianças completam o ensino secundário e um número ainda menor continua os estudos pré-universitários e universitários. Neste sentido a grave situação sócio-econômica dos indígenas urbanos se assemelha a de Boa Vista.

É representativo o índice de analfabetismo entre os indígenas urbanos, 15,4%. Esse perfil escolar, coloca estes indígenas em situação de vitimação e até de exclusão nas relações econômicas.

Um outro aspecto chama atenção ao analisar a escolaridade dos indígenas urbanos é o fato de crianças em idade escolar (6 a 14 anos) que não freqüentam a escola. Neste sentido, 29,7% dos entrevistados declararam que em sua família há crianças em fase escolar que não estão estudando. Além de que é significativa a média de crianças, cerca de 2,36 (desvio-padrão de 1,29) por família. Esse fato se explica considerando que muitos acolhem famílias de parentes em suas residências.

Em termos de análise, pode-se concluir, também, que as restrições no investimento escolar contribui, muitas vezes, para a não freqüência dos filhos dessas famílias indígenas pobres e/ou indigentes à escola. Além de que a

desistência pode estar relacionada a padronização de conteúdos indicados pelo MEC, onde parte da cultura e das tradições indígenas é deixada de lado, o que torna o sistema educacional formal desinteressante para as populações tradicionais (PLANO DIRETOR, 2006). Daí, pode-se inferir a demanda urgente por políticas públicas para escolarização com respeito às diferenças e às diversas tradições culturais.

Cerca de 70,0% dos entrevistados não tiveram a oportunidade de fazer ou estar fazendo um curso de qualificação/capacitação profissional. Fato que reflete para aumento do desemprego, que atinge principalmente os não capacitados, participação em delitos, alcoolismo e desempenho de atividades informais com baixos salários, já constatados por Namem *et al*, Ferri, Souza e Repetto, dentre outros. Portanto suscetíveis à assimetria de informação ao desconhecer os seus direitos trabalhistas e a dinâmica de mercado na cidade.

Entretanto, dentre os que já fizeram ou estão fazendo qualificação/capacitação se destacam os cursos de corte e costura, cozinheira e confeitaria, computação, vigilante, e aqueles relacionados a serviços sociais.

Considerando o potencial da população ativa expressa na tabela 01, conclui-se que, no que se refere à produtividade da mão-de-obra, merece especial atenção o nível de alfabetização dessa da população. Os dados verificados mostram claramente que será preciso adaptar medidas a fim de elevar o nível de alfabetização da população ativa.

TABELA 04: GRAU DE INSTRUÇÃO *VERSUS* ESTADO CIVIL

GRAU DE INSTRUÇÃO	ESTADO CIVIL					Total	%
	NR	SOLTEIRO	UNIÃO ESTÁVEL	DIVORCIADO	VIÚVO		
NR	0	1	2	0	0	3	0,8
ANALFABETO	3	5	41	2	8	59	15,4
ENSINO FUND. INCOMPLETO	0	44	128	11	12	195	50,8
ENSINO FUND. COMPLETO	0	5	11	0	0	16	4,2
ENSINO MEDIO INCOMPLETO	0	23	16	0	0	39	10,2
ENSINO MEDIO COMPLETO	1	27	25	0	4	57	14,8
ENSINO SUP. INCOMPLETO e/ou COMPLETO	0	8	7	0	0	15	3,9
Total	4	113	230	13	24	384	100,0
%	1,0	29,4	59,9	3,4	6,3	100,0	

FONTE: Pesquisa Própria

4.2.3 Tempo de residência e situação habitacional

O tempo de residência em Boa Vista é um dado importante, pois revela quanto tempo este povo vive na cidade, influenciados pela esperança de que a fixação a longo prazo na cidade implique em chances maiores de conseguir um emprego assalariado, melhores condições sócio-econômicas. Haja vista que, historicamente, segundo Ferri (1990) os indígenas estão presentes neste centro urbano desde sua fundação.

O gráfico 01 revela 69,5% dos indígenas moram em Boa Vista, há mais de 10 anos, confirmando a presença ativa dos indígenas na expansão geográfica da cidade já há bastante tempo, motivo de pesquisas já realizadas por antropólogos e historiadores. Os que residem de 4 a 7 anos equivale a 10,9%, seguido dos que residem em menos de um ano que é de 3,6% dos entrevistados.

Estes resultados, permitem concluir que estes anos de permanência na cidade, e convivência com a sociedade, não criaram melhores condições de trabalhos e vida para essa população, que permanecem invisíveis ao poder público, e lutam para ter acesso aos direitos básicos garantidos aos indígenas pela Constituição brasileira (ALBUQUERQUE, 2007).

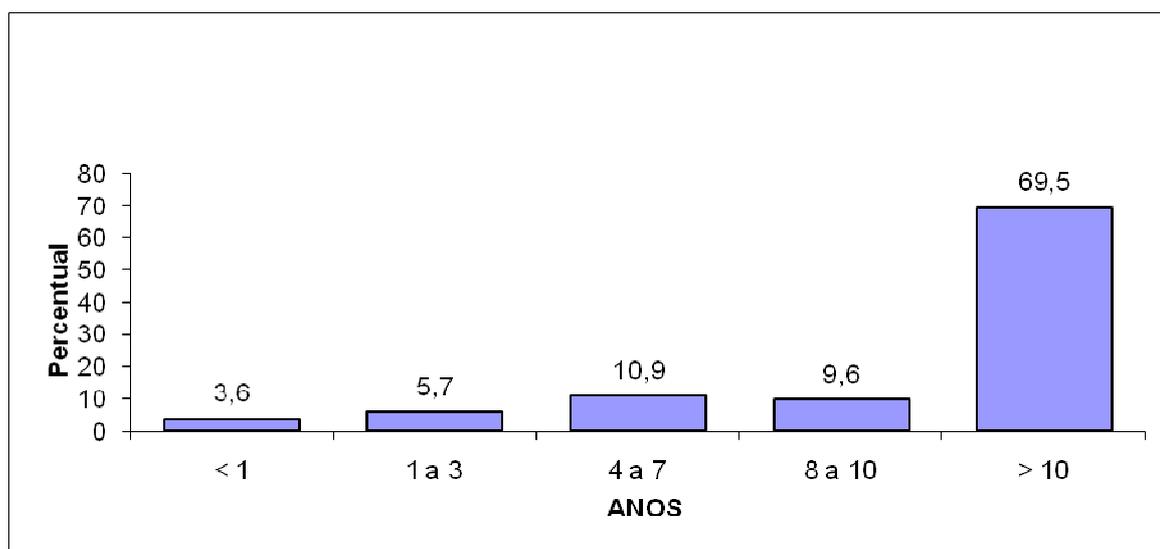


GRÁFICO 01: Percentual do tempo de residência em Boa Vista
 FONTE: Pesquisa Própria

Nas tradições dos povos que vivem no lavrado, o parentesco ocupa um lugar importante em termos sociais, econômicos e culturais (FERRI,1990). Desse modo, a fim de verificar se esta relação familiar ainda se mantém coesa na cidade, ao considerar do ponto de vista sócio-econômico, um fator determinante para demanda de uma cesta maior de bens de consumo e melhores condição de moradia, buscou-se saber dos entrevistados quem hospedava parentes.

Neste sentido, 57,0% declararam que não, embora se manifestassem que já hospedaram e/ou hospedariam caso precisasse. E dos 43,0% que afirmaram ter hóspedes, abrigavam em média 6,32 parentes (desvio-padrão de 3,64) em casa. Considerando o total da amostra, a média de famílias indígenas que hospedam parentes corresponde a 2,57 (desvio-padrão 3,88) pessoas por família.

Ao concluir que a existência dessas redes sociais difundem informações e incentivos de vários tipos, esse fato pode levar a uma intermediação para a migração.

Com relação à moradia na cidade, temos que daqueles que possuem casa própria, 55,5% são de alvenaria, embora muitas delas ainda se encontrem em fase de construção, enquanto 44,9% são de madeira, sendo que algumas em construção também.

Já para os que possuem moradia adquirida por meio de invasão, 71,0% são de madeira, onde algumas apresentam condições habitacionais desfavoráveis e 19,4% são abrigos provisórios que, por sua vez, não reúnem as mínimas condições de habitabilidade. Nestes barracos são exercidas várias funções em apenas um cômodo, e normalmente há superlotação de pessoas. Estes são construídos com os mais diversos materiais como sarrafos de madeira, zinco, papelão, plástico, entre outros.

Foi constatado, durante a realização da pesquisa (Apêndice A), que estas habitações encontram-se, geralmente na periferia, em locais de infra-estrutura precária e incipientes, inclusive em áreas impróprias para moradia. Nestes locais se destacam problemas como ligações clandestinas de energia, que já causaram muitos acidentes, inclusive com óbito de pessoas, devido ao tipo de material condutor de energia e à altura dos fios condutores.

A falta de água potável para o consumo diário, coloca em risco a saúde dessa população, haja vista que a mesma é obtida através de poços, que devido a área territorial limitada, ficam próximos a fossas sépticas. Como consequência da não existência das condições sanitárias apropriadas, a esmagadora maioria das famílias, jogam as águas residuais nos arredores das suas casas.

O lixo se espalha pelas ruas, algumas viram verdadeiros depósitos de detritos e animais mortos, além de que os amontoamentos de lixo também encontram-se nos quintais e nas casas. É uma situação muito preocupante que naturalmente inspira cuidados uma vez que, polui o meio ambiente e propicia a criação e proliferação de doenças.

Neste contexto, nas demais cidades do Brasil, pesquisadores e lideranças de diversas etnias do contingente de indígenas urbanos, argumentam que, em geral, esta é caracterizada por uma inserção marcadamente periférica, vivendo em grupos de tamanho variável, situados nas favelas mais pobres (COIMBRA JR e SANTOS, 2000).

TABELA 05: PERCENTUAL DAS MORADIAS POR POSSE *VERSUS* TIPO DE MORADIA

POSSE DA MORADIA	TIPO DE RESIDÊNCIA					Total
	NR	ABRIGO PROVISORIO	CASA DE MADEIRA	CASA DE ALVENARIA	OUTRO	
NR	40,0	0,0	20,0	40,0	0,0	100,0
PRÓPRIA	0,0	0,0	44,9	55,1	0,0	100,0
CEDIDA	0,0	1,3	48,7	48,7	1,3	100,0
INVADIDA	3,2	19,4	71,0	0,0	6,5	100,0
ALUGADA	0,0	0,0	36,4	63,6	0,0	100,0
OUTROS	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	0,8	1,8	46,4	50,3	0,8	100,0

FONTE: Pesquisa Própria.

4.2.4 Motivações para migração e dificuldades no centro urbano

Na decisão de migrar prevalecem os fatores que apontam para a possibilidade de vida mais digna. Assim, para os indígenas a cidade oferece novos modelos de vida, de perspectiva e os atrai com a promessa de uma vida melhor (NAMEN *et al*, 1999; FERRI, 1990; BRAZ, 2003; SOUZA e REPETTO, 2008).

Neste sentido, o principal motivo para o deslocamento dos indígenas para Boa Vista, não surpreendeu. A busca por emprego e estudo é sempre um fator constante. Dos entrevistados 50,1%, saíram de sua comunidade a procura de emprego, de uma possibilidade real de ganhar dinheiro. O segundo motivo com (27,1%) também reflete uma das principais causas da mudança, os indígenas absorveram que os estudos são importantes para a melhoria da qualidade de vida.

A saída também é oriunda por problemas de saúde. Em torno de 10,0 % dos indígenas se deslocam para a cidade em busca de tratamento médico. Esse dado leva à conclusão de que a assistência médica nas comunidades indígenas configura-se precária e não atende às suas necessidades. Haja vista, que as incursões da sociedade envolvente, levaram o indígena a adquirir edemias, nas quais suas pajelanças não sabem tratar.

O casamento com não-índio é outro motivo, neste caso para a migração de mulheres indígenas (2,3%). Entre outros motivos, se destacam fatos de saída forçada como morte na família, conflitos com fazendeiros, serviço militar, embora,

segundo Ferri (1990) o serviço militar para os indígenas seja voluntário, estes se sentem atraídos pela possibilidade de vida diferente. Em suma, as razões para migração se mantêm intermediados pelas relações de contato interétnico estabelecidas entre os indígenas com a sociedade nacional (FIORETTI, 2001).

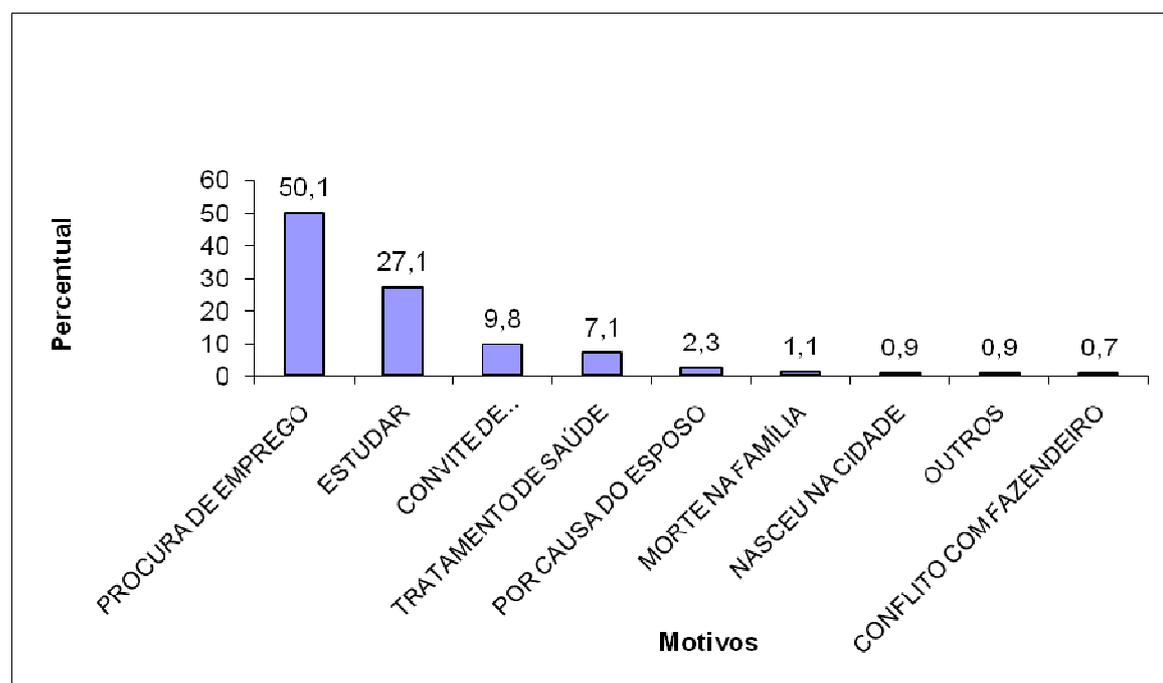


GRÁFICO 02: Percentual dos motivos do deslocamento para Boa Vista
 FONTE: Pesquisa Própria

A pesquisa buscou verificar se dentre os entrevistados, estes haviam recebido ajuda ao chegar em Boa Vista. Destes 60,9% declararam não ter recebido ajuda. Enquanto 36,2% afirmaram ter recebido ajuda ao chegar à cidade.

Na tabela 06 foram cruzados dados referentes aqueles que pretendem voltar para a sua comunidade com os que receberam ajuda ao chegar a cidade, afim de verificar se o fato de receber ajuda na cidade, implicaria em sua decisão de permanecer na cidade ou voltar para sua comunidade de origem. Observou-se que dos que não pretendem voltar, 63,4% não receberam ajuda, enquanto 43,3% receberam ajuda.

Por outro lado, dos que gostariam de voltar, 55,1% não recebeu ajuda e 40,7% recebeu ajuda. Assim verifica-se que o fato de receber ajuda não influencia na decisão de alguns retornarem a sua comunidade de origem. Todavia o teste

estatístico *qui-quadrado* já tinha mostrado que não havia correlação entre estes dados.

Dentre aqueles que receberam ajuda, 82,6% destacaram que estas foram provenientes de familiares, e os demais se divide entre a diocese de Roraima e a organização indígena CIR. Ratificando mais uma vez que a família representa para os indígenas urbanizados seu mundo, sua cultura, seu povo (FERRI, 1990).

Os que pretendem voltar para suas comunidades enfatizam as dificuldades encontradas aqui, a saudade de sua terra, da cultura, dos parentes e outros estão aguardando concluir os seus estudos e/ou de seus filhos. Dentre essas justificativas pode-se destacar:

- . Porque vai ficando difícil para quem não tem escolaridade.*
- . Aqui está muito difícil e na comunidade tem como se sustentar.*
- . Porque na comunidade a vida é mais tranqüila.*
- . Ajudar os parentes que ficaram lá.*
- . Não tenho estudo, não arranjo emprego.*
- . Por lá temos mais oportunidade.*
- . Por aqui tenho muita dificuldade financeira.*

No entanto, dentre os que pretendem ficar vêm a oportunidade do emprego e estudo, e outros acham que não se acostumam mais. Assim justificam da seguinte forma:

- . Não existe desenvolvimento nas comunidades como existe na capital.*
- . Na cidade é melhor para se viver, temos condições de vida melhor.*
- . A comunidade é boa, mas já me acostumei aqui.*
- . Devido os meus filhos que estão estudando.*
- . Pretende progredir, e não regredir.*
- . Não tem emprego lá.*

TABELA 06: PERCENTUAL DOS QUE PRETENDEM VOLTAR *VERSUS* RECEBIMENTO DE AJUDA AO CHEGAR EM BOA VISTA

PRETENDE VOLTAR	RECEBEU AJUDA			
	NR	SIM	NÃO	Total
NR	0,0	0,0	100,0	100,0
SIM	4,2	40,7	55,1	100,0
NÃO	2,3	34,3	63,4	100,0
Total	2,9	36,2	60,9	100,0

FONTE: Pesquisa Própria.

OBS.: Valor $p=0,465$ para o teste qui-quadrado

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos indígenas na cidade, a pesquisa demonstrou que o desemprego tem maior incidência com cerca de 29,0%. O principal motivo da migração para a cidade continua sendo uma frustração para eles. A falta de moradia, o desejo de ter um lugar para morar é sua outra dificuldade apontada com 21,0%, o preconceito e discriminação corresponde a 18,2% das dificuldades desse povo. Fator como baixa renda, falta de atendimento a saúde, falta de alimento, alcoolismo, dentre outros, intensificam as dificuldades dos indígenas que habitam o centro urbano de Boa Vista.

Esses dados corroboram com as temáticas mais relevantes e que mais preocupam os indígenas urbanos, publicadas na obra *Diagnóstico da Situação dos Indígenas na Cidade de Boa Vista-Roraima* (Ver subtítulo 3.1), onde os indígenas urbanos, apresentaram suas dificuldades e reivindicações políticas, subordinadas à suas próprias experiências e percepções na cidade.

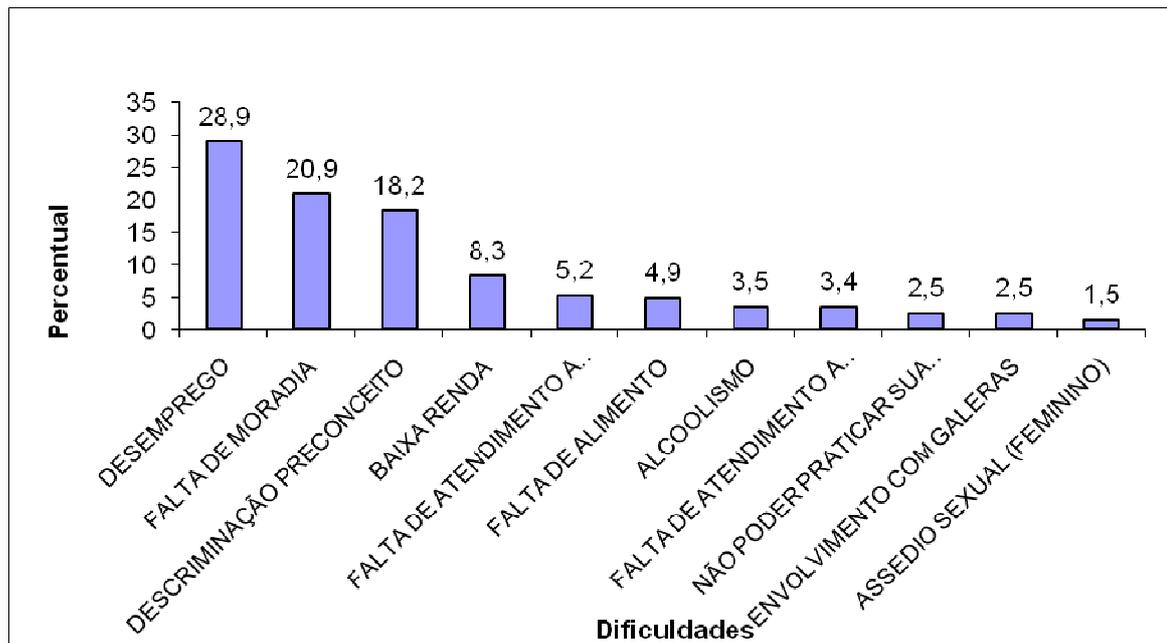


GRÁFICO 03: Percentual das dificuldades encontradas pelos indígenas
 FONTE: Pesquisa Própria.

4.2.5 Renda familiar e condições de trabalho

O item renda familiar é um dos mais eloqüentes neste trabalho, pois esta vai definir a situação de pobreza que este povo se encontra. Segundo a literatura, a grande maioria se encontra nas faixas de baixo poder aquisitivo e se ocupa de atividades de baixa remuneração.

O gráfico 04 mostra que 55,2% das famílias dos entrevistados vivem com no máximo 1 SM, seguido de 16,1% com renda de 1 até 1 e 0,5 SM. Assim de todas as famílias, da amostra, que vivem com até 1 e 0,5 SM, tem-se um total de 79,1%.

Considerando a média da composição familiar por habitação que é 4,59 pessoas (desvio-padrão 2,19), constata-se que 79,1% destas famílias estão vivendo abaixo da linha de pobreza, ou seja, tem renda *per capita* familiar inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Este ainda não é o problema mais grave, quando se trata desta questão, pois dados da presente pesquisa mostram que aquelas famílias que recebem até 1 SM, vivem abaixo da linha de indigência, ou seja, tem renda *per capita* familiar inferior a

¼ salário mínimo, que neste caso corresponde a 63,0% da amostra. Dado que caracteriza uma situação de extrema pobreza para esta população, conforme destaca Lopes *et al* (2003), ao abordar que essas pessoas não dispõem do valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência.

Nas famílias que hospedam parentes, verifica-se uma situação sócio-econômica gravíssima, devido ao fato de que os rendimentos da família se tornam muito reduzido, dificultando à aquisição de cestas mínimas de alimentos necessários à sobrevivência.

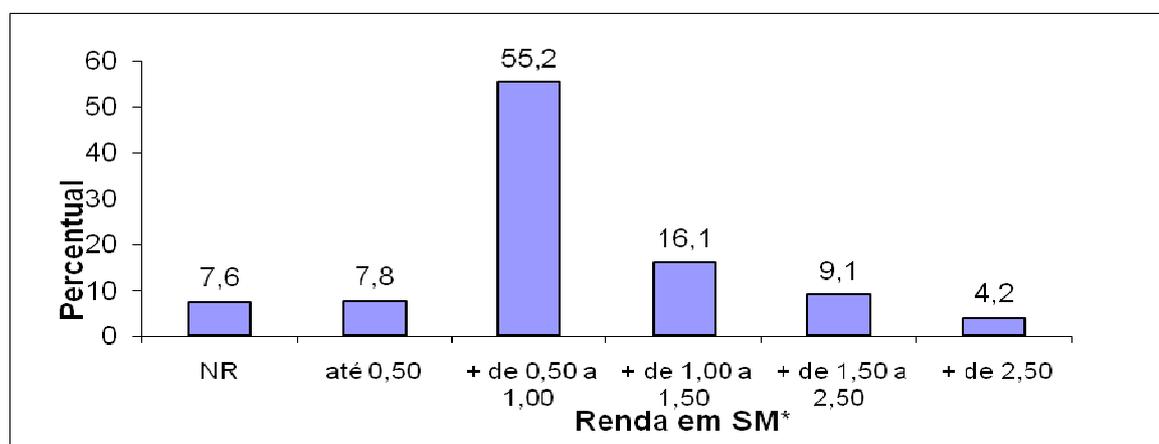


GRÁFICO 04: Entrevistados por classe de renda familiar

FONTE: Pesquisa Própria

Segundo Neves (s.d.), a intervenção do estado na economia orienta-se para a correção e para a resolução de questões que afligem a sociedade. Assim, diversas políticas públicas têm sido criadas para promover o bem-estar social da população, sendo planejadas e executadas na sua maioria pelo Governo Federal, objetivando ajudar as famílias de baixa renda.

Neste sentido, esta pesquisa buscou identificar entre os indígenas urbanos se algum membro da família participava de algum programa social constatando, assim que 56,0% dos indígenas urbanos participam de algum tipo de programa assistencial. Entretanto, 44,0%, não recebem nenhum benefício social do governo.

A Tabela 07, informa que entre os programas sociais se destaca o Bolsa Família³⁵, como complementação do orçamento familiar de 67,5 % dos indígenas residentes na cidade, seguido do Vale Alimentação com 19.3%.

Os dados refletem a necessidade de novas estratégias de implementação de políticas geradoras de trabalho e renda para esta população. Ademais, conforme Di Marco (2002), o ser humano deve ser tratado como sujeito digno, com acesso razoável ao poder de compra e de investimentos que lhe permita viver com decoro.

TABELA 07: PARTICIPAÇÃO DE FAMILIARES EM PROGRAMAS SOCIAIS

PROGRAMA SOCIAL	FREQUÊNCIA	%
BOLSA FAMILIA	164	67,5
VALE ALIMENTAÇÃO	47	19,3
OUTRO	20	8,0
VALE SOLIDÁRIO	7	2,9
PROJETO CRESCER	5	2,1
Total	243	100,0

FONTE: Pesquisa Própria.

Como já conhecido pela literatura, as formas de inserção das populações indígenas em território urbano estão fortemente relacionadas ao fator econômico da obtenção do emprego e renda do emprego atrelado à perspectiva de melhoria de vida, conforme demonstrado, também neste trabalho.

Destarte a pesquisa buscou saber dos entrevistados qual a sua situação com relação ao mercado de trabalho em Boa Vista.

Como expressa a amostra, 75,3% dos entrevistados admitiram não ter um trabalho. O trabalho aqui entende-se aquele em que há uma relação de contrato, muitas vezes verbal, entre empregado e empregador, ou seja um emprego fixo.

³⁵ Programa criado pelo Governo Federal em 2003, e que tem “por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal”. Os programas unificados²⁵ foram o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação (Fome Zero) e o Auxílio Gás, utilizando os dados do Cadastramento Único. Logo que as famílias são cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, para as famílias selecionadas com renda mensal de até R\$60,00 por pessoa, o PBF deposita, mensalmente, um benefício fixo de R\$60,00, tenham filhos ou não. Além desse valor fixo, as famílias com filhos abaixo de 15 anos têm um benefício variável de R\$18,00 por filho, até o limite de três benefícios. Para as famílias com renda mensal acima de R\$60,00 e até R\$120,00 por pessoa, o Bolsa Família deposita, mensalmente, o benefício variável de R\$15,00 por filho com menos de 15 anos, até o limite de três benefícios.

Face à pesquisa realizada, pode-se concluir que os principais fatores que dificultam e até impedem os indígenas de conseguir estabilidade econômica através do vínculo empregatício, está relacionado à baixa escolaridade, falta de capacitação profissional.

Além desses fatores, Namem *et al* (1999), destacam a falta de conhecimento sobre a vida na cidade. Já Ferri (1990), aponta que os trabalhos mais desenvolvidos pelos indígenas na cidade são aqueles serviços manuais temporários, cuja principal consequência é a não-estabilidade. Ainda, segundo estes autores, também o preconceito e a discriminação. Esta realidade também se verifica no contexto canadense onde cerca de 30% dos Índios “*status*” que moram fora das reservas, constatam-se taxas de desemprego e dependência do sistema de previdência social entre 25% e 30% (BAINES, 1996).

Na tabela 08, onde é apresentado um cruzamento dos dados percentuais dos trabalhadores que possuem carteira assinada com o tempo de serviço no emprego, no sentido de verificar se o fato da permanência no emprego, implicaria na formalização de vínculo empregatício para os indígenas. Assim, verificou-se que 68,1% dos que trabalham com carteira assinada, possuem acima de dois anos no emprego; enquanto 19,1% tem menos de dois anos. Esses dados demonstram que o tempo de permanência no emprego, leva ao trabalhador indígena ter seu emprego formalizado.

Por outro lado, dentre aqueles que trabalham, mas não possuem ainda a carteira assinada, temos que esta correlação não se verifica, pois aqueles que têm menos de seis meses e aqueles que têm acima de dois anos, o percentual é o mesmo 31,1%.

Diante desta correlação, pode-se concluir que aqueles que não possuem o emprego formalizado pode ser decorrente de sua atividade desenvolvida junto ao empregador, como por exemplo, ajudante de pedreiro, vigia noturno, estivador, faxineiro(a), dentre outros.

Com relação a este contexto, Namem et al (1999), declaram que as atividades mais desenvolvidas pelos indígenas são aquela que não exigem qualificação de mão-de-obra, realizadas sempre de maneira informal e temporária. Estes pesquisadores também abordam o fato de indígenas guianenses que vêm ao Brasil e trabalham, sobretudo, como empregadas domésticas, cozinheiras, garçonetes e babás, quase sempre informalmente.

TABELA 08: PERCENTUAL POR TEMPO DE SERVIÇO *VERSUS* CARTEIRA ASSINADA

CARTEIRA ASSINADA	TEMPO DE SERVIÇO (ANOS)					Total
	NR	Até 0,5	+ 0,5 a 1,0	+1,0 a 2,0	Acima de 2,0	
NR	33,3	0,0	0,0	33,3	33,3	100,0
SIM	0,0	4,3	8,5	19,1	68,1	100,0
NÃO	2,2	31,1	20,0	15,6	31,1	100,0
Total	2,1	18,9	11,6	17,9	49,5	100,0

FONTE: Pesquisa Própria.

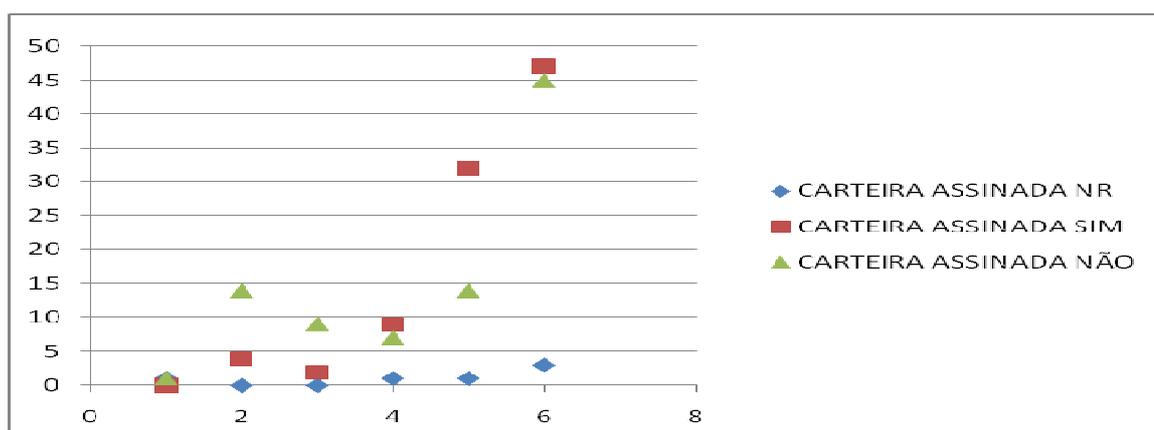


GRÁFICO 05: Dispersão da variável carteira assinada versus tempo de serviço

FONTE: Pesquisa Própria

Com relação á renda individual destes empregados, temos que a maior incidência (46,3%) está na faixa daqueles que recebem acima de meio até um salário mínimo, seguido daqueles com rendimento mensal acima de um até um e meio salário mínimo, percentual que atinge 21,1% dos entrevistados. Merece destaque, nesta análise, àqueles que recebem somente até meio salário mínimo que corresponde a 5,3% dos entrevistados que trabalham.

Como já destacado, estes dados mostram o reflexo do baixo nível escolar e da falta de qualificação profissional, associada ao preconceito e discriminação ao indígena que vive no meio urbano.

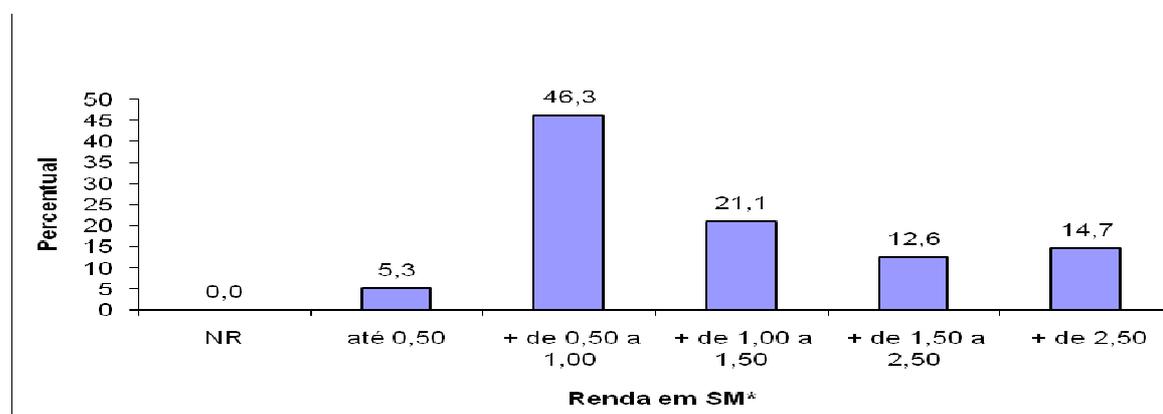


GRÁFICO 06: Percentual da renda individual dos empregados

FONTE: Pesquisa Própria.

* SM = R\$ 415,00 (Salário Mínimo de 2008).

Ao que se refere aos desempregados, averigua-se que para sobreviverem recorrem as mais diversas alternativas econômicas viáveis. Assim, destacam-se aquelas atividades autônomas e informais, já abordadas pela literatura, como capina de quintal, vendedor ambulante, faxinas e trabalhos de diárias (relacionados à construção civil).

A pesquisa verificou na tabela 09, no total, que 39,1% desenvolvem outras atividades das citadas, 23,2% dos entrevistados trabalham de diárias, principalmente como ajudantes de pedreiros na construção civil e 18,0%, enquanto dos que estão desempregados desenvolvem atividades de faxinas. Dentre as outras atividades se destaca o artesanato, serviços gerais, garçõnete, catador de lata, pescador, ajudante de oleiro, caseiro, plantador de melancia e maracujá, entre outros.

Os dados do período de desemprego foram cruzados com os tipos de atividades informais desenvolvidas, a fim de verificar se maior tempo de desemprego tenderia no desenvolvimento de uma atividade informal específica.

Entretanto, o gráfico 07, demonstra que não há correlação entre estas variáveis, o que leva a concluir que na cidade, para sobreviver, os indígenas,

desenvolvem qualquer atividade à qualquer tempo, independente do tempo de desemprego, haja vista que há indígenas que nunca foi empregado na cidade (FERRI, 1990).

TABELA 09: PERCENTUAL PERÍODO DESEMPREGADO *VERSUS* ATIVIDADES INFORMAIS

PERÍODO DESEMPREGADO (ANOS)	ATIVIDADES INFORMAIS						Total
	NR	CAPINA DE QUINTAL	VENDEDOR AMBULANTE	FAXINAS	TRABALHO DE DIÁRIA	OUTROS	
NR	22,0	2,0	2,0	4,0	14,0	56,0	100,0
Até 0,5	0,0	6,3	0,0	25,0	31,3	37,5	100,0
Acima de 0,5 até 1,0	7,7	0,0	3,8	38,5	15,4	34,6	100,0
Acima de 1,0 até 2,0	3,3	10,0	3,3	20,0	30,0	33,3	100,0
Acima 2,0	4,2	9,6	7,2	18,0	25,1	35,9	100,0
Total	7,3	7,3	5,2	18,0	23,2	39,1	100,0

FONTE: Pesquisa Própria.

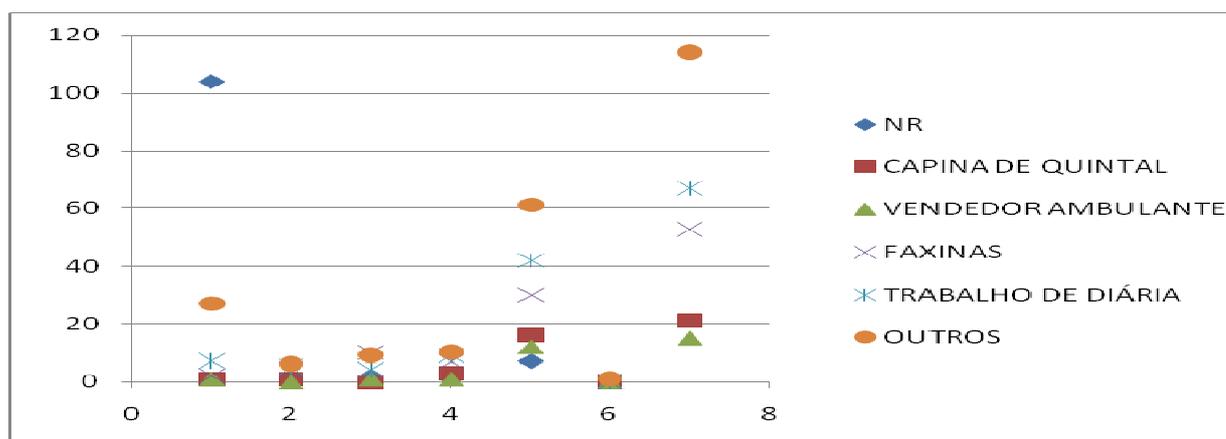


GRÁFICO 07: Dispersão do período desempregado *versus* atividades informais
FONTE: Pesquisa Própria

Ao verificar a renda obtida com o desenvolvimento desta atividade, constata-se que 43,9% dos indígenas recebem até meio salário mínimo mensal, seguido de 42,2% que recebem de meio até um salário mínimo. Adicionando os dois valores tem-se que cerca de 86,0% recebem no máximo até um salário mínimo com atividades informais.

Esses dados mostram o longo caminho que, via de regra, os indígenas urbanizados ainda precisam trilhar para uma inserção mais igualitária no mercado de trabalho urbano.

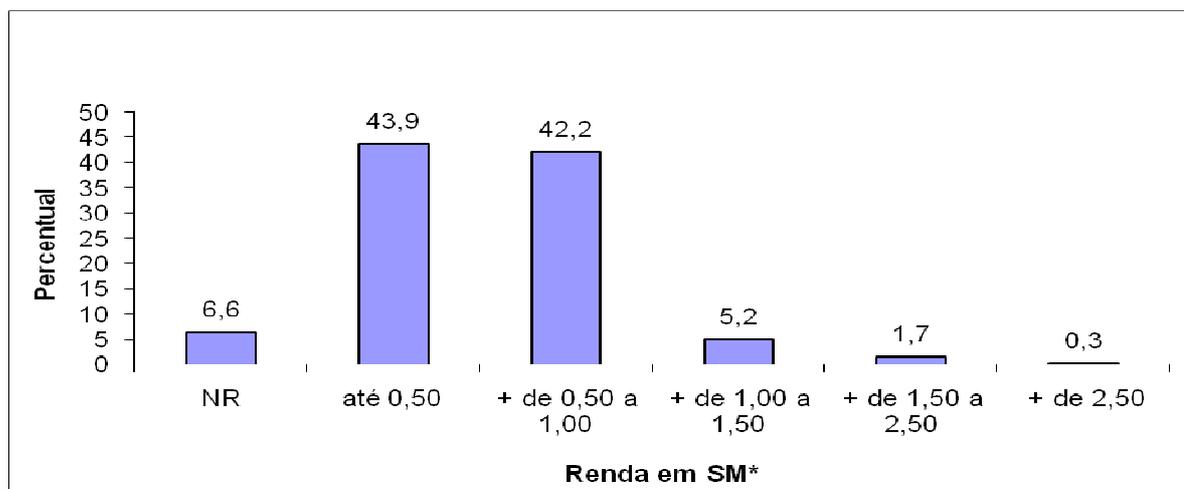


GRÁFICO 08: Percentual da renda individual com os trabalhos informais dos desempregados

FONTE: Pesquisa Própria.

* SM = R\$ 415,00 (Salário Mínimo de 2008).

Diante das difíceis condições sócio-econômicas, investigadas nesta pesquisa, cada vez mais, os indígenas buscam meios e espaço para atuação política na cidade e reivindicar seus direitos de cidadãos, no acesso a políticas atentas à suas especificidades em áreas como saúde, cultura, trabalho e educação, com a criação de conselhos e associações³⁶.

Neste sentido, a pesquisa buscou saber, dentre os entrevistados quem integrava alguma associação/organização indígena e constatou que 60,7% admitiam ter participação, enquanto 39,3% não participavam embora alguns desses tinham conhecimento e até às vezes participavam esporadicamente de alguma manifestação.

Na oportunidade, a pesquisa buscou saber, do público pesquisado que tipo de avaliação que eles faziam da atuação da Funai (governo federal), do governo do estado de Roraima e da prefeitura municipal, com relação a situação dos indígenas urbanos de Boa Vista.

³⁶ Na cidade de Boa Vista, pode-se destacar a Associação Municipal Indígena Guàkrí e Organização dos Indígenas da Cidade - ODIC. Além de parceiros que incluíram em seu campo de ação a causa indígena na cidade como o movimento *Nós Existimos*, Diocese de Roraima, Conselho Indígena de Roraima-CIR, Núcleo Inisikiran de Formação Superior Indígena/UFRR Centro de Migrações e Direitos Humanos-CMDH, Organização dos Professores Indígenas de Roraima-OPIR, SODIUR.

No gráfico 08, percebe-se o reflexo da problemática que envolve o objeto de estudo desse trabalho, observa-se que a maior representatividade está para a classificação mal.

Diante das justificativas para tal classificação, com relação à FUNAI abordam:

Não sabe nada sobre a Funai.

Discrimina os índios que moram na cidade.

Porque eles não estão nem aí para nós.

Porque eles não fazem nada.

Para o índio não tem nada.

Porque somos esquecidos por eles.

Com relação ao Governo do Estado de Roraima, se queixam:

Só procura agente na época das eleições.

Eles só criticam agente por deixar a maloca.

O estado não quer dar terra para nós.

Não dá muita atenção aos índios, só para o povo que vem de fora.

O governo do estado, ninguém, não dá projeto social para os indígenas da cidade.

Ele é anti-indigenista, nós somos esquecidos, discriminados, vivemos na pobreza.

Com relação à Prefeitura Municipal, embora sendo a que avaliam com menor incidência, manifestam:

Não ajuda agente.

Falta atendimento a saúde.

Todos são da mesma forma.

Eles ajudam na limpeza da rua.

Para a prefeitura nós não existimos.

Porque não tem apoio.

Pois não dá muito suporte às nossas necessidades.

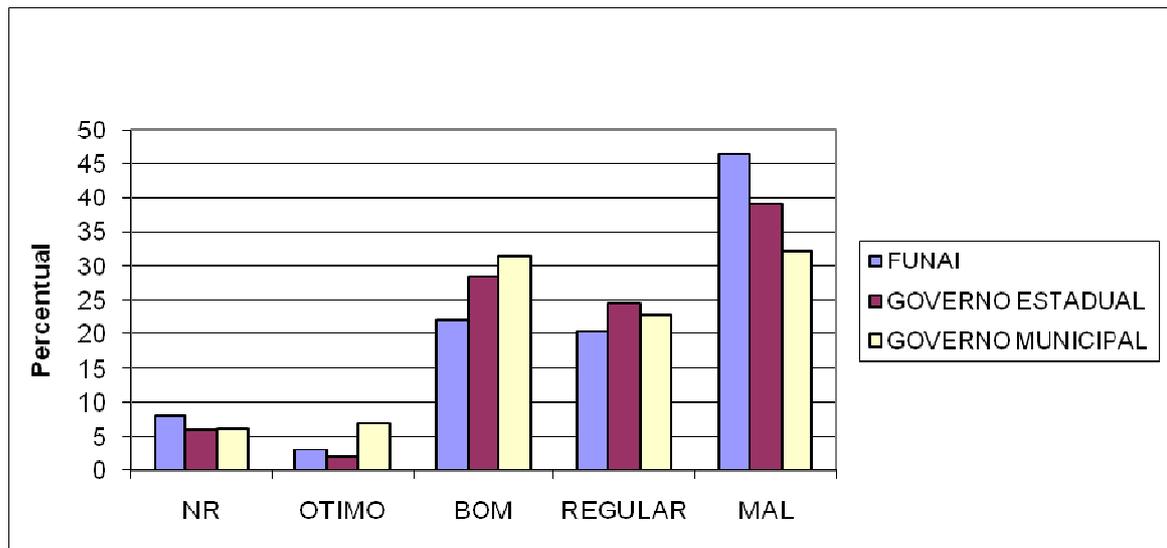


GRÁFICO 09: Percentual da atuação da avaliação das instituições pelos indígenas
 FONTE: Pesquisa Própria

4.3 CONSIDERAÇÕES A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os dados apresentados pela pesquisa ilustram a situação sócio-econômica dos indígenas que mora em Boa Vista, que se deslocaram para este centro urbano na esperança de uma vida mais digna. No entanto, encontra-se em situação de extrema pobreza e abandono, encontram-se abaixo da linha de indigência, em situação grave de privação material ou pobreza extrema.

Diante de tal fato, a intervenção do Estado é fundamental inclusive para proporcionar acesso a condições mais dignas, no fornecimento de bens públicos como a educação, a qualificação profissional, o apoio aos pequenos negócios e as ações compensatórias para estes segmentos sociais marginalizados ou excluídos da economia de mercado.

Buscando analisar a problemática desta pesquisa, constata-se diante desse crítico contexto sócio-econômico da realidade indígena local, que estes ao chegarem nos centros urbanos desprovidos de conhecimento sobre características de produto, informações sobre a dinâmica do mercado na cidade, *relações de troca* em oferta e demanda, capacitação para competir com os demais no mercado de

trabalho, dentre outros, se tornam vítimas constantes de distorções existentes nas relações econômicas.

Imersos no contexto urbano, diante de conflitos que culmina com graves conflitos em sua identidade étnica conseqüente da desagregação de sua cultura, suas tradições e valores, além da marginalização e da discriminação, os indígenas para sobreviver, passam a aceitar qualquer tipo de trabalho. Com o desconhecimento do real valor de seus serviços, os indígenas passam a receber um valor abaixo do ótimo, conforme verificado no gráfico 06.

Portanto, nas relações de trabalho do indígena urbano, percebe-se, a presença de informação assimétrica, como expresso na tabela 09, onde os indígenas passam até mais de dois anos sem trabalhar de carteira assinada. Havendo uma discordância entre o valor que o indígena recebe pelo serviço prestado e o valor real desse serviço no mercado local, onde os agentes detentores dos serviços passam a especular o serviço prestado pelos indígenas, pagando-lhes valores muito baixo. Destarte, essa exploração da mão-de-obra indígena, provoca o não suprimento de suas necessidades básicas e chegam a passar fome.

Na qualidade de consumidores, diante de comportamentos estratégicos e oportunistas por parte de agentes detentores de informação sobre o bem a ser demandado, podem selecionar de forma ineficiente o produto a ser consumido por falta de informação sobre o mesmo. Pode haver uma discordância entre o valor que ele paga pelo bem e grau de bem estar que ele adquire ao consumir este bem, ou seja, estes podem se tornar vítimas conseqüentes das falhas de mercado.

Esse fato, que se impõe tragicamente em seu cotidiano urbano, leva-os paulatinamente ao submundo do alcoolismo e de outras drogas, aumentando o índice de preconceito e discriminação, que contribui na inviabilidade competitiva no mercado de trabalho.

Essa situação, que produz desvios no tipo e na intensidade de seu bem-estar, provoca desiguais níveis de rendimento e consumo, apontando então para um crescente agravamento de suas condições sócio-econômicas na cidade de Boa

Vista. Destarte, Ferri (1990) lamenta: “O trabalho indígena serve à sociedade branca, mas não modifica as condições de vida dos índios que moram na cidade” (p.57).

Como se pode entender neste estudo, são inúmeras as dificuldades econômicas enfrentadas por esta população específica que sai de suas comunidades em direção à cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Tais dificuldades são ratificadas pela deficiência sensível de políticas assistenciais, comprometidas com categorias vitais como o direito ao reconhecimento da condição inalienável e inegável da pessoa que tem suas singulares razões de ser.

4.4 ALGUNS DELINEAMENTOS DE AÇÕES

As informações aqui apresentadas devem ser entendidas à luz da ciência econômica, com aporte de outras ciências sociais, e que cabe ao Estado a atuação sistemática na promoção da eficiência e a equidade, incluindo o respeito à diferença e à diversidade cultural.

As diferenças sócio-econômicas somam-se às diferenças culturais, fato que indica a situação de pobreza e indigência vivenciadas pelas populações indígenas de Boa Vista e a necessidade de políticas apropriadas a cada realidade com o devido cuidado aos princípios da pluralidade étnica.

Destarte, diante do estudo realizado é possível e imperativo, apresentar algumas recomendações e delineamentos de ações, para serem discutidas e implementadas e reforçadas (no caso daquelas que, porventura, já estejam sendo desenvolvidas) pelos poderes públicos:

a) Trabalho e Renda

Estabelecer parcerias com órgãos federais, estaduais, municipais, privados (incentivos fiscais) e diferentes segmentos de movimentos sociais para desenvolver ações de formação profissional e de inserção no mundo do trabalho voltada para a inclusão dos indígenas no desenvolvimento de um trabalho digno;

Implementar um estabelecimento de cotas para indígenas em concursos públicos;

Elaborar e implementar uma política agrícola que valorize os sistemas tradicionais dos povos da região;

Incentivar e apoiar a criação de hortas familiares e comunitárias que venham garantir condições de alimento e renda para as famílias indígenas;

Incentivar o artesanato indígena, valorizando as representações materiais de sua cultura com a criação de uma feira diária para que os produtores e artesãos tenham onde vender seus produtos;

Incentivar a criação e manutenção de grupos teatrais com exibição de conteúdos e significados culturais das tradições e lendas indígenas, em diversos locais, como escolas públicas, igrejas e faculdades particulares, que além funcionar como espaço de receita econômica, acaba se tornando também um novo e rico espaço de mobilização coletiva e de visibilidade de um componente social historicamente marginalizado, assumindo assim uma função política;

b) Educação

Elaborar estudos e plano para a criação de escolas indígenas na cidade que seja diferenciada, partindo do princípio da valorização das línguas, identidades dos povos indígenas e voltada para as oportunidades de trabalho na região;

Inserir a temática indígena, língua e cultura, no currículo das escolas públicas, de forma a buscar desenvolver uma proposta de educação cidadã intercultural para todos, haja vista que há demanda para essa inserção;

c) Social

Estruturação de um sistema de informações, como encontros e oficinas, sobre os eventos que envolvem violência e outros temas relacionados como consumo de bebidas alcoólicas, lazer, esportes e cultura, principalmente para os jovens, atendimento às mulheres vítimas de violência e outros;

Realizar oficinas sobre direitos e cidadania para comunidades e lideranças, discutindo questões sobre a vinda das famílias das comunidades para a cidade;

Preparar os funcionários públicos em geral, mas, sobretudo aqueles que trabalham com indígenas, no que diz respeito a relações humanas, considerando as singularidades do povo e o respeito a sua cultura, no tocante aos atendimentos dispensados a estes;

d) Saúde

Elaborar e implementar uma política de valorização dos conhecimentos tradicionais indígenas relativos a remédios com a criação de farmácia específicas, e reconhecimento do conhecimento espiritual dos indígenas;

e) Transporte

Aumentar o sistema de transporte público coletivo de maneira geral, com incentivos fiscais para lotação e implementar ciclovias nas ruas da cidade, considerando que a bicicleta é um meio de transporte muito utilizado pelos indígenas como também pela população em geral;

5 CONCLUSÃO

A partir da formulação de idéias conclusivas, percebe-se que um dos pontos fundamentais a ser destacado é o fato de que a desigualdade sócio-econômica em Boa Vista, tem se mostrado prejudicial para o desenvolvimento regional. A discussão sobre pobreza e distribuição de renda mostra-se de grande importância, considerando que é incumbência do Estado programar e implementar políticas econômicas que atrelem o crescimento econômico às metas para elevação do bem estar social.

Os dados coletados nesta pesquisa científica consentem sintetizar conclusões e fazer análise da situação sócio-econômico dos indígenas que saíram de suas comunidades de origem e se encontram imersos na cidade de Boa Vista. Esta população merece atenção especial frente a sua vulnerabilidade nas relações sociais com segmentos da sociedade urbana, onde se procura manter uma dominação por meio da diferença cultural. Demonstra a necessidade da intervenção do estado na melhoria da qualidade de vida dessa população com políticas públicas capaz de atendê-los em suas especificidades.

Nesse sentido vale destacar que foi cumprido o propósito de responder a pergunta fundamental da pesquisa, observando o rigor científico que mostrou o alcance do objetivo geral, pois através da investigação, interpretação e análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados, esta pesquisa realizou um estudo descritivo do impacto sócio-econômico em Boa Vista da migração dos indígenas, com relação à marginalização e estado de pobreza e o mercado de trabalho.

Conforme as informações obtidas através de um levantamento bibliográfico interdisciplinar dentro das ciências sociais, tornou-se possível identificar e descrever historicamente que a relação de contato que se estabelece entre os indígenas com não-indígenas em Boa Vista, remonta ao processo de colonização de Roraima, que por sua vez foi semelhante a do Brasil.

Destarte, verificou-se que o fluxo migratório dos indígenas de suas aldeias para a cidade de Boa Vista está mediado por normas e valores peculiares da situação de contato interétnico com a sociedade envolvente, criando nestes a perspectiva de uma vida melhor que em suas aldeias. Neste sentido foi possível propositar que esta relação, leva a uma reelaboração sincrética de seus saberes como forma de sobrevivência, criando uma hibridação cultural na região, especialmente na urbana.

Outro fator de destaque foi avaliar que imersos na cidade de Boa Vista, os indígenas modelam suas preferências de consumo, passando a ser demandantes e/ou ofertantes de bens nas trocas interétnicas das relações de mercado, tornando-se vítimas dos conflitos que emergem nestas circunstâncias, como as falhas de mercado.

O contexto deste estudo conduz ao dado intencional de que em tais circunstâncias a elaboração, implementação e manutenção de políticas públicas direcionadas do problema ora pesquisado é extensivo às demais cidades do Brasil onde o contingente de indígenas urbano é caracterizado por uma inserção marcadamente periférica, situados em favelas ou regiões mais pobres do meio urbano.

Na pesquisa de campo realizada com os indígenas urbanos em Boa Vista, buscando verificar o perfil sócio-econômico destes, foi possível identificar que embora a maioria esteja fixada na cidade já há bastante tempo, (Gráfico 01), estes anos de permanência, ainda não favoreceu a estes melhores condições sócio-econômicas.

Neste sentido, constatou-se quanto as suas condições de domicílio na cidade, suas habitações (Tabela 5) encontram-se, geralmente na periferia, inclusive em áreas impróprias para moradia com a não existência das mínimas condições sanitárias apropriadas, em moradias adquiridas por meio de invasão, que, por sua vez, não reúnem as mínimas condições de habitabilidade.

Com relação ao perfil escolar, verificou-se que este coloca os indígenas em situação de vitimação e até de exclusão nas relações econômicas, pois um percentual muito baixo (Tabela 4) está cursando ou já concluíram o ensino superior, sendo muito representativo também o índice de analfabetismo entre os indígenas urbanos. Outro aspecto crítico é o fato de crianças em idade escolar que não freqüentam a escola.

Com relação á capacitação para o mercado de trabalho constatou-se que grande maioria dos entrevistados não teve a oportunidade de fazer ou estar fazendo um curso de qualificação/capacitação profissional, o que poderia lhes proporcionar conhecimento sobre a dinâmica do mercado na cidade, deixando-os suscetíveis à assimetria de informação ao desconhecer os seus direitos trabalhistas. Ademais, este fato reflete no desemprego e no desempenho de atividades informais com baixa remuneração implicando no não suprimento de suas mínimas necessidades básicas, elevando a participação em delitos e alcoolismo.

Ao comparar os resultados da renda com os indicadores de pobreza, possibilitou identificar no gráfico 04, que de todas as famílias da amostra, a maioria sobrevive com no máximo até 1 e 0,5 SM apenas, para uma composição familiar por habitação de 4,59 pessoas. Assim, a pesquisa constatou que estas famílias estão vivendo abaixo da linha de indigência.

Por outro lado, esta situação sócio-econômica se torna gravíssima, pois nas tradições dos povos indígenas o parentesco ocupa um lugar importante em termos sociais, econômicos e culturais. Nesse contexto, o estudo verificou que esta relação familiar se mantém coesa na cidade o que determina uma cesta maior de bens de consumo e melhores condições de moradia para esta população. Portanto, este dado caracteriza uma situação crítica de extrema pobreza para a maioria desta população.

Neste sentido este trabalho empírico, apresentou possíveis alternativas estratégicas de política públicas para orientação de ações e planejamento de desenvolvimento sócio-econômico, principalmente em setores como renda e educação, para a população indígena de Boa Vista, ressaltando alguns caminhos

que poderiam trazer resultados positivos em sua implementação. Dentre os quais, destacam-se:

- a) A necessidade de desenvolver ações de formação profissional e de inserção no mundo do trabalho voltada para a necessidade das diferentes etnias indígenas, que venham garantir condições de alimento e renda para as famílias indígenas que valorize os sistemas tradicionais dos povos indígenas da região;
- b) A elaboração de estudos e planos para a criação de escolas indígenas na cidade que seja diferenciada, com a valorização das línguas, além de desenvolver uma proposta de educação cidadã intercultural para todos;
- c) Promover a estruturação de um sistema de informações, sobre direitos e cidadania para comunidades e lideranças, discutindo questões sobre a migração e vinda das famílias das comunidades para a cidade, bem como preparar os que trabalham no serviço público em geral no tocante aos atendimentos dispensados aos indígenas;

Nessa perspectiva, ancorada no aporte teórico, os resultados extraídos à luz da ciência, foi possível alçar provas empíricas que viabilizaram a consecução de respostas para provar e explicar objetivamente a hipótese de que os indígenas ao chegarem aos centros urbanos desprovidos de conhecimento e informações sobre a dinâmica do mercado urbano, e não terem condições para competir com os demais no mercado de trabalho, se tornam vítimas constantes de distorções existentes nas relações econômicas como pobreza e marginalização.

Ademais, a partir do êxito no cumprimento desta etapa e realização da totalidade deste estudo, espera-se que, por sua relevância, possa servir como parâmetro , auxiliando na elaboração de políticas e estratégias, que venham contribuir de forma significativa no desenvolvimento sócio-econômico dos indígenas que moram na cidade de Boa Vista.

Por outro lado, diante de tais premissas, procurou-se dar melhores condições de se avaliar o tema e, mesmo não esgotando esse assunto, espera-se ter dado

uma contribuição para a evolução desse ramo de estudo, podendo auxiliar outros trabalhos para que o tema continue sendo explorado.

No entanto, mais estudos qualitativos são necessários para uma melhor identificação das desigualdades intra-urbanas e das especificidades da população indígena da cidade com os demais migrantes não-indígenas em Boa Vista. Assim, para o avanço da pesquisa empírica, poderiam ser estimados modelos econométricos nos quais fossem incluídas e testadas dados de suas condições sócio-econômicas, a fim de se poder avaliar melhor as políticas para o crescimento regional.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. Terra, ecologia, e saúde indígena: o caso Yanomami. In: BARBOSA, Reinaldo I., FERREIRA Efrem J. G; CASTELLÓN, Eloy G. (orgs). **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: IMPA, 1997.

ALDRIGHI, Dante Mendes. **Algumas das contribuições de Stiglitz à teoria dos mercados financeiros**. 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A005.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

ALBUQUERQUE, M. A. Santos. Mobilização étnica na cidade de São Paulo: o caso dos índios Pankararú. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 73-101, jul./dez. 2007.

ALLARD, Jean-Guy. A difícil situação em que se encontram os povos indígenas no rico e industrializado Canadá. **Revista “Mundo e Missão”**. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/demografiapovos.htm>> Acesso em: 14 nov. 2008.

BAINES, Stephen G. As “chamadas aldeias” urbanas ou índios na cidade. **Revista Brasil Indígena** – Ano I - nº 7 Brasília/DF – Nov- Dez/2001a. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/ultimas/artigos/revista_7.htm>. Acesso em 15 mai. 2008.

BAINES, Stephen Grant. **Organizações indígenas e legislações indigenistas no Brasil, na Austrália e no Canadá**. Série Antropologia, 295. Brasília/DF, 2001b.

_____. Antropologia do desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 8, volume 15(2): 29-46 (2004).

_____. **Etnologia indígena no Canadá: primeiras impressões**. Brasília, 1996.(Série Antropológica).

_____. **Etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guyana: os povos Macuxi e Wapichana entre os dois Estados nacionais**. UNB. Departamento de Antropologia. Projeto de Pesquisa, 2007.

BARBOSA, R. Imbrózio. Ocupação Humana em Roraima I: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, 1993. P. 123-144. (Série Antropológica)

BOA VISTA, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Boa Vista/2006**. Disponível em: <<http://www.boavista-rr.gov.br>>. Acesso em 12 jan. 2009.

BRAZ, Azenate Alves de Souza. **Relações interculturais: a vivência do índio Macuxi em Boa Vista**. Dissertação de Mestrado em História Social. UFRJ/UFRR. 2003. p.152.

BRESCIANI, Maria Stella M. Cultura e história: uma aproximação possível. In: PAIVA, Márcia de & MOREIRA, Maria E. (Orgs), **Cultura substantivo plural**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1996. p. 38.

BUENAFONTE, Sandra Franco. **Elaboração de projetos e monografias de graduação e pós-graduação**. Boa Vista:UFRR/CECAJ, 2008. (Mimeogr.)

CAMPOS, André. Índios na cidade. **Repórter Brasil**. 13.03.2006. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=520>>. Acesso em: 16 mai. 2008.

CANCLINE, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2ª ed., 1998.

CANEVACCI, Massimo. **Sincretismos – Uma exploração das hibridações culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 21

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o Pensamento Antropológico**. (Biblioteca Tempo Universidade; nº83). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988.

CARVALHO, Priscila D. de; **Povos reivindicam políticas: Estado esboça resposta**. 30/05/2007. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1003>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

CONFALONIERI, Ulisses E. C. **O Sistema Único de Saúde e as populações indígenas: por uma integração diferenciada**. Cadernos de Saúde Pública. vol. 5 nº 4. Rio de Janeiro. Oct./Dec. 1989. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X1989000400008&script=sci_arttext&tlng=ptpt. Acesso em 22 jan. 2008.

COIMBRA JR, Carlos E. Alvares; SANTOS, R. Ventura. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva** vol.5 nº.1 Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicampo/encontro2006>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

DI MARCO, Luis Eugênio. El Humanismo Económico como opción realista (versión revisada). In DI MARCO, L.E. (Org). **La Doctrina del Humanismo Económico**. p. 64-77. Córdoba: CIEC, 2007.

Direitos Humanos e Iguais Oportunidades. Disponível em: <<http://www.ambberlino.esteri.it/NR/rdonlyres/307E258E-7C4D-4C67-83F0-B715C678062D/18679/mlal7637port.doc>>. Acesso em: 20 mai. 2008.

Distribuição de Renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano. Disponível em<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_6_waquil_mattos.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2008.

FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões. Os povos indígenas no rio Branco e a Colonização, Rio de Janeiro: Paz e Terra: ANPOCS, 1991

FERRI, Patrícia. **Achados ou Perdidos? A imigração indígena em Boa Vista.** MLAM, Goiânia, 1990.

FIDA – International Fund for Agricultural Development. **Hacia una region sin pobres rurales.** Santiago: FIDA, 2000.

FÍGOLI, L.H.G. Identidad regional y “caboclisto”: índios del Alto Rio Negro en Manaos. **Anuário Antropológico** 83:119-154, 1985.

FIORETTI, Elena Campo. **Propuestas de recomendaciones fundamentadas em lá educación multi e intercultural para la escuelas estatales de Boa Vista, Roraima.** Dissertação de Maestria em Ciência de la Educación Superior. Universidade de Matanzas Camilo Cienfuegos. Boa Vista, Roraima, Brasil. 2001. p.101.

FLORISSI, Stéfano. Economia da Cultura. In: **Capitalismo Concorrencial, Estado e Regulação.** Porto Alegre: FACE/UFRGS, 2004 (Mimeogr.)

FOLHA de Boa Vista. **Índios urbanos fundam associação.** Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=noticia&id=3811>. Acesso em: 15 mai. 2008.

FUNAI – **Fundação Nacional do Índio** - www.funai.gov.br. Acesso em 14 set. 2008.

GIBBINS, Roger. Canadian indian policy: the constitucional trap. Department of Political Science. **The Canadiano of Native Sutudies IV**. University of Calgary. Calgary, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos para migração**. Texto nº 231, maio de 2004. CEDEPAR (UFMG). Disponível em: <http://www.cedepar.ufmg.br>. Acesso em 12/09/2008.

GOIS, Antônio. 505 anos depois: Índice de desenvolvimento de índio é o da Bolívia. São Paulo: **Folha de São Paulo**, 19/04/2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1904200521.htm> (2 of 3)5/12/2005>. Acesso em: 12 jun. 2008.

HEDICAN, E.J. **Applied Anthropology in Canada: Understanding Aboriginal Issues**. Toronto, Buffalo, Londres: University of Toronto Press, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 out. 2008.

INE - Instituto Nacional de Estatística. **Migração**. Disponível em: http://www.ine.gov.mz/censos_dir/recenseamento_geral/estudos_analise/migra. Acesso em: 12 jan. 2008.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

LOPES, Rebeca. **Entidade faz censo sobre índios em Boa Vista**. (2006). Disponível em:<http://www.inbrapi.org.br/abre_noticia.php?noticia>. Acesso em 16 mai. 2008.

LOPES, Marra H; MACEDO, P. B Rocha; MACHADO, Ana F. **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, out, 2003. (Texto para discussão N° 223).

MANKIW, N. Gregory. **Introdução á Economia**. Tradução Allan Vidigal Hasting. São Paulo:Thopsom Leaerning. 2007. p 484.

MATTA, Priscila. **Dois Elos da Mesma Corrente: Uma Etnografia da Corrida do Umbu e da Penitência entre os Pankararu**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), São Paulo: USP, 2005.

NAMEM, Alexandre; FIORETTI, Elena; RODRIGUES, Lana; CARNEIRO, Orlando; SILVA, Evilene. **Trabalho e Marginalização Indígena em Boa Vista (Roraima)**. PNOPG/ CAPES (Bênio jul/1996-jul/98), Relatório Final, Universidade Federal de Roraima-UFRR, 1999.

NEVES, J. C. N. **Introdução à Economia**. 4ª ed. Lisboa, Editora Verbo. p. 91.

OLIVEIRA, João Pacheco. Fronteiras étnicas e identidades emergentes, pp. 477-512. In RICARDO, C.A. (org.), **Povos Indígenas no Brasil. 1991/1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

OLIVEIRA, R.C. **Urbanização e Tribalismo: A Integração dos Índios Terêna numa Sociedade de Classes**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968.

OLIVEIRA, Elialdo.R.; SOUZA, Ana Hilda C. Fenomenologia: um método para filosofar e educar. In: I Congresso Internacional de Pesquisa Educacional do Mercosul em Roraima – I CIPEM 2007. **Anais...** Boa Vista-RR.

PAIVA, M.R. Índios se agrupam em favela de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno 3, p. 5, 2 de março, 1997.

PEREIRA, Orlando P. Importância da Intervenção Pública na Política de Mercado. In: **Estúdios Econômicos de Desarrollo Internacional**, vol. 5, nº 001, jan/jun de 2005. p. 123.

REIS, Bruno P. W. O mercado e a norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18 nº.52, junho de 2003. São Paulo.

RIBEIRO, Darcy. **O índio e a civilização: integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1979.

RICARDO, C.A. Quem fala em nome dos índios? (II). In Ricardo, C.A. (ed.), **Povos indígenas do Brasil: 1991-1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996, pp.90-94.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil – Afinal, de que se trata?** Editora FGV, Rio de Janeiro, 2003.

ROMÃO, Maurício C. **Pobreza: conceito e mensuração**. Brasília: IPEA, 1993. (Cadernos de Economia, 13).

PNUD, **Rede de laboratórios acadêmicos para acompanhamento dos objetivos do milênio. Pobreza e fome, objetivo 1: erradicar a extrema pobreza e a fome**. Belo Horizonte: Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável – IDHS, 2004.

SANTILLI, Paulo. Trabalho escravo e brancos canibais: uma narrativa histórica Macuxi. In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita (orgs). **Pacificando o Branco: cosmologia de contato no Norte Amazônico**. São Paulo: Ed. UNESP. Imprensa Oficial do Estado, 2002. P 487-506.

SOUZA, Eliandro Pedro de; REPETTO, Maxim. ODIC (orgs). **Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista**. Boa Vista: Gráfica Ióris, 2007.

SOUZA, Carla Monteiro de; SILVA, Raimunda Gomes da (Orgs). **Migrante e Migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé**. Boa Vista: Ed. UFRR, 2006.

TAKAGI, Maya; SILVA, José Graziano da; Del GROSSI, Mauro. **Pobreza e Fome:em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil**. IE/UNICAMP, n. 101, jul. 2001. (Texto para Discussão)

TICONA, Jaime Mamani; FROTA, Maurício N. **Avaliação de impacto econômico decorrente da certificação de produtos: um estudo de caso para aço e carroceria de ônibus**. *Metrologia para a Vida - Sociedade Brasileira de Metrologia (SBM)*. Setembro 01-05, 2003, Recife, Pernambuco. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/ecop26/frota-ticona-2003.pdf> 1. Acesso em 14 dez. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 1987

VALIATI, Leandro; FLORISSI, Stéfano. **Economia da Cultura: Bem-estar econômico e evolução cultural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007

VARIAN, Hal. **Microeconomia: Princípios Básicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (vol. 1)**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994.

ZALUAR, A., 1997. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 12, nº. 35. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1997, pp. 29-47.

APÊNDICE A - Fotos da pesquisa



FOTO 1: Equipe da pesquisa discutindo o questionário



FOTO 2: Pesquisadora em campo



FOTO 3: Pesquisadora coletando dados



FOTO 4: Local de habitação



FOTO 5: Crianças filhos de uma indígena da etnia Wapichana com não-indígena



FOTO 6: Família indígena da etnia Macuxi

APÊNDICE B - Instrumento para coleta de dados

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E CARIBE - NECAR
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM ECONOMIA- MINTER
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

O objetivo deste questionário é verificar a sua opinião sobre sua vinda para Boa Vista, e produzir um relatório acadêmico, como parte dos requisitos, para obtenção do título de Mestre em Economia, pela autora **Ana Hilda Carvalho de Souza, RG 63.541 SSP/RR**.

Nesse sentido sua participação é de suma importância para que possamos consolidar este estudo sobre: **População indígena de Boa Vista: uma análise sócio-econômica**. Sendo assim, solicitamos que, por favor, responda este instrumento de pesquisa com a maior seriedade e honestidade possível.

Pesquisador _____ Data: ____ / ____ / ____

Pessoa entrevistada: _____

Endereço: _____ **Bairro:** _____

1.Sexo: a() Masculino. b() Feminino.

2.Idade: a() 18 a 25 anos b() 26 a 40 anos c() 41 a 65 anos d() + de 65 anos

3. Povo: a () Wai Wai d.() Taurepang g.() Yekuana

 b () Waimiri-Atroari e.() Wapixana h.() Macuxi

 c.() Yanomami f.() Ingarikó i.() Patomona

 j.() Maiongong l.() Sapará m.() Mista _____

4. De qual terra indígena você veio? _____

5. Fala a língua materna: a() sim b() não c() parcialmente

6.Estado Civil: a() Solteiro b() União estável c() Divorciado d() Viúvo

6.1. No caso de ser casado, o cônjuge também é indígena: a() sim b() não

7.Tem filhos? a() sim b() não **9.1 Se sim, quantos?** _____

8. Grau de Instrução (escolaridade):

a() Analfabeto b() Ensino Fundamental completo c() Ensino Médio completo

d() Ensino Fundamental incompleto e() Ensino Médio incompleto f() Ensino superior incompleto

9. Está estudando? a() sim b() não

10. Na família, há crianças em idade escolar (6 a 14 anos) que não está estudando?

a() sim b() não

10.1 Se sim, quantos? _____

11. Você já fez algum curso de qualificação/capacitação profissional?

a() sim b() não c() está fazendo

11.1. Se sim, qual(is) curso(s)? _____

12. Há quanto tempo reside em Boa Vista? a() menos de 1 ano b.() de 1 a 3 anos c.() de 4 a 7 anos d.() de 8 a 10 anos e.() acima de 10 anos.

13. Há parentes residindo com vocês? a() sim b() não

13.1. No caso positivo, quantos: _____

14. Moradia:

a() Própria b() Cedida c() Invasa d() Alugada e() Outro _____

15. Residência quanto ao tipo:

a() Abrigo Provisório b() Casa de madeira c() Casa de alvenaria

d() Outro _____

16. Qual o número de pessoas na residência? _____

17. Qual a renda total da família?

a() menos de R\$ 207,50 b() de R\$ 207,50 a R\$ 415,00 c() de R\$ 415,00 a R\$ 830,00
d() de R\$ 830,00 a R\$ 1.680,00 e() Acima de R\$ 1.680,00

18. Você ou alguém da família participa de algum(ns) dos programas abaixo:

a() Projeto Crescer b() Guarda Mirim c() Agente Jovem d() Menino do Dedo Verde
e() Pró-Jovem f() Cabelo de Prata g() Bolsa Escola h() Bolsa Família i()
outro _____

19. Por que se deslocou para Boa Vista, admite mais de uma resposta: a() procura de emprego b() estudar c() convite de parentes/amigos d.() tratamento de saúde e() outro. _____

20. Ao chegar em Boa Vista, você recebeu algum tipo de ajuda? a() sim b() não

20.1. Se sim, de quem? _____

27. Como você avalia a atuação do governo do estado com relação aos índios que moram na cidade?

a() ótimo b() bom c() regular d() mal

Por quê? _____

28. Como você avalia a atuação do governo municipal com relação aos índios que moram na cidade?

a() ótimo b() bom c() regular d() mal

Por quê? _____

TERMO DE CONSENTIMENTO

Considerando que ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, autorizo a pesquisadora responsável a divulgar os meus dados sócio-econômicos contidos neste questionário em seu relatório final, na condição de que os dados aqui fornecidos, sejam utilizados exclusivamente para a realização desta pesquisa.

Boa Vista, _____ de outubro de 2008

Pesquisado (a)